

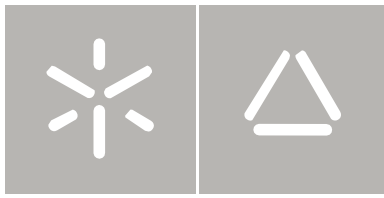


Felipe Silos Moraes Pereira

A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de *Bracara Augusta*.

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Felipe Silos Moraes Pereira

A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de *Bracara Augusta*.

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
e do
Doutor Jorge Manuel Pinto Ribeiro

DECLARAÇÃO

Nome: Felipe Silos Moraes Pereira

Endereço eletrónico: curuja.historia@gmail.com

Telefone: 939 786 948

Número do Bilhete de Identidade: 436666

Título da dissertação:

A Zona Arqueológica do Fujacal e os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha romana de *Bracara Augusta*

Orientadores:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Doutor Jorge Manuel Pinto Ribeiro

Ano de conclusão: 2018

Ramo do Conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, _____/_____/2018

Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao fim desta pesquisa, consequência direta de um longo período de formação acadêmica, iniciado em 2011, cabe-me agradecer a todos aqueles que foram, à sua maneira, imprescindíveis no caminho até aqui. Sem dúvida, isto não seria possível sem o apoio, a motivação e a confiança de vocês, pessoas queridas, fontes diárias de inspiração, afeto e companheirismo.

Nesse sentido, agradeço, primeiramente, à Professora Manuela Martins, orientadora científica desta pesquisa, cujo o respeito e a dedicação à ciência e ao patrimônio arqueológico me fascinaram desde o primeiro contato, em 2014. Os seus exemplos diários de vigor frente às intempéries da vida cotidiana e seus condicionalismos ao patrimônio urbano, bem como o rigor em salvaguarda-lo, são, sem dúvida, ensinamentos que levarei para toda a vida.

Por outro lado, ao Doutor Jorge Ribeiro, co-orientador científico deste trabalho, agradeço pelos primeiros ensinamentos direcionados em campo, junto ao teatro romano, e pelo auxílio com os materiais, trabalho que exige empenho e dedicação, e pelo qual mantenho um profundo respeito.

Não obstante, agradeço à Doutora Fernanda Magalhães, pela paciência e prestatividade, que lhe são características. Agradeço, antes de tudo, por inserir-me na pesquisa arqueológica, ensinando-me todas as bases teórico-metodológicas da arqueologia, quer em campo, quer em gabinete, formando-me num profissional ainda mais qualificado. Agradeço, ainda, por não medir esforços para que eu tivesse todo o suporte necessário para desenvolver um bom trabalho.

Da mesma maneira, agradeço à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, através de seu diretor, Doutor Luiz Fontes, pela total liberdade de acesso aos documentos necessários, primordiais para esta pesquisa, mas também às instalações, instrumentos e materiais, que foram igualmente imprescindíveis neste processo. Agradeço, igualmente, aos funcionários da limpeza, da cantina, da segurança e da direção, de todo o edifício dos Congregados, pelo acolhimento e pelo respeito com que me trataram nestes anos em que o edifício se tornou minha segunda casa.

Ao mesmo tempo, aos membros da Unidade de Arqueologia, gostaria de agradecer, especialmente, àqueles com quem tive maior afinidade e que me incentivaram sempre a continuar. À Engenheira Natália Botica, agradeço pelos inestimáveis aprendizados e pela constante inspiração em sempre buscar mais e melhor. À Doutora Guilhermina Bonjardim, agradeço a simpatia, a

presteza e o cuidado diários. Ao amigo, e Mestre, Diego Machado, agradeço pela ajuda com toda a edição gráfica deste trabalho, bem como pela companhia nos estágios em campo, nas bibliotecas e nas exposições culturais. Aos amigos Lara Fernandes, Francisco Rios e Marcelo Balbino agradeço pela companhia e ajuda com os intermináveis lotes e recuos nas bibliotecas em que trabalhamos. Tumba, tumba, tumba!

Nesse sentido, agradeço aos colegas do Arquivo Distrital de Braga, da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e da Biblioteca Pública de Braga, com os quais eu tive o prazer de trabalhar e passar bons momentos. Agradeço, especialmente, ao Doutor Elísio, diretor da BPB, e aos funcionários, e amigos, Alfredo, Hermínia e Isabel, por todo o zelo e pela alegria contagiante de cada dia.

Finalmente, agradeço aos amigos queridos de Araçatuba, Assis, Coimbra e Braga, que foram, desde o início, parte integrante deste trabalho, ainda que de forma indireta. Dentre eles, agradeço, de antemão, aos amigos de sempre, derivados do SESI e do beisebol, pelos 20 anos de parceria. Não por menos, deixo meu alô à República Xirinelson, em Assis, e a todos os agregados, por fazerem parte dos melhores anos da minha vida. Baú, Baú, Baú...

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família. Aos meus pais, para além do amor e carinho, agradeço pela liberdade com que me criaram e me lançaram ao mundo, como também pelo respaldo dado à todas as minhas escolhas e por toda confiança e assistência prestadas até aqui. À minha irmã, agradeço por ter seguido e deixado as portas abertas pelo caminho. Às minhas avós e avô, agradeço pelo afeto com que sempre me cuidaram, fato pelo qual tenho um profundo agradecimento, para além do carinho e amor. Às minhas tias, tios, primas e primos, agradeço por tudo até aqui, sem exceção. É 'nóis', manos!

Ao meu avô, Otto.

Resumo

O presente trabalho insere-se no âmbito da Arqueologia Urbana, tendo como contexto geográfico a cidade romana de *Bracara Augusta*, como contexto cronológico o período de ocupação a partir do século IV até à Alta Idade Média e como objetivo principal investigar os impactos urbanísticos e topográficos decorrentes da construção da muralha que cercou a cidade entre finais do século III e os inícios do IV.

Considerando que a muralha constitui um importante marcador urbanístico e arquitetónico e o maior investimento feito pela cidade no quadro da sua promoção a capital de província, no tempo de Diocleciano, foram valorizados todos os vestígios arqueológicos da muralha, detetados em várias intervenções realizadas em diferentes locais da cidade de Braga que permitem restituir o seu extenso traçado. No entanto, deu-se uma particular atenção aos vestígios da fortificação exumados na Zona Arqueológica do Fujacal, intervencionada nos anos 90 do século XX, uma vez que nela se encontra representado o maior e mais significativo segmento conhecido da estrutura identificado até o momento. Os vestígios que se integram nessa Zona Arqueológica permitiram-nos compreender o processo construtivo da muralha e dos seus torreões, fornecendo-nos, igualmente, importantes dados relativos ao modo como a estrutura condicionou a organização da área intramuros, posterior à sua desafetação como elemento defensivo.

Os dados da área analisada, em articulação com outros, facultados por outras intervenções arqueológicas, realizadas em vários locais da cidade, permitiram-nos avaliar os impactos urbanísticos e topográficos que a construção da muralha gerou na cidade tardo antiga, fornecendo-nos, igualmente, um conjunto de dados que permitiu analisar a estrutura construtiva da fortificação bracarense e sua poliorcética e compará-la com as muralhas das outras duas capitais conventuais, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, construídas na mesma época e no mesmo contexto estratégico de defesa das cidades do Ocidente do Império.

Abstract

The present work is associated with Urban Archeology, having as geographical context the Roman city of *Bracara Augusta*, as chronological context the period of occupation from the fourth century until the High Middle Ages and as main objective investigate the urban and topographical impacts resulting from the construction of the wall that surrounded the city between the end of the third and the beginning of the fourth century.

Considering that the wall is an important urbanistic and archaeological marker, and the greatest investment made by the city in the context of its promotion to the provincial capital, in the time of Diocletian, we valued all the archaeological remains of the wall, which were detected in several interventions carried out in different places of the city of Braga, that allow to restore its extensive route. However, particular attention was paid to the remains of the fortification exhumed in the Fajal Archaeological Zone, intervened in the 1990s, since it represents the largest and most significant known segment of the structure identified so far. The vestiges that integrate this Archaeological Zone allowed us to understand the constructive process of the wall and its turrets, also giving us important data about the way in which the structure conditioned the organization of the intramural area, after its disaffection as a defensive element.

The data of the analyzed area, in articulation with others, provided by other archaeological interventions, carried out in several places of the city, allowed us to evaluate the urban and topographic impacts that the construction of the wall generated in the old city, also a set of data that allowed to analyze the constructive structure of the fortification and its *poliorcetica* and to compare it with the walls of the other two conventual capitals, *Lucus Augusti* and *Asturica Augusta*, constructed at the same time and in the same strategic context of defense of the cities of the Western Empire.

Índice

Agradecimentos	iii
Dedicatória	v
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice	ix
Lista de Figuras	xiii
Lista de Apêndices	xvii

Introdução **3**

Parte I – O estudo da muralha romana de *Bracara Augusta*: problemática, objetivos e metodologia

1 As muralhas romanas no Alto e Baixo Império	7
2 As muralhas romanas de <i>Asturica Augusta</i> e <i>Lucus Augusti</i> e a poliorcética	12
2.1 A muralha de <i>Asturica Augusta</i>	14
2.2 A muralha de <i>Lucus Augusti</i>	18
3 Antecedentes, fundação e urbanização de <i>Bracara Augusta</i>	27
3.1 Antecedentes	27
3.2 Fundação	30
3.3 O processo de urbanização	38
<i>3.3.1 Espaços e edifícios públicos</i>	<i>38</i>
<i>3.3.2 Espaços e edifícios privados</i>	<i>42</i>
4 A muralha romana de <i>Bracara Augusta</i>: estado da questão	45
5 Objetivos	52
6 Metodologia de análise	53

Parte II – O contributo da Zona Arqueológica do Fajal: os dados arqueológicos

1 Enquadramento das intervenções arqueológicas	59
2 As sondagens: descrição e estratigrafia	60
2.1 D17/18/19	60
2.2 EF18	62

2.3 E18/19/20 e F18/19/20/21	62
2.4 F14	64
2.5 F16	65
2.6 G18/19/20/21	65
2.7 H12	66
2.8 H14	67
2.9 H19/20 e I19/20	68
2.10 I20/21/22/23	69
2.11 J11	69
2.12 J14	70
2.13 J21/22/23	70
2.14 K20/21/22/23	70
2.15 L9	71
2.16 L13	71
2.17 L24	71
2.18 N11	72
2.19 MN25/26	72
2.20 O8	73
2.21 Q15/16/18/20/21/22/24/25/26/27	73
3 Os materiais	75

Parte III – A muralha romana de *Bracara Augusta*: interpretação

1 Características e processo construtivo	85
1.1 Fundação, traçado e cronologia	85
1.2 A estrutura da muralha	88
<i>1.2.1 Paramento interno</i>	<i>88</i>
<i>1.2.2 Paramento externo</i>	<i>90</i>
<i>1.2.3 Enchimento/miolo</i>	<i>93</i>
<i>1.2.4 Torreões semicirculares</i>	<i>94</i>
<i>1.2.5 Escadas de acesso</i>	<i>98</i>
1.3 O processo construtivo	102

2 Impactos urbanísticos e topográficos	105
Considerações Finais	117
Bibliografia	125
Apêndices	

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução das plantas de torres e torreões com projeção ao exterior-interior e sempre ao exterior.

Figura 2 – Plano Diretor das Muralhas de Astorga com indicação da muralha baixo-imperial conservada e elementos estudados.

Figura 3 – Seção construtiva da muralha baixo-imperial.

Figura 4 – Planta geral da muralha de Lugo com os torreões numerados.

Figura 5 – Inserção da escada de acesso ao torreão 29, junto à Porta de Santiago.

Figura 6 – Perspetiva interna da escada do torreão 51.

Figura 7 – Perspetiva externa da Porta Miná.

Figura 8 – Vista geral do sistema defensivo interno da Porta Miná, percebendo-se a porta de acesso, o arco da câmara superior sobre esta e o corpo de guarda no adarve com as duas entradas, bem como a escada de acesso geral que comunicaria com a contra porta inferior.

Figura 9 – *Bracara Augusta* no contexto administrativo da Hispânia romana.

Figura 10 – Pedestal de estátua dedicada a Augusto, pelos *bracaraugustanus*, no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus*.

Figura 11 – Localização de *Bracara Augusta*, relativamente ao relevo e aos principais castros da área envolvente.

Figura 12 – Rede viária simplificada do noroeste peninsular nos séculos I e II.

Figura 13 – Implantação da muralha romana e saídas das vias XVI, XVII, XVIII, XIX e *per loca marítima* de *Bracara Augusta* na cartografia atual.

Figura 14 – Restituição da topografia e da rede hidrológica principal da região de Braga.

Figura 15 – Braga e área das Sete fontes. Extrato da Carta Geológica de Portugal, folha 5D.

Figura 16 – b) Áreas escavadas do teatro romano com sobreposição da malha urbana do século I; c) Proposta de restituição da malha do teatro.

Figura 17 – a) *Domus* das Carvalheiras e quarteirões anexos. b) *Domus* do Ex Albergue Distrital e da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas. c) Planta da área escavada da ‘Casa do Poço’. d) Restituição da Fonte do Ídolo (segundo David Vivó). e) Sepulturas de cremação da necrópole da via XVII.

Figura 18 – Relação entre as fortificações romana e medieval.

Figura 19 – Planta e interstícios da muralha investigados na Zona Arqueológica do Fujacal.

Figura 20 – Implantação da muralha romana baixo-imperial de Braga na fotografia aérea.

Figura 21 – Base de dados 2ArchIS, da UAUM.

Figura 22 – Fragmentos de Ânforas Haltern 70 exumados na ZA do Fujacal. Produção Bética/Guadalquivir. Cronologia 15 a.C – Antoninos.

Figura 23 – Número de fragmentos e percentagem de cerâmicas alto-imperiais nas sondagens Q20/21/22/23/24/25/26/27.

Figura 24 – Fragmentos de sigillata hispânica exumados na ZA do Fujacal: a) Bordo e parede. Forma Dragendorff 29/37. Cronologia I d.C.; b) Bordo e parede. Forma Dragendorff 29/50. Cronologia 50-100; c) Fundo e parede. Forma Dragendorff 29/37. Cronologia 50-100; d) Fundo decorado. Forma Dragendorff 29/50. Cronologia 50-100.

Figura 25 – Fragmentos de sigillata hispânica exumados na ZA do Fujacal: 125) Bordo. Forma Dragendorff 15/17. Cronologia 41-68; 155) Base. Forma Dragendorff 15/17.

Figura 26 – Pormenor do paramento interno da muralha.

Figura 27 – Pormenor dos elementos graníticos salientes do paramento interno da muralha.

Figura 28 – Paramento externo da muralha registado na rua D. Diogo de Sousa, em Braga.

Figura 29 – Pormenor do alicerce do paramento externo da muralha ajustado à estrutura do torreão semicircular.

Figura 30 – Núcleo de enchimento interno da muralha romana de *Bracara Augusta*.

Figura 31 – Estruturas vetorizadas do torreão semicircular exumado nas sondagens H, I e J20/21/22 na ZA do Fujacal.

Figura 32 – Pormenor da base do torreão exumado nas sondagens H20 na ZA do Fujacal.

Figura 33 – Estruturas vetorizadas do torreão semicircular exumado nas sondagens MN25/26.

Figura 34 – Pormenor da estrutura do torreão semicircular exumado nas sondagens MN25/26 na ZA do Fujacal.

Figura 35 – Tabela com a relação entre as cotas das valas de fundação dos muros de escada e os torreões.

Figura 36 - Estruturas vetorizadas do muro de suporte UE1503, paralelo ao paramento interno da muralha e cortado pela canalização, exumado na sondagem K21 na ZA do Fujacal.

Figura 37 - Estruturas vetorizadas do muro de suporte UE1541, paralelo ao paramento interno da muralha, exumado nas sondagens EF18.

Figura 38 - Relação entre as cotas absolutas, em metros, das valas de fundação dos paramentos interno e externo da muralha.

Figura 39 – Restituição da métrica da *insula* das Carvalheiras nos séculos III-IV e IV-VII.

Figura 40 – Sobreposições entre muros nas sondagens Q20/21 vetorizadas.

Figura 41 - Sobreposições entre muros nas sondagens Q15/16 vetorizadas

Lista de Apêndices

Apêndice 1 – Localização da Zona Arqueológica do Fujacal na ortofoto de Braga.

Apêndice 2 – Corte D17/18.

Apêndice 3 – Cortes D19 e HI19/20.

Apêndice 4 – Cortes Q18 e Q20.

Apêndice 5 – Corte Q25/26/27 e Planos HIJ20 e MN25/26.

Apêndice 6 – Planta da Zona Arqueológica do Fujacal.

Apêndice 7 – Matriz Geral da Zona Arqueológica do Fujacal.

Apêndice 8 – Listagem das Unidades Estratigráficas, relações estratigráficas e materiais da Zona Arqueológica do Fujacal.

Introdução

A cidade representa o artefato mais complexo criado pela sociedade humana, permanentemente alterado e reinventado, um multifacetado documento histórico onde se encontram sedimentadas continuidades, mas também ruturas e marcadores de diferentes épocas que nos elucidam sobre protagonismos, poderes e formações sociais.

Assim, reconhecendo-se a importância das cidades para a compreensão das sociedades humanas, destaca-se o papel crucial da Arqueologia Urbana na recuperação da historicidade dos espaços e edifícios urbanos, através da descoberta e interpretação dos contextos materiais que formalizaram as cidades em diferentes períodos.

Desenvolvida no pós-guerra, a moderna Arqueologia Urbana afirmou-se em resultado da necessidade de acompanhar o desmedido desenvolvimento urbanístico das cidades por uma correta investigação do seu passado. Logo, sob bases teóricas próprias e com equipas permanentes atuando nas cidades, a Arqueologia Urbana alia tanto intervenções de salvamento, quanto as realizadas com intuítos estritamente científicos, no quadro de projetos de investigação, tendo-se afirmado desde a segunda metade do século XX, como um singular instrumento para o estudo e compreensão das cidades e da sua evolução histórica.

Inserido neste contexto de fundamentação teórico-metodológico da Arqueologia Urbana, o Projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta* surgiu, em 1976, como resultado da contestação pública à progressiva destruição da antiga cidade romana de Braga, determinada pela pressão construtiva instaurada na cidade a partir dos anos 60 do século XX. Desde então, realizaram-se largas dezenas de intervenções arqueológicas que foram trazendo à luz do dia numerosos vestígios da cidade romana, mas também das cidades que se foram sucedendo no mesmo espaço e viriam a dar origem à Braga atual.

Uma dessas intervenções, realizada sob a direção da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, teve lugar, em 1982, na Quinta do Fujacal, determinada por objetivos estritamente científicos de identificar a muralha romana. As posteriores intervenções arqueológicas, mais extensas, realizadas no local (1993-2001) permitiram pôr a descoberto um extenso pano da muralha romana e esclarecer dúvidas pendentes quanto ao seu traçado, estrutura e cronologia.

Para além dos dados obtidos nas intervenções realizadas na Zona Arqueológica do Fujacal, dispõe-se também de um conjunto relevante de informações provenientes de escavações efetuadas noutras zonas da cidade, que permitem esclarecer o traçado da poderosa cerca romana

de *Bracara Augusta*. Esses dados, juntamente com os do Fujacal, permitem uma avaliação das características construtivas da fortificação baixo-imperial, bem como do modo como a mesma se adaptou à morfologia do terreno, aspeto que procuraremos aprofundar no nosso trabalho.

Do mesmo modo, para além do contexto urbano em que a muralha se insere, importa analisá-la no contexto da Hispânia romana, tendo em vista destacar as suas similaridades e especificidades relativamente a outros sistemas defensivos, datáveis do mesmo período, em particular no NO peninsular.

Dessa maneira, dividiremos este trabalho de dissertação em três partes, a fim de obter uma melhor organização e exposição dos dados. Assim, num primeiro momento, pretendemos evidenciar o contexto imperial e provincial de fortificação de cidades, assinalando as diferenças gerais entre as fortificações do Alto e Baixo Império, bem como as características poliorcéticas identificadas nas muralhas romanas das capitais conventuais do NO peninsular, nomeadamente, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti*. Por outro lado, procuraremos apontar o processo fundacional da capital do convento jurídico bracarense, compreendendo os antecedentes, a fundação e o processo de urbanização de *Bracara Augusta*.

Posteriormente, num segundo momento, buscaremos contextualizar a Zona Arqueológica do Fujacal, em toda a sua complexidade. Isto perpassa, portanto, pelo correto enquadramento da Zona e por uma correta descrição das intervenções arqueológicas, evidenciando a sua estratigrafia e os materiais associados que permitem datar a construção.

Por fim, interpretaremos, de forma exaustiva e pormenorizada, as características e o processo construtivo da muralha romana, tendo por base os dados fornecidos pelas extensas escavações realizadas na Zona Arqueológica do Fujacal. Com isso, espera-se evidenciar a sua fundação, traçado e cronologia, assim como sua estrutura, caracterizando, um a um, os seus elementos estruturais. Não obstante, para além da descrição construtiva e estrutural da fortificação, pretende-se registar os impactos urbanísticos e topográficos da construção da muralha evidenciados na morfologia urbana da cidade tardo antiga. Desta forma, com o balanço dos dados obtidos e analisados, procuraremos valorizar a muralha romana de *Bracara Augusta*, destacando a sua poliorcética, bem como os impactos da sua construção na topografia e no urbanismo da cidade tardia.

Parte I

O estudo da muralha romana de *Bracara Augusta*: problemática, objetivos e metodologia

1 As muralhas romanas no Alto e Baixo Império

A prática de fortificar o espaço residencial e os aglomerados constitui um traço característico das comunidades desde a Proto-História, largamente difundida, no mundo romano, onde as cidades, criadas à imagem e semelhança de Roma, constituíam um prolongamento do prestígio imperial.

No que concerne o mundo romano, o fenómeno da fortificação das cidades adquire particular relevância a partir de Augusto (63 a.C. – 14 d.C.), tanto em Itália como na Gália e Hispânia, o que se deve, ainda que contraditoriamente, ao estatuto privilegiado adquirido pelas cidades neste período (Fernández Ochoa, 1997: 249).

As cidades fundadas por Augusto revelam diversos aspetos da estrutura político-administrativa do Império emergente, sendo responsáveis, para além das suas características morfológicas, por difundir as tradições romanas e integrar os povos indígenas. Desta forma, as cidades constituíram-se em importantes centros locais de dominação e propagação dos costumes e das religiões romanas.

Contudo, concluída a conquista efetiva de territórios, no fim das guerras cantábricas, que rematou o longo ciclo da conquista da Hispânia, a partir de 19 a.C., e com a subsequente *pax romana*, as fortificações deixam de ter função exclusivamente defensiva/militar – com exceção dos *limes* fronteiriços¹ –, para assumir um caráter simbólico, como parte integrante do plano urbanístico das cidades. Em outras palavras, as cidades do Alto Império deixam de assumir função militar ativa, passando as suas fortificações a ter um caráter essencialmente honorífico e de delimitação do *pomerium* (Pinto, 2003: 5).

Deste modo, as muralhas alto-imperiais² eram construções monumentais que refletiam a imagem das próprias cidades (Fernández Ochoa, 1997: 249), uma vez que marcavam os limites topográficos e o âmbito de circulação dos habitantes.³ A existência da muralha era o símbolo de que as cidades detinham certos direitos que as diferenciavam dos restantes núcleos habitados, constituindo uma marca de que uma cidade fundada regularmente, possuía religião própria e estatuto civil reconhecido (Johnson, 1983: 12).

¹ Ao longo das fronteiras mantêm-se as praças fortes no *limes* da *Germania* e da *Britannia*, o incontestável cordão militar do Reno e Danúbio e a muralha de Adriano, com 110 quilómetros de extensão (Pinto, 2003: 6).

² A muralha representa um importante papel na organização do espaço urbano romano, especialmente a partir do século I a. C., momento que coincide com a utilização definitiva do *opus caementicium* na construção dos muros perimetrais (Fernández Ochoa, 1997: 249).

³ No capítulo V da obra *De Architectura*, Vitruvio aponta diversas considerações a respeito da forma com que se deveria construir as muralhas (fundações, cimentações, torreões, fossos, etc.).

Para Javier Arce Martínez, é legítimo ver nas fortificações urbanas da Hispânia, não o reflexo de um período de crise, mas sim um símbolo de enobrecimento das cidades (Arce Martínez, 1976: 268). Do mesmo modo, Bendala Galán, assim como outros investigadores, destaca a política cesariana de concessão de privilégios a numerosos núcleos urbanos, que produz uma verdadeira articulação dos territórios das diferentes cidades por meio de uma extensa rede viária – facto que lhes concedia ainda mais prestígio (Bendala Galán 1990, *apud* Fernández Ochoa, 1997: 249). São muitos os autores que defendem o valor simbólico e de prestígio em detrimento da função defensiva das muralhas no Alto Império, ainda que não fossem excludentes (Maurin, 1992 *apud* Fernández Ochoa, 1997: 249). Segundo Pierre Gros, neste momento inscreve-se uma concepção fixa na noção de recinto amuralhado ligado não só aos aspetos defensivos, mas também simbólicos e religiosos, que fundem as suas raízes nos ritos fundacionais. Para ele, a nova concepção de espaço urbano e os ritos de fundação de uma cidade expressam claramente a vontade de deixar um contexto hostil e assumir uma área inteiramente controlada pelos homens, onde se manifestem apenas os deuses e a cidade. Em suas palavras: “A *seguritas* e a *dignitas* fundamentam-se na ideia de que a cidade e o recinto estão indissociavelmente unidos” (Gros, 1992: 211).

No geral, as poucas muralhas alto-imperiais apresentavam espessuras não superiores a 2 metros, alturas entre os 4 e 6 metros, torreões perimetrais de pequeno diâmetro e portas monumentalizadas (Pinto, 2003: 6). O que nos leva a crer que, devido à sua poliorcética, as fortificações romanas alto-imperiais não foram concebidas para a defesa, frente aos ataques de um possível exército, mas sim para delimitar o *pomerium* e manifestar o prestígio alcançado por cada núcleo urbano.

Neste período, as entradas das cidades exibiam uma arquitetura monumental, com silhares bem talhados, sendo comum a construção de portas com dupla passagem (*Augusta Emerita*), de três passagens (*Conimbriga* e *Barcino*) e de concepções extremamente monumentais (*Madinaceli*, *Verona* e *Nîmes*) (Pinto, 2003: 6). O mesmo acontece com os torreões que flanqueavam as portas, escasseando nos demais pontos da fortificação. É somente entre finais do século III e inícios do IV que as muralhas voltam a adquirir um caráter defensivo/militar, frente à ameaça constante de invasões germânicas, tanto na Gália, como na Hispânia.

A partir das invasões de 260 e 270 generaliza-se um movimento de fortificação, cujas evidências são flagrantes. A anarquia militar instaurada e o fato do serviço militar ter sido

abandonado por completo (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán, 1999: 99-100), impedem o bloqueio destes movimentos que transpõem as fronteiras nos *limes* ocidentais e orientais do Império, originando inúmeras devastações (Paz Peralta, 1997: 173).

Segundo Carmen Fernández Ochoa, até Marco Aurélio, o Império estava defendido por homens, não por muralhas e as muralhas nos fortes prestavam escassa proteção às guarnições nas fronteiras. Para a autora, após as invasões inicia-se uma incipiente tendência para fortificar os centros civis, além das guarnições fronteiriças (Fernández Ochoa, 1997: 250).

Contudo, apesar da maioria dos autores considerarem que a construção das primeiras muralhas de maior envergadura tivesse resultado das primeiras incursões de povos germânicos no Império, existe alguma controvérsia sobre a questão. Na verdade, autores como Rebuffat e Arce Martínez põem em dúvida o facto de as chamadas invasões franco-alamanas terem forçado a edificação de defesas urbanas (Fernández Ochoa, 1997: 251). Em concreto, Arce Martínez questionou a repercussão efetiva das invasões do século III na Hispânia como motivo principal para a edificação de muralhas urbanas e para definir as crises deste século (Arce Martínez, 1978; 1982: 94). Patrick Le Roux, por sua vez, frente à falta de evidências, concede maior importância à crise interna da Hispânia, caracterizada pela decomposição progressiva da ordem provincial e social, embora aceite as invasões francas dos anos 260 e 262, que teriam afetado o Nordeste peninsular, incrementando o ambiente de inquietude geral na região (Le Roux, 1982: 396-397).

Para Fernández Ochoa, torna-se difícil, por falta de dados, afirmar uma relação histórica de causa-efeito entre invasões e amuralhamentos, se bem que se possa admitir, como assinala Johnson, correlações incompletas entre testemunhos históricos e destruição e/ou construção de recintos fortificados tardios (Johnson, 1983: 67). Em nosso entender, a situação de instabilidade geral no Império favorecia, ainda que como ato preventivo, o levantamento ou reparação/reforço de muralhas urbanas. Frente à instabilidade geral, as cidades (re)fortificam-se, edificando estruturas que circundavam apenas a sua parte central ou monumental, abandonando, por vezes, parte da periferia desses centros. Tais reduções ocorreram de formas variáveis, causando, na grande maioria dos casos, modificações na generalizada ortogonalidade do tecido urbano.

Beltrán Martínez aponta, para além do presságio de novas invasões, as novas normas poliorcéticas militares, postas em vigor pelas reformas de Diocleciano (284-305) e transplantadas para as cidades, que teriam originado grandes remodelações nas suas estruturas defensivas,

reduzindo as áreas a proteger, engrossando os muros e diminuindo os espaços entre os torreões das muralhas (Beltrán Martínez, 1976: 233). Desta forma, a maioria das cidades retrai-se, reduzindo-se a extensão do espaço urbano e sacrificando-se edifícios públicos e privados, adquirindo as muralhas características construtivas diferentes das anteriores. As novas muralhas do Baixo Império, mais largas e mais altas, passam a oscilar entre 5 e 6 metros de espessura (média na Hispânia), passando, possivelmente, dos 15 metros de altura, como acontece em Astorga.

As novas estruturas defensivas ostentam dois paramentos (interno e externo) compactados com um núcleo de enchimento, normalmente assentes no substrato rochoso. A face exterior é normalmente aparelhada em boa silharia (*opus quadratum*), por vezes de medidas extravagantes e produzida com materiais provenientes da própria região. O paramento interno apresenta, quase sempre, maior número de materiais reutilizados subordinados à mesma aparelhagem. O núcleo de enchimento constitui-se numa robusta estrutura resultante da mistura de todo o tipo de materiais pétreos, do arquitetónico ao epigráfico, com argamassa, produzida com cal, areia e água. Os interstícios reutilizam vários materiais, como material cerâmico, vítreo, numismático e outros, tudo muito bem compactado por *opus caementicium*. As portas, parte mais vulnerável da fortificação, assumem novas características defensivas em comparação às edificações alto-imperiais. Assim, durante o Baixo Império, as portas mantiveram a sua autonomia arquitetónica e seu valor simbólico, tendo-se a elas acrescentado novos elementos defensivos (Fernández Ochoa, 1997: 251-252). As portas diminuem a sua área de transição, passando a ser flanqueadas por torreões semicirculares e a utilizar sistemas de segurança altamente sofisticados. Outro recurso defensivo generalizado consistiu na abertura de fossos artificiais circundantes à muralha, como aconteceu em Lugo,⁴ fato que lhe conferiu maior valor defensivo, uma vez que não permitia a aproximação de armas de guerra e obrigava o inimigo a uma passagem penosa.

No geral, o caráter militar das muralhas baixo-imperiais manifesta-se, entre outras coisas, na grande espessura dos muros que promove uma maior mobilidade interna de tropas e munições e na proliferação de torreões, agora mais altos e mais próximos⁵ entre si para proteger as cortinas murais (Fernández Ochoa, 1997: 251).

Tal empreendimento carecia de dispendiosos recursos financeiros, técnicos, humanos e

⁴ Com 4 ou 5 metros de profundidade e 31,03 metros de distância em relação ao paramento interno da muralha de Lugo (Alcorta Irastorza, 2008).

⁵ Intervalo médio de 14 metros entre torreões semicirculares nas fortificações urbanas do Noroeste Hispânico (Paz Peralta, 2015).

instrumentais, além de meios logísticos e um considerável contingente militar para a sua defesa (Pinto, 2003: 10). Desde Marco Aurélio, qualquer cidade interessada em amuralhar-se deveria ter autorização do imperador e arcar com as despesas de construção e manutenção, podendo, porventura, receber ajuda imperial.

Para Fernández Ochoa, o sistema defensivo registado no século III implicava não só de fortificar as fronteiras, mas também a totalidade dos territórios e, especialmente, as cidades, cuja posição no complexo viário ou fluvial resultava favorável para o desenvolvimento de uma nova estratégia (Fernández Ochoa, 1997: 251). Isso pressupunha uma discriminação positiva a favor de certos núcleos urbanos frente a outros, o que explica, em parte, a distribuição geográfica dos novos recintos criados *ex novo* ou refortificados.

Admite-se que, a partir do imperador Marco Aurélio, se manteve, com altos e baixos, um impulso imperial para levar a cabo programas de fortificação das cidades, continuado por Diocleciano e na Tetrarquia, com especiais contribuições na época de Juliano e Valentiniano (Fernández Ochoa, 1997: 252). Contudo, a falta de uniformidade tipológica nas fortificações baixo-imperiais faz-nos pensar que não existiriam normas gerais emanadas do poder imperial que conferiam a estes centros autonomia no desenho do novo aparato defensivo (Petrikovitz, 1971: 203). O contínuo estudo de restos conservados em determinadas regiões (Bretanha, Normandia e Noroeste da Hispânia) permite considerar que deviam existir programas regionais que utilizavam estilos de construção e desenho próprios, ainda que inseridos nos novos modos de fazer que se impõem a partir do século III (Fernández Ochoa, 1997: 253).

Nesse sentido, frente à inexistência de contribuições provenientes de fontes escritas, a resposta para as questões levantadas pela fortificação das cidades baixo-imperiais só poderá começar a ser resolvida mediante o ajuste da cronologia das edificações (Fernández Ochoa, 1997: 255), que poderá facilitar o estabelecimento de relações entre as muralhas de cada região ou província, em conexão com a estratégia geral do Império,⁶ sem cair em generalizações carentes de matizes cronológicos.

⁶ Fernández Ochoa chama atenção, para melhor entender as relações construtivas entre cidades amuralhadas no Noroeste Peninsular e o Império, para a análise das suas relações fiscais e administrativas. Para ela, a relação defensiva desses territórios pode estar ligada a questões de caráter económico e administrativo, uma vez que estes centros estejam ligados a um mesmo complexo viário e fluvial (Fernández Ochoa, 1997: 100).

2 As muralhas romanas de *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti* e sua poliorcética

A origem da palavra poliorcética decorre do régulo alexandrino *Demetrio I Poliorcetes* (336-283 a.C.), filho de Diadocos Antígono, general de Alexandre Magno nas campanhas da Ásia e rei da Macedônia entre 306 e 287 a.C. O codinome 'Poliorcetes, o dominador de cidades', faz menção aos cercos que conduziu em numerosas cidades.

Atualmente, entende-se por poliorcética a arte de atacar e defender praças fortes.⁷ Para Mora-Figueroa o termo designa o conjunto de técnicas e disposições destinadas à expugnação ou defesa de praças fortes (Mora-Figueroa, 2006: 155-156). Em suma, poliorcética pode ser definida como a disciplina que se encarrega de analisar fortificações e aparatos defensivos a partir da sua engenharia militar, observando os seus elementos e técnicas construtivas.

Neste contexto assume particular relevância as torres e os torreões que flanqueavam as portas de acesso às cidades e acompanham as cortinas murais das fortificações sendo, ao mesmo tempo, ofensivas e defensivas, para além de cumprirem outras funções. Porém, apesar das semelhanças, ambas possuem diferenças tipológicas sendo por isso necessária sua compreensão mais aprofundada.

No que concerne às torres, multiplicam-se as definições. Para Mora-Figueroa, a torre constitui uma construção forte e alta, isenta ou integrada junto à muralha, podendo ser de inúmeras formas. Para ele, a torre representa um elemento fundamental e invariante da poliorcética, diferenciando-a em vários tipos (Mora-Figueroa, 2006: 191-195). Para Paz Peralta, a torre constitui uma construção defensiva alta, oca ou maciça, de planta e alçado poligonal, caracterizada por possuir ângulos, diferenciando-se dos torreões. Segundo o autor as plantas mais comuns são quadradas ou retangulares, podendo ser também de forma pentagonal, octogonal, ou assumir outras formas. Para ele, as torres podem ser conectadas ou não à estrutura da muralha, sendo, quando conectadas, de projeção ao interior-exterior, ou só ao exterior (Paz Peralta, 2015: 26).

No que confere aos torreões, pode-se dizer que Mora-Figueroa não acrescenta especificidades na sua definição, considerando-os como qualquer torre de fortificação, em particular as de secção circular (Mora-Figueroa, 2006: 191-195). Já Paz Peralta, caracteriza-os acentuando a sua tipologia semicircular em forma de \cup . Segundo o autor, desde fins da Idade do

⁷ Definição consentida pela Real Academia Espanhola.

Bronze e inícios da Idade do Ferro, construíam-se na Ásia torreões semicirculares, com câmaras ocas e projetados para o exterior. Porém, com o domínio Sassânida, provavelmente como herança romana, generalizam-se as defesas circulares maciças. Ao mesmo tempo, encontram-se vestígios destes aparelhos na cultura grega, ainda que tenham sido utilizados em menor medida que as torres (Paz Peralta, 2015: 27-28).

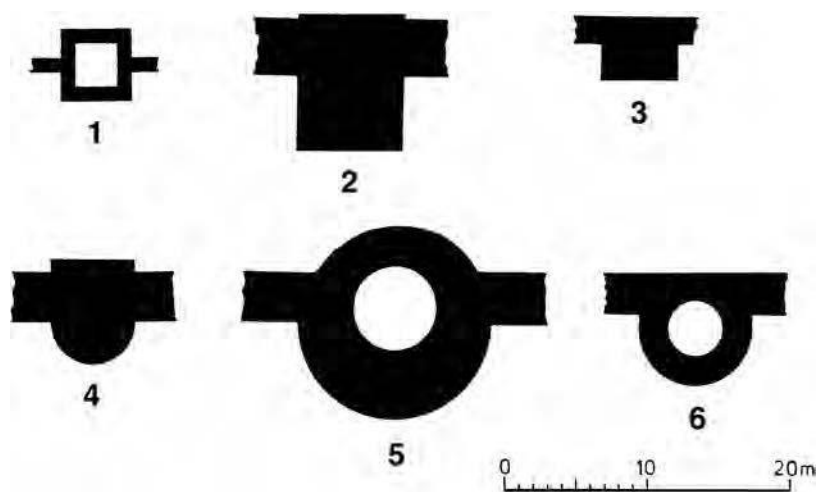


Figura 1 – Evolução das plantas de torres e torreões com projeção ao exterior-interior e sempre ao exterior (Petrikovits, 1971: 29).

No que concerne ao mundo romano, Enrique Alcorta identifica como *cubos* da muralha de Lugo os corpos semicirculares projetados para o exterior e como torres as estruturas superiores à muralha que, neste caso, teriam um comportamento construtivo diferenciado (Alcorta Irastorza, 2008: 32).

Lander, por sua vez, utiliza a denominação *Circular Towers* para classificar quatro tipos e dois subtipos (ocos e maciços) gerais de torreões das muralhas romanas imperiais: 1) os de círculo completo, projetados para o exterior-interior; 2) os de meio círculo (semicircular), projetados para o exterior; 3) os de círculo quase completo (ultrasemicircular), projetados para o exterior; 4) os circulares construídos nos ângulos (Lander, 1984: 228). Assim, considerando as suas semelhanças poliorcéticas, pode-se dizer que as muralhas urbanas do Noroeste hispânico estejam classificadas no grupo 2 B de Lander, caracterizando-se por torreões semicirculares projetados para o exterior dos paramentos e maciços. Nesta tipologia inserem-se as muralhas urbanas das cidades romanas de León, Lugo, Astorga e Gijón, mas também de Braga, estando igualmente representadas na Gália. Para Voisin, as *Tours Circulaires* com essas características predominam

nas edificações da dinastia Omeya, durante a primeira metade do século VIII, sendo o seu desenho uma clara herança das construções romanas e bizantinas (Voisin, 2004: 316).

As fortificações urbanas das cidades romanas de Astorga, Lugo e Braga, com os seus torreões maciços, compartilham o mesmo sistema poliorcético que encontramos na fortificação de Zaragoza, recentemente investigado por Paz Peralta.⁸ Para o autor, as suas poucas diferenças decorrem, primeiro, da inexistência de torreões ultrasemicirculares nestas cidades; segundo, da origem romana desses recintos amuralhados (Paz Peralta, 2015: 153). Segundo o autor, e para vários outros, estas construções defensivas empregavam uma colossal estrutura, cujas características estão ausentes da documentação escrita, sobretudo medieval, que pouco referem sobre sua construção, fornecendo dados indiretos que conduzem a várias interpretações. Portanto, as considerações mais relevantes sobre o sistema construtivo destas estruturas derivam dos dados arqueológicos.

Nesse sentido, face às semelhanças cronológicas e construtivas das muralhas urbanas das capitais conventuais romanas do Noroeste peninsular, pretende-se abaixo analisar as suas características poliorcéticas, a fim de identificar possíveis similaridades e especificidades construtivas que contribuam para uma melhor compreensão da muralha romana de *Bracara Augusta*.

2.1 A muralha de *Asturica Augusta*

Asturica Augusta teve a sua origem num acampamento militar, fundado por Augusto, por volta de 15 a.C. e transformado em cidade e capital de *conventus asturum* entre 15 e 20 AD.

O aparato defensivo de Astorga tem sido objeto de estudos parciais desde o século XIX. Desde então, Gómez Moreno (1925) realizou uma das primeiras observações arqueológicas da muralha, datando-a da época medieval e romana. Do mesmo modo, o estudo de Richmond (1931) sobre recintos amuralhados tardo romanos de Hispânia (Lugo, Astorga, Léon, Zaragoza e Barcelona) constitui um importante contributo, por interpretar a funcionalidade e cronologia das muralhas baixo-imperiais romanas a partir de estudos epigráficos. Não obstante, os valiosos estudos deixados por Luengo Martínez (entre os anos 1930 e 1980), que levou a cabo as primeiras

⁸ Paz Peralta (2015). *Los cubos de las murallas de Zaragoza y del palácio de la Aljafería (1065-1075). Paradigmas de la arquitectura militar em al-Andalus*. CAESARAUGUSTA, vol 84. Institución "Fernando el Católico". Zaragoza. 340p.

intervenções arqueológicas oficiais da cidade, representam um real contributo para o conhecimento do recinto amuralhado astorgano e suas estruturas (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 757).

Nesse sentido, em escavações arqueológicas realizadas entre 1971 e 1973 num tramo da muralha, destruído durante a Guerra de Independência Espanhola, Tomás Mañanes localizou a única porta original romana conhecida na cidade, flanqueada por dois torreões semicirculares construídos com silhares de granito (Tomás Mañanes, 1983: 217). Ainda que algumas de suas interpretações cronológicas sobre a estratigrafia de ruas e muros tenham sido posteriormente revistas, as sínteses sobre a origem, desenvolvimento urbano e estudo histórico/arqueológico das muralhas produzidas por Tomás Mañanes, consistem, sem dúvida, numa primeira intenção de compreender a estrutura da muralha como parte de um sistema defensivo (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 757).

Segundo Tomás Mañanes, o núcleo romano baixo-imperial esteve rodeado por muralhas desde a crise do século III, provocada pela invasão franco-alamana, ocupando uma superfície de 27 hectares com um perímetro de 2100 metros (Tomás Mañanes, 1983: 217). Face às muitas remodelações identificadas na estrutura, o autor propõe três datações: baixo-imperial romana, alto-medieval e baixo-medieval, sendo a estrutura atual de datação baixo-medieval.

Tomás Mañanes destaca a homogeneidade do paramento feito de pedras da região (quartzito), com alvenaria e silhares romanos reaproveitados. A largura mantém-se uniforme, com 5,30 metros. A técnica construtiva empregue consistiu no levantamento de duas paredes paralelas intermediadas com todo o tipo de restos pétreos misturados com cal e terra. Os torreões são semicirculares, ao exterior, com um diâmetro médio de 6 metros, apresentando os torreões da Porta Romana (4,10 metros de passagem) um diâmetro de 8 metros. Num mesmo tramo da fortificação os torreões oferecem entre si uma distância não superior aos 17 metros, sendo mais frequente as distâncias de 13,70-14,70 metros (média de 14,20 metros), ocorrendo também 12,20-16,85 metros, com média de 14,52 metros (Tomás Mañanes, 1983: 217).

A partir de 1984, quando a Junta de *Castilla y León* assume as competências em matéria de Património e se verifica a entrada em vigor da Lei de Património Histórico Espanhol, inicia-se um amplo programa de escavações arqueológicas no Conjunto Histórico de Astorga, culminando, em 2005, na redação de um Plano Diretor Municipal para as muralhas que, desde então, permitiu reunir toda a documentação escrita, gráfica, cartográfica e arqueológica existente, com resultados

muito relevantes.

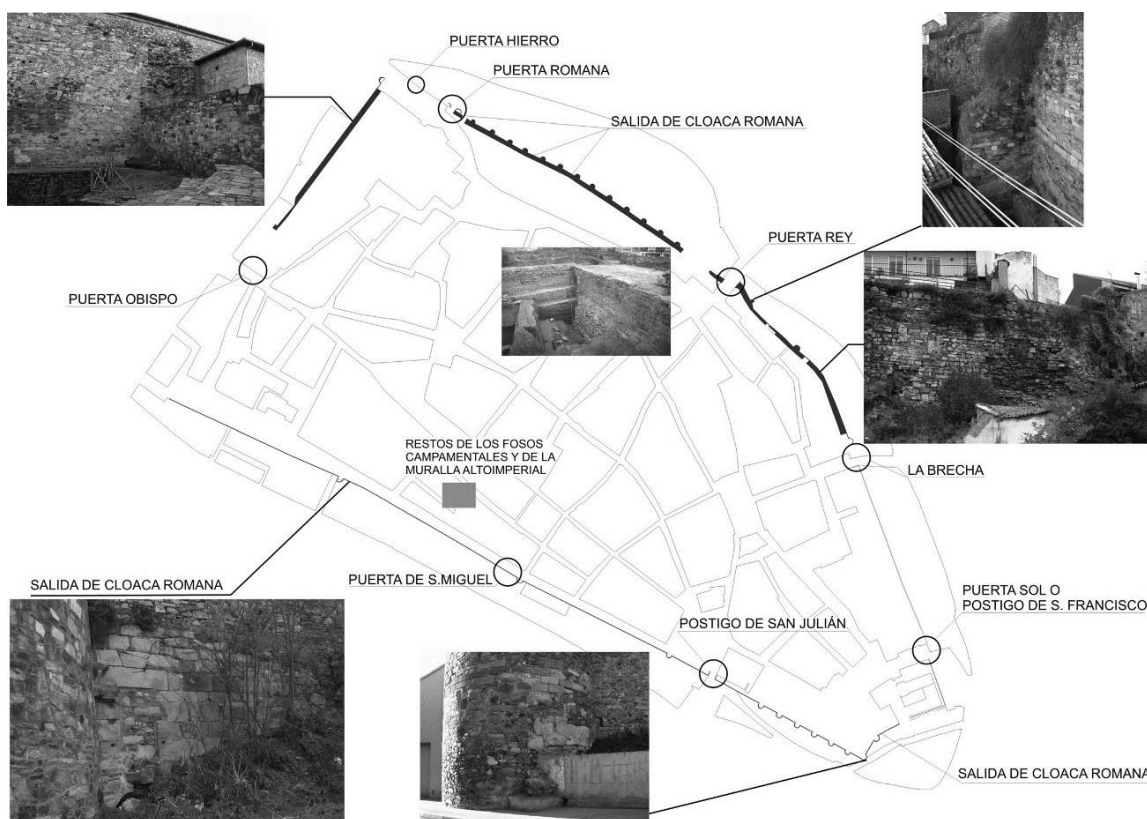


Figura 2 – Plano Diretor das Muralhas de Astorga com indicação da muralha baixo-imperial conservada e elementos estudados (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 758).

Mais recentemente, José Avelino Gutiérrez González e Lorenzo Arias Páramo, ambos professores da Universidade de Oviedo, realizaram uma síntese documental do recinto amuralhado astorgano, com destaque para o seu processo construtivo. Segundo os autores, a muralha baixo-imperial foi erguida na margem exterior do relevo, junto à inclinação de uma escarpe, onde assenta a sua base, fato que lhe garantia uma considerável altura.⁹ Para atingir esta cota, pelo interior, abriu-se uma ampla vala de cimentação que cortou algumas casas, ruas e outras estruturas preexistentes (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 759). Dentro dessa vala, construiu-se uma sólida cimentação escalonada em *opus incertum*, alcançando uma altura de 2,50 metros. Ao mesmo tempo, a vala de cimentação registada no interior do recinto foi preenchida com terra e materiais arqueológicos, elevando a cota do solo em mais de 1 metro em comparação aos níveis alto-imperiais. Não obstante, os materiais encontrados nesta vala garantem

⁹ A altura total original da estrutura não é conhecida em nenhuma parte do recinto, devido às constantes reconstruções. Contudo, superaria os 15 metros, altura máxima conservada em vários tramos (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 759).

uma datação anterior ao século V (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 759). Sobre esta vala sustentava-se a estrutura da muralha, composta por dois paramentos separados no interior por um núcleo de enchimento repleto de materiais reaproveitados, intercalados com camadas de argamassa de 0,45 a 0,50 metros de espessura. Em zonas de prestígio ou mais frágeis (bases dos torreões, portas, saídas de cloacas, etc.), os paramentos externos eram em *opus quadratum*, pelo menos na sua metade inferior, utilizando alguns silhares de granito reaproveitados de construções preexistentes, contendo inscrições romanas datadas entre o século I e meados do III (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 759.).

Os torreões, sempre de planta semicircular, foram construídos com a mesma técnica empregue nos paramentos interno e externo da estrutura. Segundo os autores, o derrube de alguns destes torreões, junto ao setor oriental, deixa ver a sua técnica construtiva, com continuidade entre os enchimentos dos torreões e paramentos (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 760).

Ainda que muitos detalhes construtivos da muralha possam ser documentados arqueologicamente em diferentes pontos da cidade, muito pouco da estrutura baixo-imperial se preservou. Segundo os autores, a maior parte desta construção foi intensamente transformada entre os séculos V e XV, ainda que se tenha mantido o seu traçado original. Para eles, a maior parte da estrutura conservada, designadamente o tramo norte, junto à Porta Romana, manteve o núcleo de *opus caementicium* original, com diferentes graus de erosão em altura e largura (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 760).

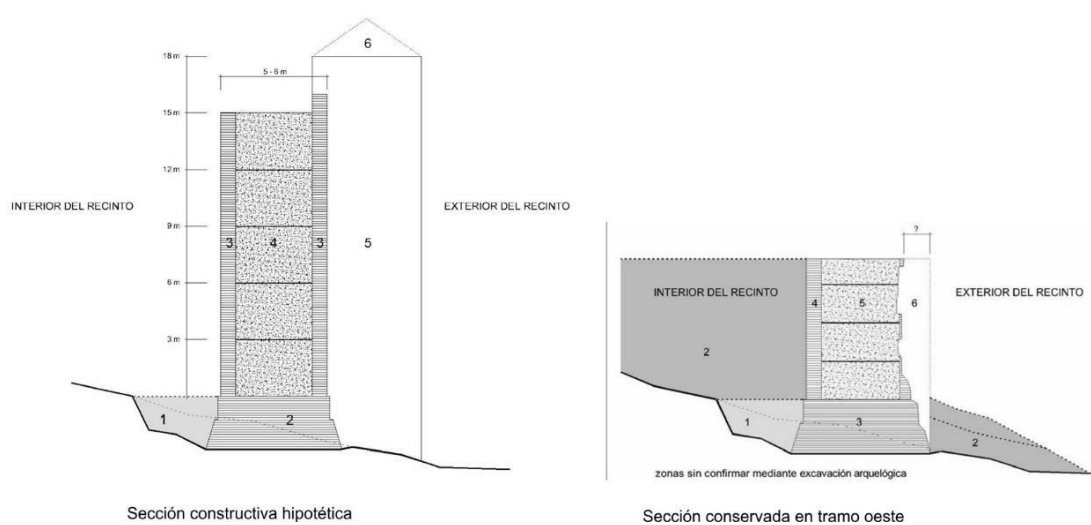


Figura 3 – Seção construtiva da muralha baixo-imperial (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 761).

Para além da Porta Romana, Gutiérrez González e Arias Páramo referem uma cloaca associada. Exumada após um processo de limpeza e restauração, aplicado entre as décadas de 1980 e 1990, a estrutura configura-se num pequeno pano de silharia (3 metros de longitude e 4 metros de altura) com um vão aberto – hoje fechado – por onde corriam as águas. A sua base sustenta-se diretamente sobre o terreno natural. A silharia, em arenito cinza e xisto, é mais ordenada (*opus quadratum* isódomo) próxima ao vão e mais descuidada no resto da estrutura (pseudo-isódomo). O vão é retangular, formado por silhares dispostos regularmente e com um lintel monolítico talhado acima da abertura, o que caracterizaria uma porta. Pela abertura sobressaía ao exterior uma laje monolítica de quartzito (direção NO/SO), com canaleta central construída mediante um recesso de seção trapezoidal, claramente destinada à saída de águas (Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009: 762).

Apesar da pouca informação disponível, as investigações arqueológicas atribuem estas construções a um período entre finais do século III e os inícios do V, ainda que alguns dados estratigráficos apontem que a obra da fortificação se realizou entre finais do III e inícios do IV (Paz Peralta, 2015: 157). Por fim, para Paz Peralta, os torreões que flanqueiam a denominada Porta Romana apresentam similitudes estruturais com os da Porta Miná, em Lugo.

2.2 A muralha de *Lucus Augusti*

A antiga *Lucus Augusti* teve a sua origem na política de integração territorial e administrativa do Noroeste hispânico promovida por Augusto após o fim das guerras Cantábricas (25 a 19 a.C.), tornando-se capital do convento *Lucensis*.

Entre finais do século III/inícios do IV a cidade foi fortificada por uma robusta muralha, classificada como Patrimônio Mundial da Unesco desde 2 de dezembro de 2000.

O aparelho defensivo de Lugo é o mais bem conservado dos exemplares peninsulares, tendo vindo a fornecer diversas informações quanto ao seu sistema construtivo, constituído por fosso, muralha, torreões, torres, portas e *intervallum*, entre outros elementos. Nesse sentido, o arquiteto José Ignacio López de Rego Uriarte¹⁰ e o arqueólogo Enrique J. Alcorta Irastorza,¹¹ tirando partido das mais variadas reparações e escavações efetuadas no local, tiveram oportunidade de expor o modelo construtivo do sistema defensivo baixo-imperial Lucense.

¹⁰ II Curso de Arte Galega em el Museo Provincial de Lugo, entre 19 e 23 abril de 2004.

¹¹ V Congreso de las Obras Públicas em la Ciudad Romana. Lugo, 2008.

Para ambos autores, o fosso defensivo representa um corte perimetral registado próximo à muralha na sua face exterior. Com aberturas horizontais estimadas em torno de 25 e 30 metros, o corte representa um perfil aproximado em 'V', alcançando uma profundidade de 4 a 5 metros, dispondo-se a uma distância aproximada de 30 metros do paramento exterior da muralha (López de Rego, 2004: 72; Alcorta Irastorza, 2008: 9). Contudo, apesar da sua relativa homogeneidade construtiva, o fosso não circunda toda a estrutura de forma contínua, fato confirmado após escavações próximas às cortinas nº 22 e 24 da fortificação, que permitiram exumar dois fossos distintos, separados ligeiramente e sobrepostos em suas extremidades (López de Rego, 2004: 73).

Enrique Alcorta chamou a atenção para a função urbanística do fosso e para a sua utilização como importante canal de drenagem, para além da sua assumida função defensiva. O autor chega a esta conclusão a partir da interpretação das recorrentes caixas quadrangulares de talhe imperfeito identificadas em diferentes cotas na escarpe exterior do fosso, formando uma espécie de canais. Nesse sentido, devido à topografia, o sistema construtivo possui como ponto mais baixo do terreno a Porta Miná, na fachada poente da fortificação, local para onde, de forma gravitacional, as águas deveriam correr e onde, supostamente, se produziria a receção final e a correspondente saída das águas para o exterior da cidade (Alcorta Irastorza, 2008: 10). Desta forma, o autor levanta a hipótese de que a estrutura teria recebido um sistema de receção, controle e drenagem de águas, hipótese ainda em aberto e carente de novos dados concretos até o momento.

A muralha romana de Lugo constitui-se como uma cerca de planta retangular, com esquinas arredondadas, cujo eixo maior se dispõe no sentido N/S, com cerca de 700 metros, dispondo-se o menor, em sentido E/O, com cerca de 500 metros. A superfície intramuros abarcada pela estrutura aproxima-se dos 34 hectares (Alcorta Irastorza, 2008: 13).

A estrutura foi construída a partir da sucessão de cortinas murais retas, com longitudes atualmente muito variáveis que oscilam entre os 5 e os 17 metros. Intercalados a esses tramos erguem-se 85 torreões projetados ao exterior, cujos diâmetros médios oscilam, na sua parte superior, entre 5 e 14 metros. Destes 85 torreões, 64 apresentam planta semicircular original ou pouco modificada. Supõe-se que os torreões estariam coroados por torres de dois ou 3 pisos, que abarcaria também o adarve, possuindo janelas com arcos de meio ponto, abertas por todos os lados (Alcorta Irastorza, 2008: 15).

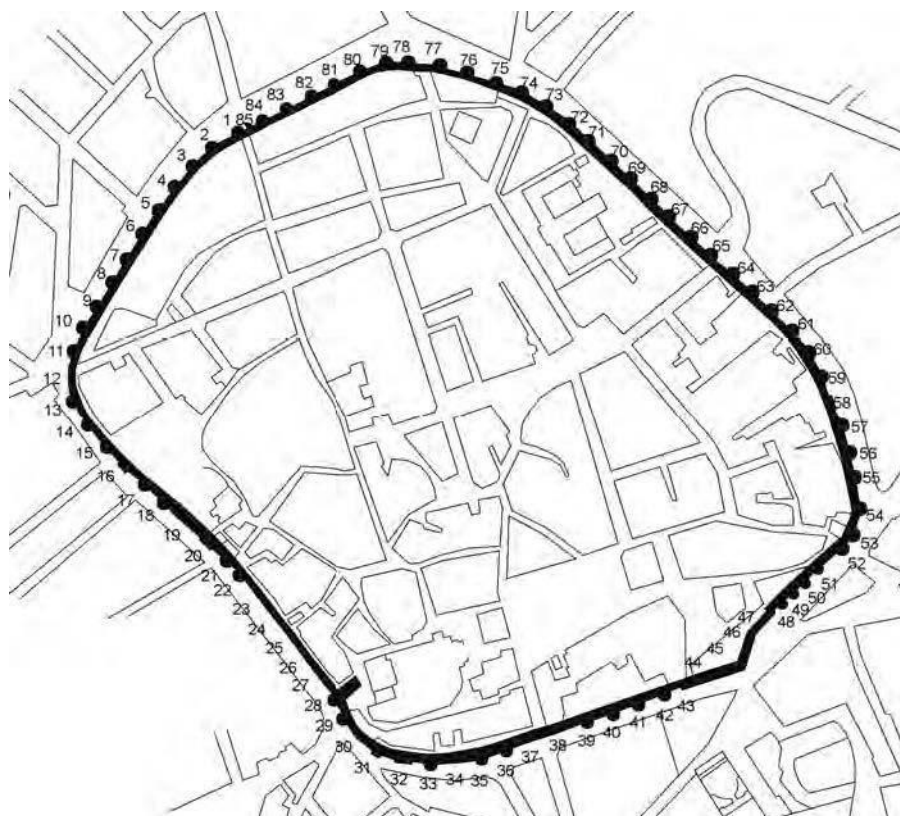


Figura 4 – Planta geral da muralha de Lugo com os torreões numerados (Alcorta Irastorza, 2008: 13).

A muralha assenta no substrato rochoso, a uma profundidade aproximada de 0,75 metros, ajustando-se perfeitamente às valas de fundação, apresentando, geralmente, um paramento exterior bem faceado.

No que se refere à sua cimentação, López de Rego afirma não haver um único tipo em toda a estrutura, ainda que seja certa a existência de uma série de características comuns a toda a muralha. Desta forma, o autor chama atenção para a necessidade em distinguir as cimentações dos paramentos interno, externo e do enchimento da fortificação, sinalizando quatro diferentes tipos: a) cimentações executadas com grandes silhares de granito dispostos isodomamente, bastante frequente nas portas e torreões romanos; b) cimentações executadas em alvenaria com silhares de granito com argamassa de cal e areia em proporções próximas a 1:2 ou 1:3,¹² às vezes com incorporações de conchas, moluscos e telhas moídas; c) cimentações executadas com alvenaria de ardósia misturada com argamassa de cal e areia, nas mesmas medidas acima referidas, sendo comum situações mistas entre os tipos b e c; d) cimentações executadas à base

¹² As proporções remetem à quantidade de areia (2 ou 3) para cada porção de cal (1) utilizada. Vitruvius, no capítulo V de sua obra *De Architectura*, discrimina esta produção a partir da qualidade da areia utilizada. Segundo ele, proporções de 1:2 eram mais utilizadas com areias de melhor qualidade, quase sempre de origem marinha (mais finas), enquanto para outras, de qualidade inferior, empregava-se a proporção 1:3.

de enchimento seco, sem uso de argamassa de cal ou outro aglutinante e materiais reaproveitados (pedaços de quartzo, xisto, granito, ardósia...) (López de Rego, 2004: 74-75).

Quanto aos materiais utilizados, pode-se dizer que a ardósia, em soberana maioria, o granito e a argamassa são as matérias primas básicas empregues na construção, com o complemento ocasional de materiais reaproveitados de construções preexistentes.

A respeito dos materiais utilizados, López de Rego questiona, em certa medida, a proposta admitida por Vázquez Seijas e outros, que interpretaram as camadas de ardósia da estrutura como posteriores às camadas de granito, mais primitivas. Na sua opinião, essa interpretação não corresponde à realidade histórica, ainda que possa não ser completamente censurável. Parafraseando Richmond, o autor chama a atenção para a ausência de granito na região, material presente tanto na construção da muralha, como noutras edificações da cidade, como as termas romanas próximas ao rio Minho. Desta forma, na ereção da muralha de Lugo ter-se-ia usado, preferencialmente, o material de mais fácil talhe e em maior abundância, reservando-se o uso de silhares graníticos para as portas e cortinas adjacentes, como zonas que precisavam de uma maior consistência (Richmond, 1930-31 *apud* López de Rego, 2004: 76-77).

Não obstante, Paz Peralta salienta que a muralha terá sido construída com as disponibilidades de matéria-prima regionais. Para o autor, o baixo índice de elementos arquitetónicos reaproveitados de época romana, bem como a ausência de elementos arquitetónicos nobres (colunas e placas em mármore), sugerem a modéstia dos edifícios alto-imperiais lucenses que, aliada à escassez de recursos económicos e demográficos, potencializada pela crise de finais do século III e IV (Paz Peralta, 2015: 169), teriam inviabilizado a ereção de uma cerca defensiva sólida e, ao mesmo tempo, homogénea, com materiais procedentes de outras regiões.

O paramento externo possui aproximadamente 1 metro de espessura. Como é habitual nas estruturas defensivas romanas do Noroeste, o seu alçado emprega peças triangulares (pontiagudas na extremidade interna) que facilitam a dispersão da argamassa, bem como um melhor ajuste e junção ao miolo. O alçado apresenta, tal como acontece nas escadas do interior dos cubos (figura 6), argamassa aglutinante de boa qualidade (branca, compacta e pouco arenosa) e relativamente impermeável (Alcorta Irastoza, 2008: 15). Por sua vez, o paramento interno revela, ora paredes duplas mais ou menos bem delimitadas, ora parede única, sempre forjada por irregular silharia de ardósia.

Entre o núcleo de enchimento da estrutura intercalam-se vários enchimentos, organizados em camadas de 0,30 a 0,40 metros, compostas por materiais de todo o tipo, sobretudo materiais reutilizados e inclusões. No seu interior constata-se também o alinhamento de *muretes* transversais, de grossuras variáveis e independentes (sem traveção), quase sempre em torno de 0,60 metros (López de Rego, 2004: 79; Alcorta Irastorza, 2008: 20).

Segundo López de Rego, as chaves para compreender o sistema construtivo da muralha emanam do próprio monumento, expressando-se na sua dimensão (superior a 2 km de longitude), no tempo de construção (superior a 25 anos), no número de pessoas que trabalharam em sua edificação (que implicava grupos interdependentes), nas argamassas de traveção empregues (à base de cal, que endurecem muito lentamente e somente em contacto com o ar), na obtenção de matérias-primas (pedreiras próximas para obtenção de ardósia e areia) e outras (López de Rego, 2004: 79).

Tendo por base o estudo pormenorizado da muralha (López de Rego, 2004; Alcorta Irastorza, 2008), pode interpretar-se o seu sistema construtivo. Assim, em primeiro lugar, ter-se-ão levantado os muros dos paramentos interno e externo, até uma altura que permitisse, com facilidade, através de rampas e andaimes, transportar os materiais para o interior do miolo da estrutura. Para isto, era necessário deixar peças salientes que permitiam o travamento dos muros e o enchimento da estrutura para conseguir um todo monolítico. Posteriormente, enchia-se a superfície intramuros com uma camada de argamassa à base de cal, distribuída uniformemente. Imediatamente depois, depositava-se, acima desta camada, outra de ardósia e demais materiais, de modo a não restarem espaços vazios. Em muitos casos, erguiam-se muretes transversais entre os muros, com robustos silhares sem travamento, a fim de delimitar espaços entre os enchimentos. Esta técnica fazia com que os materiais se compactassem com a camada de argamassa e os muros. Seguia-se o levantamento da estrutura, erguendo-se o nível dos paramentos e enchendo seu interior com novas camadas de argamassa e materiais. Para isso, devido à extensa longitude do monumento, os trabalhos devem ter sido divididos entre grupos de operários de modo a erigir partes importantes da estrutura simultaneamente.

No que concerne ao enchimento dos torreões maciços, distribuídos ao longo da estrutura, López de Rego confirma o mesmo processo construtivo descrito, sinalizando dois novos aspetos, determinantes no sistema, relacionados a articulação dos torreões com o pano da fortificação (López de Rego, 2004: 82). Assim, seria imprescindível a construção dos torreões em simultâneo

com as demais estruturas da muralha, dada a relativa fragilidade das cortinas murais. Não obstante, a própria presença de escadas na parte traseira dos torreões, interligadas à parte superior do adarve, confirmam a teoria de que a muralha foi concetualizada previamente à sua construção (López de Rego, 2004: 83). Assim, admite-se que o adarve terá sido construído de forma contínua, ou seja, de uma só vez. Para o autor, mesmo que não seja possível confirmar esta continuidade na totalidade dos torreões, é possível, todavia, garantir um desenho prévio como elemento diretor da obra, sugerido pelo conjunto das escadas que dão acesso aos torreões originais romanos.



Figura 5 – Inserção da escada de acesso ao torreão 29, junto à Porta de Santiago (Alcorta Arastorza, 2008: 31).

Para a zona de ‘separação’ entre os torreões e o adarve, López de Rego atesta, a partir dos dados observados durante as obras de restauração da estrutura, a possibilidade de existirem situações intermédias, destacando três tipos possíveis de execução: 1) o enchimento do adarve tem continuidade com o enchimento do torreão, sem nenhum tipo de separação, nem sequer pelas diferentes equipas de trabalho; 2) o enchimento do adarve não tem continuidade com o enchimento dos torreões e ambos estão separados por um muro sem faces; 3) o enchimento do

adarve não tem continuidade com o enchimento dos torreões, estando ambos separados por dois muros (López de Rego, 2004: 84).

Sobre o primeiro tipo de execução o autor chama a atenção para o fato de a face do paramento externo das cortinas darem continuidade nos muros curvos dos torreões, o que atesta a sua construção simultânea. Já o segundo tipo concebe a separação entre os enchimentos das estruturas descritas pelo muro de contenção do paramento externo da muralha. Para López de Rego, é possível que este muro, não concebido para ficar visível, atue como contenção e cofragem vertical para os enchimentos dos torreões e toda sua estrutura. Esta forma construtiva pode ser explicada por duas razões. A primeira, poderá relacionar-se com a necessidade de levantar rapidamente a muralha defensiva, priorizando o levantamento rápido de alguns torreões, até completar todo o perímetro para, posteriormente, levantar os restantes. Já a segunda razão poderá articular-se com o próprio processo de edificação, separado por equipas com postos de trabalhos definidos e independentes.

O terceiro tipo de execução subentende que o enchimento do adarve tem o seu remate num muro sem face, que é o prolongamento do muro do paramento externo, ao mesmo tempo que o enchimento do torreão rematava num muro que se unia aos extremos do muro exterior do torreão, paralelo ao do adarve e separado por uma junta vertical em toda a altura da muralha (López de Rego, 2004: 84). Acima dos enchimentos, como refere Enrique Alcorta, com base na evidência arqueológica atestada junto ao torreão 43 e a cerca de 0,10 metros abaixo do solo do adarve atual (Alcorta Irastorza, 2008: 24), projetava-se uma nova capa de coroamento por toda a superfície superior da estrutura, de modo a criar um plano horizontal com placas bem assentes e compactadas.

Um dos elementos mais singulares da muralha romana de Lugo são as escadas de acesso aos torreões semicirculares. As bocas de acesso das escadas situam-se a uma altura de 4 a 4,5 metros sobre a cota do solo romano, sendo acessíveis, possivelmente, a partir de estruturas em madeira. Em média, estas estruturas possuem degraus com uma altura de 0,25 a 0,30 metros, por uma largura variável entre 0,98 e 1,02 metros (Alcorta Irastorza, 2008: 34).

Na atualidade, a circulação intramuros está garantida por dez portas, das quais cinco são consideradas romanas, que possuem o mesmo sistema construtivo/defensivo: Nova, Miná,

Santiago, San Paolo ou Toledana e Falsa.¹³ A porta melhor conservada do sistema defensivo original romano, sem edificações anexas, é a Porta Miná, ou *del Carmen*, também chamada de *Mineana*, conforme aparece designada em fontes antigas. Esta estrutura foi construída, na sua metade inferior, com silhares graníticos predominantemente retangulares e aparelhados de forma isódoma, com dimensões semelhantes ao *opus quadratum*. Na parte superior os dois torreões apresentam-se construídos em alvenaria e ardósia. A largura das portas é de 3,60 metros (12 pés),¹⁴ com uma longitude total de passagem desde o exterior de cerca de 4,5 metros. No interior, adjacentes à saída da porta pelo lado esquerdo, registram-se contra portas quadrangulares de 3 a 3,10 metros de lado, conservadas até uma altura de 1,20-1,30 metros, com alçados em potente silharia de granito tipo *opus quadratum* (Alcorta Irastorza, 2008: 39).



Figura 6 – Perspectiva interna da escada do torreão 51 (Alcorta Irastorza, 1998: 32).

¹³ Para maiores informações quanto ao sistema construtivo/defensivo das portas de acesso e contra portas da muralha romana de Lugo poderá consultar-se Cristóbal Rodríguez e Correño Gascón, 2002: 265; González Fernández e Correño Gascón, 2007: 257; Rodríguez Colmenero, 2007: 244; López de Rego, 2004: 85.

¹⁴ Medida semelhante à largura das vias secundárias na malha ortogonal romana de *Bracara Augusta*.



Figura 7 – Perspetiva externa da Porta Miná (Alcorta Irastorza, 1998: 38).



Figura 8 – Vista geral do sistema defensivo interno da Porta Miná, percebendo-se a porta de acesso, o arco da câmara superior sobre esta e o corpo de guarda no adarve com as duas entradas, bem como a escada de acesso geral que comunicaria com a contra porta inferior (Alcorta Irastorza, 1998: 43).

Em suma, o sistema defensivo da Porta Miná estaria composto por uma porta de acesso defendida diretamente por um *rastrilho* e uma porta de duplo batente na parte exterior, assim como por uma câmara superior, disposto sobre o passo da porta, torreões de flanco, contra portas internas e sistemas de adarve superiores (Alcorta Irastorza, 2008: 44).

3 Antecedentes, fundação e urbanização de *Bracara Augusta*

Sabe-se que *Bracara Augusta* foi fundada no fim das guerras cantábricas, no âmbito de um programa imperial de reorganização provincial da Hispânia, a fim de consolidar a presença romana na região, fixar as populações indígenas e promover a sua integração econômica, social e cultural (Martins, 2009: 187).

Embora a fundação da cidade esteja diretamente ligada às políticas de reorganização peninsular levadas a cabo por Augusto no início do Império, o seu estabelecimento resulta de um contexto mais amplo, como consequência do longo período de conquista romana da Hispania e das características e organização das populações que ocupavam o território onde a cidade viria a ser fundada. Sendo assim, consideramos imprescindível, para entender as formas de integração administrativa resultantes da atuação política de Augusto, traçar, ainda que brevemente, uma perspectiva evolutiva que se inicia desde o começo da presença romana na Hispânia.

3.1 Antecedentes

A conquista militar da Península Ibérica pelos romanos enquadra-se num longo processo que se inicia em finais do século III a.C., no curso da II Guerra Púnica, entre Roma e Cartago (Villanueva Acuña, 2016: 122). O conflito, ainda que pouco documentado, perdurou por longos anos, através de inúmeros confrontos e tomadas de posições militares estratégicas por toda a costa mediterrânica peninsular (Tolfo, 2017: 33). Desta forma, devido à imprevisibilidade do processo beligerante, a conquista não se deu de imediato, sob a luz de um plano de dominação e/ou regulação institucional.

Segundo vários autores (Tranoy, 1981: 125; Villanueva Acuña, 2016: 120), a regulação institucional do território dá-se após o conflito, através da criação de duas novas províncias, no ano de 197 a.C.: Hispânia *Ulterior* e Hispânia *Citerior*. Em suma, a organização das províncias durante o período consistia na arrecadação de impostos e no fornecimento de tropas auxiliares,

estando ambas sob o mesmo modelo administrativo (Tolfo, 2017: 34).

De acordo com Tranoy, a administração das regiões que foram sendo progressivamente conquistadas estava baseada num tripé fundamental: a organização provincial; a presença militar e a aplicabilidade de um sistema financeiro (Tranoy, 1981: 145). Deste modo, a supervisão deste modelo administrativo competia a dirigentes que fossem cidadãos romanos, magistrados ou soldados, selecionados por Roma, que tinham como tarefa aplicar as normativas e políticas propostas pelo Senado romano (Roldán Hervás e Wulff Alonso, 2001: 417). Desta maneira, o triunfo final sobre Cartago e a subsequente divisão do território, levaram Roma ao controle das regiões orientais e meridionais da Hispânia, dando início a um período de dominação que não se altera por todo o período republicano (Villanueva Acuña, 2016: 120).

Apesar da aparente estabilidade política e administrativa,¹⁵ Roma foi protagonista de inúmeros conflitos envolvendo as populações hispânicas, fato pelo qual enfatizamos o longo período de resistência militar liderada por Viriato (Villanueva Acuña, 2016:123), no século II a.C. e as incursões dirigidas por Decimo Junio Bruto,¹⁶ encerrando por definitivo os conflitos contra os povos lusitanos nas atuais regiões do Douro e Minho, em 138-136 a.C (Martins, 2009: 194). Estes acontecimentos foram progressivamente consolidando a presença romana na Hispânia, e assumindo, cada vez mais, um caráter imperialista que será mais determinante no decorrer do século I a.C.

Nesse sentido, já entre as guerras civis e a ascensão do Império, Júlio César e Otávio Augusto, frente a um aparente desgaste das instituições republicanas, passam a reorganizar o quadro administrativo do vasto território romano de finais do século I a. C, privilegiando, assim, as regiões provinciais e senatoriais, bem como suas respectivas divisões internas (Tolfo, 2017: 35). Em outras palavras, é somente com o Principado e os consequentes eventos, que se assiste à tripartição provincial promulgada por Augusto em 27 a. C. (Albertini, 1923), dentro do processo de repartição de poderes entre o *Princeps* e o Senado, no qual se fundamenta o regime alto-imperial subsequente (Villanueva Acuña, 2016: 121).

A tripartição provincial promovida por Augusto inicia-se com o fim do processo de conquista total da Hispânia, com ocupação e pacificação dos territórios Astures e Cántabros, entre 25 e 19 a.C. Nesse momento, o território hispânico subdivide-se em três províncias: Hispânia

¹⁵ Até os anos de 160-150 a. C. o avanço romano na península foi lento e muito incompleto (Tranoy, 1981: 125).

¹⁶ Sobre as campanhas de D. Junio Bruto no Noroeste, Villanueva Acuña destaca a dura oposição indígena enfrentada pelos exércitos romanos, pontuando o especial papel dos *Bracaros* no processo, bastante documentado (2016: 123).

Ulterior *Baetica*, Hispânia Ulterior *Lusitania* e Hispânia Citerior *Tarraconensis*. O governo das províncias também estava dividido entre os poderes imperial e senatorial, ficando sob o domínio imperial as províncias da *Tarraconensis*, com capital em *Tarraco* e da *Lusitania*, com capital em *Augusta Emerita*. Sob controle senatorial ficou a província da *Baetica*, com capital em *Corduba*. Dessa maneira, os comandos administrativos estavam representados por legados designados pelo Imperador, nas províncias imperiais e, na província senatorial, por um Pró Cônsul fiel aos interesses do Senado romano (Tranoy, 1981: 137; Roldán Hervás, 1988: 264).

Ainda que as datas de início da integração administrativa perpetrada por Augusto estejam em debate,¹⁷ é consensual que se tenha dado em diferentes momentos, sob a luz de um processo dinâmico e pouco programado (Martins e Carvalho, 2017: 726). Desta forma, as opiniões acerca da última reforma provincial divergem entre os anos 16 e 13 a.C. (Tranoy, 1981: 146), aquando da segunda visita de Augusto à Hispânia e os anos 12 e 7 a.C. (Alföldy, 1969: 207), período posterior à morte de Vipsânio Agripa (Bravo Castañeda, 2007: 109).

Por outro lado, assim como a reorganização provincial, também a data oficial de criação das cidades no Noroeste permanece problemática, sendo genericamente admitido que ela possa situar-se, também, entre os anos 16 e 13 a.C. (Martins e Carvalho, 2017: 726), o que nos parece, no caso de *Bracara Augusta*, bastante aceitável, tendo em conta os dados epigráficos e arqueológicos disponíveis para a cidade, que permitem considerar a sua efetiva ocupação ao longo da última década antes da transição da Era (Martins e Carvalho, 2016: 223).

¹⁷ Villanueva Acuña questiona as fontes e historiografia antigas quanto à sua datação levando em conta a evidência epigráfica do Bronze de Bembibre (15 a.C.), acentuando a complexidade da questão (2016).



Figura 9 – *Bracara Augusta* no contexto administrativo da Hispânia romana (Martins *et al.*, 2012: 34).

3.2 A fundação

O testemunho epigráfico mais antigo da urbe é constituído por um pedestal de estátua, erguida pelos *bracaraugustanus*, no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus* (Martins e Carvalho, 2016: 223), datado entre os anos 3 e 2 a.C., com base na referência do texto ao vigésimo primeiro poder tribunício de Augusto (Le Roux, 1975: 155-157; Tranoy, 1981: 328). Para G. Alföldy, o monumento evidencia a existência de uma relação formal entre os habitantes da cidade e o legado imperial, uma vez que corresponde ao momento em que *Maximus* foi governador da Citerior, entre os anos 4 e 1 a.C. (Alföldy, 1969: 10). Para além disso, M. Martins e H. Carvalho destacam a menção feita na inscrição aos *bracaraugustanus*,¹⁸ fato que demonstra claramente que a cidade já existiria e que se encontrava ocupada por uma comunidade organizada, com capacidade para se expressar em atos de carácter cívico, designadamente, através da construção de monumentos em honra a Augusto (Martins e Carvalho, 2016: 224; 2017: 729).

¹⁸ Ademais, outra referência epigráfica aos *bracaraugustanus* pode ser avaliada num outro pedestal honorífico, ligeiramente mais tardio, dedicado a *Agrippa Postumus* (filho de Vipsânio), apresentado como neto do Imperador e como *Marci Filius*, o que indica que o monumento terá sido erguido antes da sua adoção oficial, ocorrida entre os anos 2 e 4 d.C. (Le Roux, 1975: 155-159).

Outro testemunho relevante para a compreensão do processo de povoamento da cidade está representado por uma inscrição fragmentada, datada entre 5 e 2 a.C., cuja interpretação, ainda que controversa, demonstra que à data da sua execução existiriam em *Bracara Augusta* edifícios ou lugares emblemáticos, alusivos de que a cidade teria sido fundada anteriormente, tendo já sido objeto dos necessários rituais fundacionais que antecederiam o início das atividades construtivas (Martins e Carvalho, 2016: 24).



Figura 10 – Pedestal de estatua dedicada a Augusto, pelos *bracaraugustanus*, no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus* (Martins *et al.*, 2012: 35).

Por outro lado, para além da sua datação fundacional, os dados arqueológicos disponíveis apontam para uma origem civil de *Bracara Augusta*, fato que lhe confere especificidades em termos de povoamento e composição social (Martins *et al.*, 2012: 32), que regista uma considerável presença de indígenas na organização do corpo cívico da cidade, bem representada, também, pela epigrafia. A origem da cidade contrasta com a de *Asturica Augusta* onde o núcleo urbano sucede a um prévio acampamento romano da Legio X Gemina, datado entre 15 e 10 a.C., pelo que pode situar-se no início do reinado de Tibério, entre 15 e 20. Já o caso da fundação de *Lucus Augusti* parece mais problemático, pois a sua suposta origem militar defendida por alguns

autores é contestada por outros que consideram não existir dados suficientes para defender a existência de um acampamento, datado entre 25 e 15 a.C. (Villanueva Acuña, 2016: 133).

Neste contexto, pode considerar-se que a fundação de *Bracara Augusta* reflete a concepção de um novo panorama administrativo e cultural, no qual existiu uma clara convergência entre os interesses de Roma e os das elites indígenas da região. Por outras palavras, pode-se dizer que *Bracara Augusta* surgiu como centro administrativo e económico assumido claramente por Roma e pelas elites pré-romanas (Martins *et al.*, 2012: 34). Assim, quer a origem civil da cidade, quer a importância assumida pela população indígena no seu processo de criação e desenvolvimento devem ser entendidas no âmbito das características do povoamento pré-romano do território em que a cidade se implantou, no coração da área ocupada pelos *Bracari* (Martins *et al.*, 2005). O correspondente território, que se estenderia entre os rios Cávado (Norte) e Ave (Sul), em cujo centro foi fundada a cidade, corresponde a uma área densamente ocupada por um elevado número de castros fortificados, alguns dos quais de grande dimensão.

A escolha do local de fundação da nova cidade foi determinada por razões de natureza topográfica, devido às suas características, uma vez que constitui o remate de uma colina aplanada, com uma altitude máxima de 199 metros (Martins e Carvalho, 2016: 222). Entretanto, é possível afirmar também, que o local escolhido para implantar a cidade poderá ter resultado da importância que o mesmo já possuía no quadro do povoamento pré-romano, constituindo o epicentro de uma série de corredores de comunicação naturais que cruzavam o território no sentido N/S e E/O, aproveitados para a construção da rede viária romana (Martins e Carvalho, 2016: 222).

Apesar de não possuir condições topográficas favoráveis para o desenvolvimento de um povoado fortificado, devido à sua baixa altitude, o sítio onde se implantou a cidade pode, segundo Tranoy, ter constituído num ponto de encontro estratégico para as comunidades indígenas da região, onde poderiam ter sido desenvolvidas atividades políticas, económicas, religiosas e culturais (Tranoy, 1981: 194).

Por outro lado, a organização do povoamento e o desenvolvimento económico atingido pelas comunidades indígenas da região,¹⁹ ao longo do século I a.C., terão certamente jogado um importante papel na escolha do local para fundar a nova cidade, determinando em parte as características do seu posterior povoamento. O protagonismo assumido pelos indígenas na

¹⁹ Fato comprovado pela elevada presença de moedas e materiais cerâmicos importados encontrados (Zabaleta Estevez, 2000; Morais, 1997-98).

estrutura social de *Bracara Augusta* parece demonstrar que a sua criação se deveu a uma decisão política consensual entre Roma e as elites pré-romanas, oficializada pelos instrumentos jurídicos e administrativos romanos, que incluíram certamente rituais e cerimónias específicas, próprias da tradição fundacional romana de criação de novas *civitates* (Martins e Carvalho, 2017: 729). Após esses procedimentos terão sido realizados os trabalhos de agrimensura, conhecidos como *limitatio* e *centuriatio* do território, tendo sido igualmente definida a malha urbana da cidade (Tolfo, 2017: 23-24).

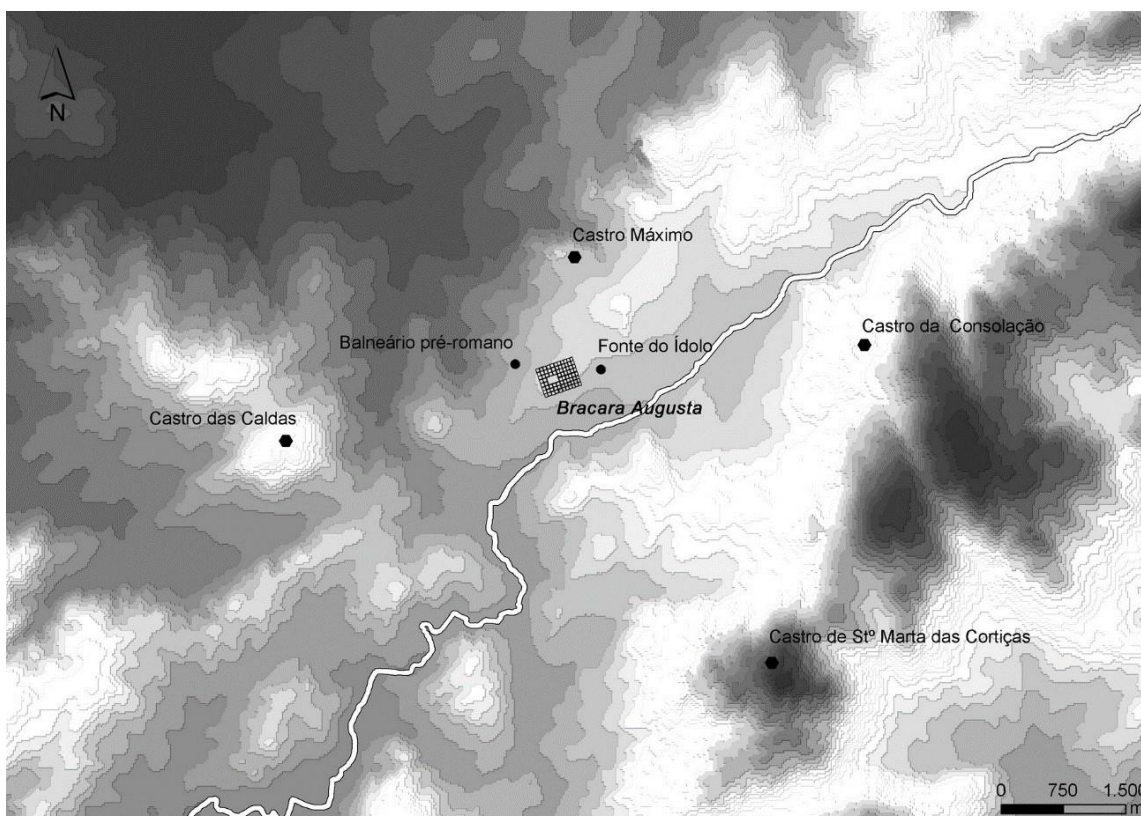


Figura 11 – Localização de *Bracara Augusta*, relativamente ao relevo e aos principais castros da área envolvente (Martins e Carvalho, 2016: 223).

Apesar da escassez de dados arqueológicos quanto ao período fundacional, é possível dizer que *Bracara Augusta* nasceu como cidade planificada, tendo conhecido, desde a sua fundação, um projeto urbano estruturado, tal como acontecia nas cidades criadas *ex novo*, beneficiando de condições topográficas vantajosas e da inexistência de estruturas anteriores, o que facilitou a implementação de um plano urbano ortogonal (Ribeiro, 2008: 222.).

Os eixos viários de *Bracara Augusta* registram uma orientação dominante NNO/SSE e ENE/SSO, com um desvio de cerca de 16° em relação ao Norte. O *cardus maximus* representa o

eixo viário melhor conhecido, sobretudo no seu tramo norte, apresentando uma largura de 7,24 metros (24 pés). Presume-se que este eixo acompanharia o limite nascente do *forum* romano, seguindo para sul com a mesma orientação (Martins e Carvalho, 2017: 731). Do *decumanus maximus* pouco se conhece, sendo suposto que o seu segmento oeste esteja fossilizado na atual rua de S. Sebastião e que o seu traçado leste se prolongaria no eixo da Via XVII (; Fontes *et al.* 2010a; 2010b). As demais vias da cidade apresentam uma largura média entre 10 e 12 pés.

Tomando como referência a distância entre os eixos das vias secundárias conhecidas, é recorrente comprovar uma medida de 156 pés (46,20 metros), tanto no sentido N/S, como no sentido E/O, sugerindo um modelo planimétrico bastante regular. Dessa maneira é possível apurar, considerando as medições viárias padrão, o valor de 120 pés quadrados para os lotes de construção privados, medida correspondente a 1 *actus* (35,52 X 35,52 metros), variando apenas nos quarteirões limítrofes, onde as áreas reservadas à construção seriam ligeiramente menores (Magalhães, 2010: 18; Martins, 2016: 228).

Para além da trama viária urbana, a cidade ligava-se a outras importantes cidades hispânicas por um conjunto de itinerários principais, que começaram a ser construídos ainda no tempo de Augusto, documentados no conhecido *Itinerarium Antonini Augusti*, como também pelas muitas escavações e pelos miliários, associados às diferentes vias.²⁰ Ao mesmo tempo, a rede viária contava com vias secundárias, traçadas sobre os caminhos pré-romanos, que ligavam a cidade a outros centros urbanos de menor estatuto, designadamente às capitais de *civitates* (Ribeiro, 2008: 216).

No prolongamento do tramo norte do cardo máximo tinha início a via XIX que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti*, passando por *Limia* (Ponte de Lima) e *Tude* (Tui). A nordeste, iniciava-se a via XVIII, também designada de Via Nova, ou Estrada da Geira, que permitia uma ligação mais direta com *Asturica Augusta*, por *Bergidum Flavium*. Com base no trajeto da via XVIII registado em fontes cartográficas e epigráficas, admite-se que a via chegaria à cidade por um trajeto semelhante ao formado pelas atuais ruas de S. Vicente, dos Chãos e de S. Marcos. A via XVII iniciava o seu percurso no fim do tramo ocidental do decumano máximo, ligando a cidade a *Aquae Flaviae* (Chaves), seguindo então para *Asturica Augusta*. Além disso, chegaria a *Bracara*,

²⁰ Das seis principais vias que convergiam para a cidade cinco delas são mencionadas no Itinerário Antonino, sendo elas as vias XVI, XVII, XVIII, XIX e a via XX *per loca maritima* (Alarcão 1983 *apud* Ribeiro, 2008: 17).

pelo lado sudoeste, a via proveniente de *Augusta Emerita* que passava pelas atuais Idanha-a-Velha (*Egitania*), Tongobriga, Vizela e Caldas das Taipas. Apesar de não ser mencionada no *Itinerarium Antonini*, sabe-se, a partir da iconografia e de sepulturas encontradas, que a via chegava às portas da cidade romana passando a ponte de Guimarães, seguindo pela atual Avenida da Liberdade, aproximadamente, seguindo posteriormente no sentido do hospital, pela Rua dos Granjinhos, desembocando na via XVII, através da qual se ligava à cidade. Por fim, no fim do tramo sul do cardo máximo convergia a via XVI que tinha origem em *Olisipo* (Lisboa), passando por *Conimbriga*, *Aeminium* (Coimbra) e *Cale* (Porto) (Ribeiro, 2008: 216-217).

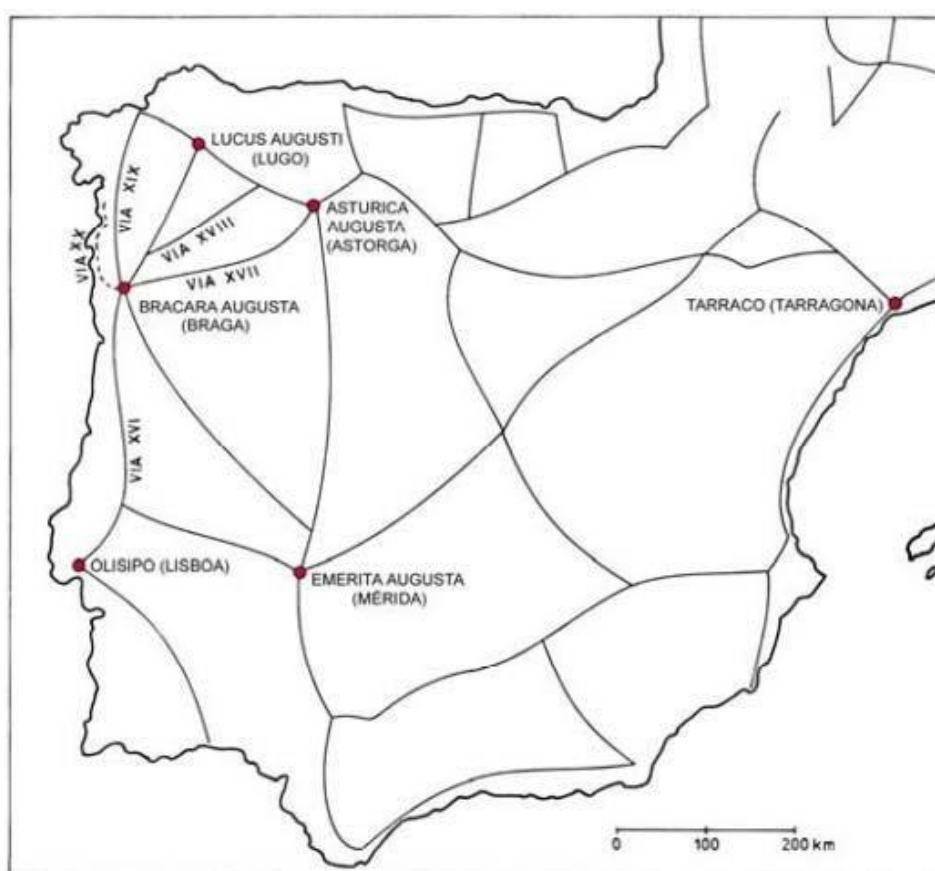


Figura 12 – Rede viária simplificada do noroeste peninsular nos séculos I e II (Morais, 2005: 66).

O Itinerário de Antonino menciona também a via *per loca marítima*, ou via XX, que ligaria a cidade a *Lucus Augusti*. A via ligaria a uma saída poente da cidade, no alinhamento do decumano máximo, contornando o anfiteatro (Ribeiro, 2008: 217-218).



Figura 13 – Implantação da muralha romana e saídas das vias XVI, XVII, XVIII, XIX e *per loca marítima* de *Bracara Augusta* na cartografia atual (Ribeiro, 2008: 279).

No que concerne ao abastecimento de água da cidade, pode-se dizer que *Bracara Augusta* também gozou de privilegiada posição topográfica, desde a sua fundação. A cidade está caracterizada, a norte, pelo amplo vale do rio Cávado, cuja veiga se estende até próximo da cidade, enquanto a sul se articula com uma orografia mais acidentada, marcada por linhas de fraturação, onde correm o rio Este e seu afluente, a ribeira da Veiga, e pela presença de relevos dominantes representados pelos altos do Sameiro, Monte Frio e Santa Marta (Falperra) (Martins *et al.*, 2011: 11).

A região, por sua vez, regista características hidrogeológicas altamente favoráveis à formação e alimentação de aquíferos, bem como à presença de nascentes naturais que fazem brotar a água neles contida, sendo possível destacar, a nordeste da cidade, a bacia metassedimentar das Sete Fontes, situada a cerca de 5 km de distância (Martins *et al.*, 2012: 25). A abundância de recursos hídricos potenciais na zona das Sete Fontes resulta da alta pluviosidade da região, da fraturação do substrato rochoso, da sua alteração e ainda da abundância de contatos litológicos, fatores que, em conjunto, controlam a alimentação e recarga dos aquíferos (Martins *et*

al., 2012: 28). Por outro lado, soma-se à topografia do local, o fato de a região se situar a cotas mais elevadas que a cidade, situação que permitia a condução da água por gravidade, através de aquedutos.

Embora não se registem vestígios que testemunhem a captação e condução de água do território envolvente para a cidade, sabe-se que *Bracara Augusta* não poderia ter sobrevivido sem aquedutos, indispensáveis para assegurar o abastecimento das termas públicas e privadas construídas em diferentes locais da área urbana (Martins *et al.*, 2011: 3). A cidade regista, todavia, testemunhos de aquedutos secundários e tubagens de chumbo que testemunham a distribuição urbana de água captada no território²¹ (Martins *et al.*, 2011: 16).

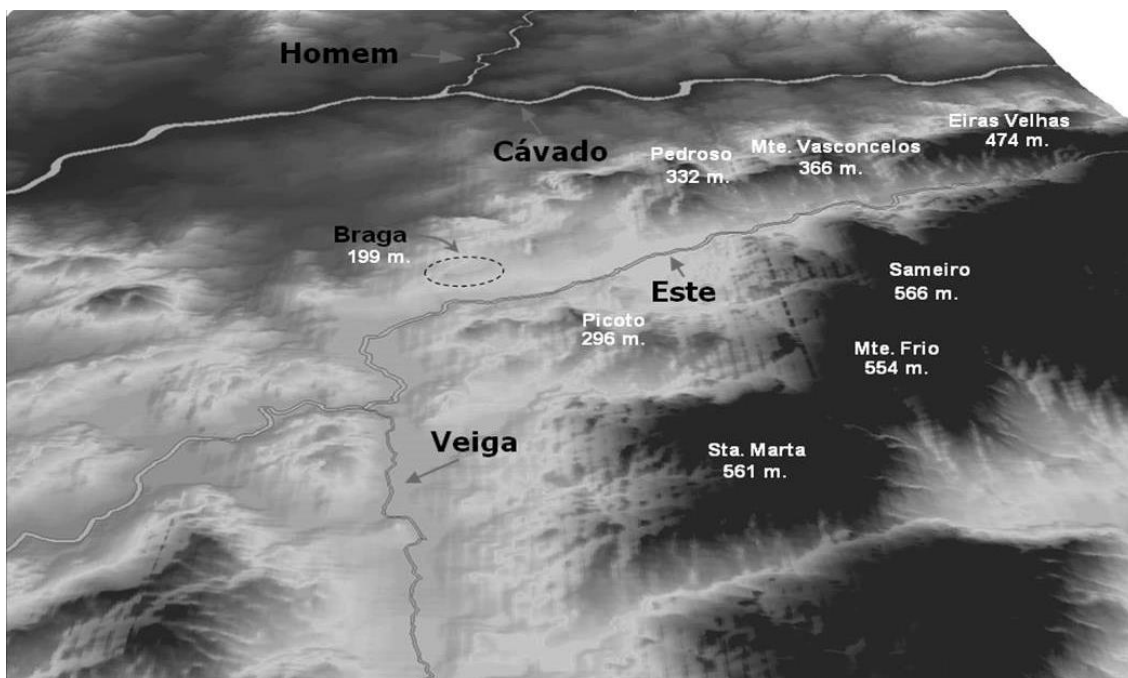


Figura 14 – Restituição da topografia e da rede hidrográfica principal da região de Braga (Martins *et al.*, 2012: 27).

A partir de vestígios amplamente conservados da cidade romana, sabe-se que, para além das formas de captação externas, os recursos hídricos contidos no subsolo da cidade, com níveis freáticos elevados, também foram igualmente explorados. A captação era feita através de poços²² (*putei*) e está bem documentada do ponto de vista arqueológico (Martins *et al.*, 2012: 45).

²¹ Faz-se menção ao troço de um aqueduto subterrâneo identificado em Gualtar, 2005, na área da Escola de Direito da Universidade do Minho, cuja estrutura se assemelha à conduta de abastecimento das termas do Alto da Cividade, muito embora ofereça um *specus* mais alto (1,25 metros de altura, por 0,40 metros de largura) e não apresente revestimento interior (Braga e Pacheco, 2007 *apud* Martins *et al.*, 2011: 17).

²² É possível que os poços tenham garantido o aprovisionamento de água numa primeira fase de ocupação do núcleo urbano, tal como parece ter acontecido noutras cidades, uma vez que o crescimento e monumentalização da cidade, sobretudo entre as épocas flávia e antonina, terão exigido formas de abastecimento mais complexas (Martins *et al.*, 2011: 18.)



Figura 15 – Braga e área das Sete fontes. Extrato da Carta Geológica de Portugal, folha 5D (Martins *et al.*, 2011: 12).

3.3 O processo de urbanização

No que confere à evolução urbana pode-se dizer que *Bracara Augusta* seguiu o modelo prático das operações cadastrais que formalizaram as cidades fundadas *ex novo*, que definiam previamente os espaços destinados aos edifícios públicos e privados, bem como os limites e as áreas periféricas da cidade. Desta forma, buscaremos analisar, a partir de um conjunto de evidências constatadas, o processo de urbanização da área planificada, tomando por referência os séculos I e II, período durante o qual a cidade teria atingido a sua máxima extensão e, conseqüentemente, os séculos III e IV, momento em que se regista um novo programa de remodelação urbana, após sua elevação a capital da nova província da *Gallaecia*.

3.3.1 Espaços e edifícios públicos

Os espaços e edifícios públicos de *Bracara Augusta* conhecidos até o momento corroboram as necessidades comuns a todas as cidades romanas provinciais que tenham desempenhado as funções de capitais de conventos jurídicos. A capitalidade da cidade reflete-se, portanto, em intervenções arquitetónicas significativas, características dos espaços urbanos romanos provinciais, que se vão desenvolvendo ao longo do tempo e que fariam justiça à importância política e económica da cidade, confirmando o progressivo crescimento e

enriquecimento das elites ao longo do século I (Martins *et al.*, 2017: 252-253).

Dos espaços e edifícios públicos monumentais, destacam-se na cidade a existência de um *forum* administrativo e religioso, de um teatro e de um anfiteatro, para além de várias termas públicas. Grande parte destas obras resultaram de um importante programa de monumentalização situado a poente do *forum*, documentado entre finais do século I e inícios do II, que registou a construção do teatro e de umas termas públicas anexas, que implicou alterações significativas na estrutura urbana deste setor da cidade (Martins, 2005; Martins *et al.*, 2013).

Ainda que a localização do *forum* de *Bracara Augusta* tenha sido tradicionalmente apontada, a sua real localização mantém-se desconhecida. Apesar da problemática, especula-se, até o momento, que o conjunto foral se situa nas imediações da capela de S. Sebastião (Martins e Delgado, 1989; Martins, 2009), ocupando uma extensa plataforma, que corresponde ao atual Largo Paulo Orósio, que constituía a área mais elevada da cidade, antes de ter sido rebaixada nos inícios do século XX (Martins *et al.*, 2017: 254). Acredita-se que a área ocupada pelo *forum* romano seria maior que a atual praça, sendo admissível, por razões urbanísticas e topográficas, que o seu eixo maior estivesse orientado no sentido N/NE – S/SO. De acordo com a *forma urbis* da cidade, conferida a partir da restituição da malha fundacional, possibilitada através das evidências associadas aos eixos viários principais da cidade, atribui-se ao *forum* uma possível configuração retangular, com a largura de 2 quarteirões (294 pés ou 87 metros). Contudo, o valor do comprimento apresenta-se mais problemático, podendo contemplar um valor equivalente a 3 ou 4 quarteirões (Martins *et al.*, 2017: 254).²³

No entanto, apesar desta localização tradicionalmente aceite, não existem, até o momento, quaisquer dados arqueológicos que permitam evidenciar as características do *forum*, nem dos edifícios que nele estariam integrados. Ainda que um conjunto de elementos arquitetónicos, possivelmente associados aos edifícios, tenham sido encontrados nas imediações do local, como bases de colunas e capitéis, nada se sabe sobre a localização original desses elementos ou sobre as características daqueles edifícios.

Para além do *forum* romano, a cidade abrigou um imponente teatro, descoberto em 1999, como consequência das escavações arqueológicas nas termas públicas do Alto da Cividade. A

²³ Embora a estimativa de um comprimento com base no valor de 3 quarteirões (450 pés ou 133,20 metros) se aproxime das proporções sugeridas por Vitruvius para este tipo de espaço, os vestígios arqueológicos que vêm sendo identificados na Colina da Cividade, ainda em estudo, sugerem que o eixo maior do *forum* contemplasse um valor aproximado de 606 pés equivalente a 179,37 metros (Martins *et al.*, 2017: 254).

presença deste monumento representa, não só um admirável exemplar arquitetónico, como revela o grau de desenvolvimento atingido pela comunidade cívica bracaraugustana, uma vez que representa o primeiro edifício de espetáculos conhecido numa cidade do Noroeste peninsular (Martins *et al.*, 2006 *apud* Martins *et al.*, 2017: 255).

O teatro romano de *Bracara Augusta* configura-se num edifício com cerca de 72,63 metros de diâmetro (245 pés), construído em simultâneo com umas termas públicas, em inícios do século II. O edifício está limitado por um robusto muro, com cerca de 3,70 metros (14 pés) de largura e que, provavelmente, teria possuído, em seu tempo, uma altura máxima de 13,40 metros (44 pés). A sua *cavea*, implantada junto à encosta da colina, estava dividida em três níveis, separados por *praecinctiones*, com cerca de 1,20 metros (4 pés) de largura, tendo sido escavada apenas parte da *ima cavea*, com vestígios residuais de fiadas de degraus, com 0,70 metros (2 pés e meio) de profundidade e 0,40 metros (1 pé e meio) de altura. A *orchestra* tem um diâmetro máximo de 20,80 metros (70 pés), incluindo a *poedria* e um *praecinctio*. Por estar desprovida de pavimento, pressupõe-se que seria semelhante ao identificado a norte do *aditus maximus*, composto por lajes graníticas. O *aditus* possui 2,40 metros (8 pés) de largura e ligações ao norte da *parascaenium*, através de uma escada com cinco degraus. O *pulpitum* tem um comprimento de 29,54 metros (100 pés) e uma altura canónica de 5 pés romanos (1,40 metros). Ao centro deste espaço está o *hyposcaenium*, com comprimento igual ao diâmetro da *orchestra*. No seu interior foram encontrados dois poços escavados em alterite com cerca de 3 metros de profundidade e de orientação N/S, acreditando-se que eram utilizados por dispositivos de madeira, responsáveis por ativar o *siparium*. O *frons pulpiti* foi pintado e está estruturado em exedras retangulares, com exceção de um, ao centro, que apresenta uma forma semicircular, associada a uma reforma posterior do edifício. O corpo cênico era delimitado pelos *parascaenia*. O situado no lado norte mede 9,49 metros (32 pés) de largura, por 10,70 metros (36 pés) de comprimento, sendo delimitado a poente pela parede do *postcaenium*, com cerca de 0,90 metros (3 pés) de largura. Na parte traseira do edifício identificou-se conservado parte de um pórtico com 7 metros (24 pés) de largura e com restos de um pavimento em *opus signinum* (Martins *et al.*, 2017: 255-256).

Sabe-se que o teatro sofreu pelo menos uma reforma, de cronologia ainda pouco precisa, a qual se encontra associada à ornamentação do *frons pulpiti*, sendo possível que a decoração pictórica conhecida seja coeva (Martins *et al.*, 2017: 256). Ademais, os dados arqueológicos apontam, também, para a desativação do teatro no século IV.

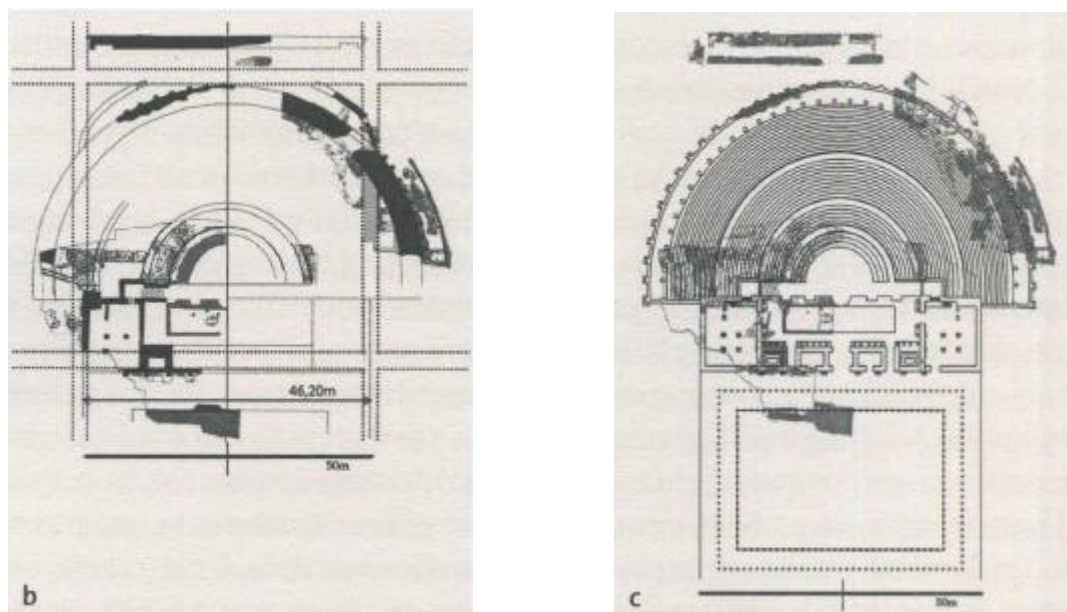


Figura 16 – b) Áreas escavadas do teatro romano com sobreposição da malha urbana do século I; c) Proposta de restituição do teatro (Martins *et al.*, 2017: 256).

No que confere aos edifícios termais da cidade, os dados arqueológicos disponíveis permitem conhecer a planta de dois balneários públicos, sendo as termas públicas do Alto da Cidade o edifício mais bem conservado e registado, encontrando-se já musealizado.

Construído em inícios do século II, em simultâneo com o teatro anexo, o edifício ocupava uma área quadrada, com cerca de 150 pés de lado, que incluía as áreas de banhos e de serviços e uma ampla *palaestra*. O primeiro projeto arquitetónico do balneário formalizou um edifício retangular, com orientação N/S e cerca de 130 pés de comprimento por 40 pés de largura. A fachada poente apresentava um corpo avançado cerca de 20 pés (6 metros) sobre a palestra, onde se situa a piscina do *apodyterium*. O edifício, portanto, de pequenas proporções, possuía cerca de 400 m² de área coberta e salas de dimensões modestas. A entrada dava-se pelo lado sul do edifício, dando acesso a um amplo *apodyterium*, que seria aquecido no inverno e que se articulava com uma piscina fria, estando separado do *frigidarium* por um longo corredor através do qual se acedia à *palaestra*. A área de banhos contemplava, para além de uma sala fria, dois *tepidaria* e um *caldarium*. Na zona norte do edifício situava-se uma ampla área de serviços onde se implantava o *praefurnium* do *caldarium* e se armazenava o combustível. Em contrapartida à reduzida área de banhos existia uma enorme *palaestra* que facultava aos utentes do balneário um nobre espaço de convívio e uma notável vista panorâmica sobre a envolvente da cidade (Martins *et al.*, 2017: 258).

Outro edifício termal registado na cidade foi identificado na rua Afonso Henriques, com base na correlação dos vestígios propiciados por um conjunto de três intervenções arqueológicas, que permitiram restituir parte da sua planta.

O edifício, de maiores proporções, localizava-se nas imediações do *forum* e contemplava uma área de banhos, a nascente e uma ampla *palaestra*, a poente. Assim como outros edifícios públicos da cidade, a sua construção implicou remodelações da malha urbana fundacional, arrasando dois quarteirões residenciais, onde se encontravam requintadas *domus* de finais do século I, bem como a desafetação da rua que as separava. O balneário possui uma forma retangular, orientada E/O, possuindo cerca de 234 pés de comprimento, por 112 pés de largura, totalizando uma área com cerca de 3000 m². O setor de banhos, mais bem conservado, configura-se num espaço quase quadrado, com uma área construída de cerca de 1400 m². A organização interna parece apontar para que uma das entradas se situasse a sul, onde se localizaria um pequeno pórtico, que dava acesso ao *apodyterium*, de onde se podia aceder ao *frigidarium* e daí ao *tepidarium* e a um amplo *caldarium*, com quatro pequenas piscinas nos cantos. A norte deste conjunto de salas existia um corredor, que separava esta área de banhos de outra, onde foi possível identificar um *caldarium* e um *tepidarium*, assim como uma área fria associada a um espaço aberto com tanque central. Esta configuração, dividida em dois espaços separados por um corredor, sugere a possibilidade da existência de dois ambientes termais (Martins *et al.*, 2017: 258-259).

3.3.2 Espaços e edifícios privados

Ainda que existam inúmeras lacunas relativas a um significativo conjunto de quarteirões da cidade, diversos vestígios arqueológicos associados a habitações, sobretudo às *domus*, podem ser identificados por toda a cidade. Estes vestígios, para além da sua importância material, possibilitam o conhecimento e a caracterização dos lotes privados da cidade, uma vez que ocupavam, na sua maioria, a totalidade da área edificável dos quarteirões.

Contudo, mesmo com o significativo número de vestígios de *domus*, inseridas em vários quarteirões da cidade, os dados disponíveis para realizar uma abordagem de conjunto das soluções planimétricas adotadas pelas casas de elite são ainda escassos e fragmentários. Neste contexto, o principal exemplar destas habitações identificados na cidade é a *domus* das Carvalheiras, construída nos finais do século I, mas que terá tido uma curta existência, já que no

século II regista a construção de um *balneum*, que ocupou todo o setor norte da anterior habitação (Magalhães, 2010; Martins *et al.*, 2011; Martins, 2015; Ribeiro *et al.*, 2015).

Apesar de ser a única onde se conhece a planta integral, com átrio e peristilo, a *domus* das Carvalheiras constitui uma referência fundamental para a compreensão das características da arquitetura privada no período alto-imperial, bem como para entendermos as dinâmicas construtivas que formalizaram os espaços privados até à Antiguidade Tardia. A habitação compreende uma área construída com cerca de 1152 m² (110 X 120 pés), que se adaptou à topografia ravinada da vertente através da construção de um muro com cerca de 3 metros de altura, que permitiu formalizar duas áreas distintas da habitação. Uma delas situava-se a sul, estando associada ao *atrium* e salas envolventes, enquanto a outra se dispunha a norte, estando relacionada com o peristilo e os compartimentos que se erguiam em torno de um vasto espaço ajardinado (Martins *et al.*, 2017: 261). A partir de meados do século II, é construído um balneário público, que implicou o fim da *domus*, tal como a conhecemos. O edifício ocupou o quadrante NO do quarteirão e utilizou parte dos muros da anterior habitação, estruturando-se num bloco compacto de quatro salas, com uma área útil de 190 m². Não se conhecem quaisquer remodelações do balneário até o seu abandono no século IV, num período claramente anterior à desafetação das outras termas públicas da cidade (Martins *et al.*, 2017: 264).

Para além das Carvalheiras, dispõe-se atualmente de um significativo conjunto de vestígios de outras *domus* que permite valorizar, não apenas o espaço construído de carácter privado da cidade, como também, em alguns casos, identificar as características das reformas construtivas entre o Alto e o Baixo Império e os investimentos que as elites fizeram no seu património residencial (Magalhães, 2013). Destas habitações podemos destacar as *domus* identificadas na Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital, nas ruas Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas, na antiga Escola Velha da Sé e nas escavações da Zona das Cavalariças (Martins *et al.*, 2017: 261-264).

Apesar da diversidade de soluções planimétricas adotadas nas *domus* de *Bracara Augusta*, sobretudo resultantes da sua adaptação à topografia, cabe referir outros aspetos recorrentes destes espaços privados. As destruições de muitas evidências associadas às primeiras fases de ocupação, decorrentes das generalizadas remodelações em que as *domus* estiveram sujeitas, sobretudo entre finais do século III e inícios do IV, importa referir que elas foram objeto de requintados programas decorativos, cujos testemunhos, apesar de mal conservados,

documentam o investimento que a aristocracia urbana realizou nas suas residências, uma vez que as suas áreas públicas de receção representavam verdadeiros contextos de representação do poder económico e do prestígio social dos seus possesores (Magalhães, 2015 *apud* Martins *et al.*, 2017: 263).

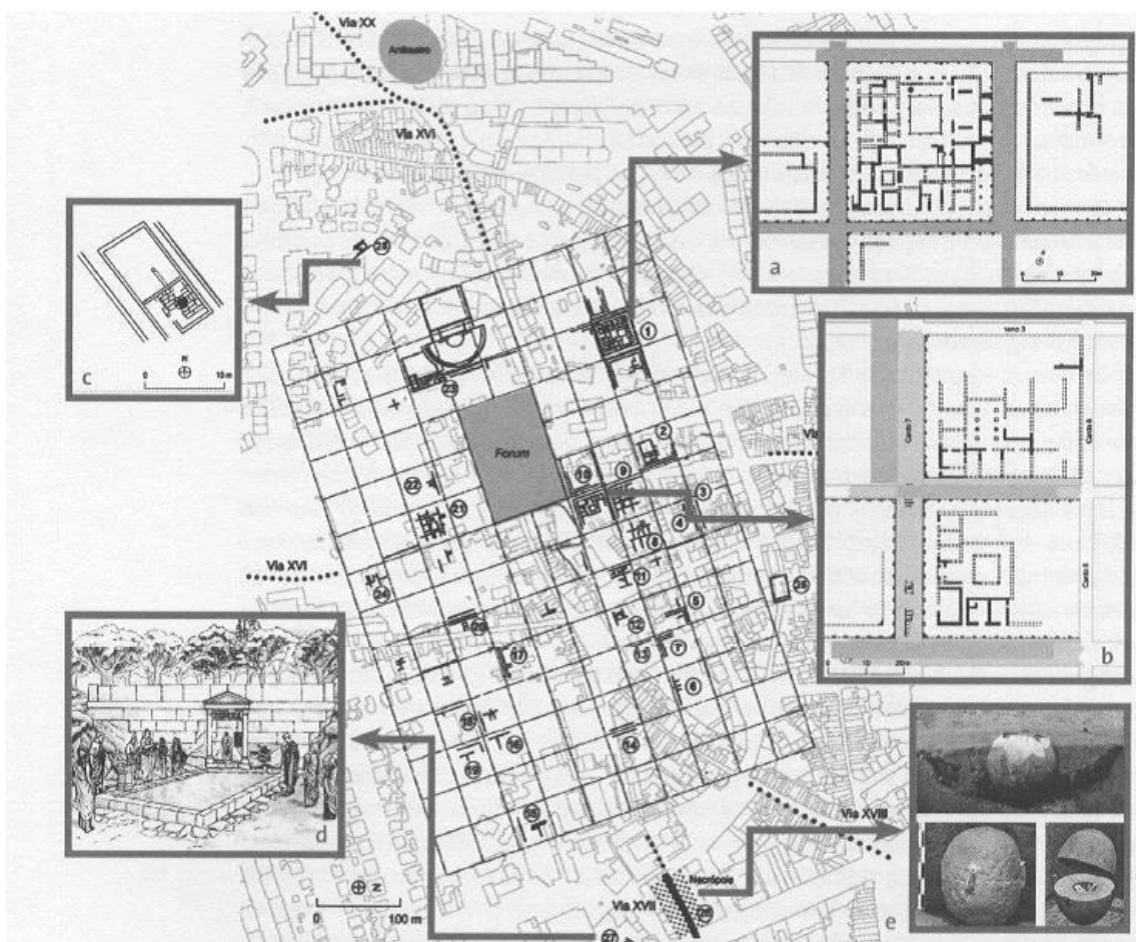


Figura 17 – a) *Domus* das Carvalheiras e quarteirões anexos. b) *Domus* do ex Albergue Distrital e da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas. c) Planta da área escavada da 'Casa do Poço'. d) Restituição da fonte do ídolo (segundo David Vivó). e) Sepulturas de cremação da necrópole da via XVII.

Ao século II atribui-se o crescimento demográfico de *Bracara Augusta* e o aumento do poder de compra da sua população, bem evidenciado, também, por um elevado ritmo das importações, comprovadas pelos materiais provenientes das intervenções arqueológicas (Morais, 1997-98: 13). No período seguinte, caracterizado entre finais do século II e meados do século III, a cidade parece ter conhecido alguma estagnação da atividade construtiva, fruto da recessão característica desse período, muito embora se registre uma importante remodelação nas termas do Alto da Cidade (Martins, 2005: 37). Todavia, *Bracara Augusta* voltou a registar um importante

programa de renovação urbana entre os finais do século III e inícios do IV, período em que a cidade assumiu uma maior importância no contexto das cidades do Noroeste peninsular, com a sua elevação a capital da nova província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano (Tranoy, 1981 *apud* Martins, 2009: 186). Neste período foram efetuadas importantes remodelações em edifícios públicos e privados, tendo sido construída uma poderosa muralha, bem documentada pelos vestígios arqueológicos de diferentes escavações (Lemos *et al.*, 1998, 2002 e 2007).

Sobre este momento de grande dinamismo construtivo, entre finais do século III e inícios do IV, a arqueologia testemunha diversas transformações ou adaptações. Os dados arqueológicos levam-nos a concluir que a cidade possuía uma grande importância política, económica e cultural durante todo o século IV, atestada pela presença de uma grande quantidade de cerâmicas importadas, mas também pela intensa atividade artesanal, o que demonstra uma atividade económica bastante expressiva da cidade do século IV (Magalhães, 2010: 20).

Este período caracterizou-se por uma dinâmica construtiva que levou ao estreitamento dos eixos viários da cidade e ao avanço da construção sobre os antigos pórticos que são privatizados e divididos em vários compartimentos. Não obstante, mantém-se a ortogonalidade característica da malha urbana fundacional, apenas comprometida a partir da Antiguidade Tardia por novas construções sobre os eixos viários, tendência que conduzirá, a prazo, ao desaparecimento da matriz urbana herdada do Alto Império (Martins e Fontes, 2010: 116; Martins *et al.*, 2016: 229). A construção da muralha baixo-imperial, que circunscreveu o perímetro da cidade, contribuiu igualmente para o desaparecimento de alguns eixos viários e para uma nova reorganização dos espaços intramuros.

4 A muralha romana de *Bracara Augusta*

As primeiras referências documentais à muralha romana de Braga datam do século XI, multiplicando-se a partir de então, tanto em documentos compilados no *Liber Fidei* – livro que contém as transcrições de 954 documentos do Arcebispado de Braga –, como noutras fontes escritas (Lemos *et al.*, 1998: 1). Entre elas, aponta-se a descrição deixada pelo cronista árabe *Ibne Abd Al-Hunim Al-Himiar*, que cita as poderosas defesas da cidade bracarense, comparando-a a Mérida (*Augusta Emerita*). Contudo, até à data, não é possível confirmar se a muralha registada em tais documentos ainda estava integralmente em uso entre os séculos X-XII, ou se dela restavam

apenas troços, mais ou menos bem conservados, com exceção do tramo norte que, segundo documentos, ainda se mantinha como defesa da cidade no século XII (Costa, 1978; Marques, 1986: 5-34).

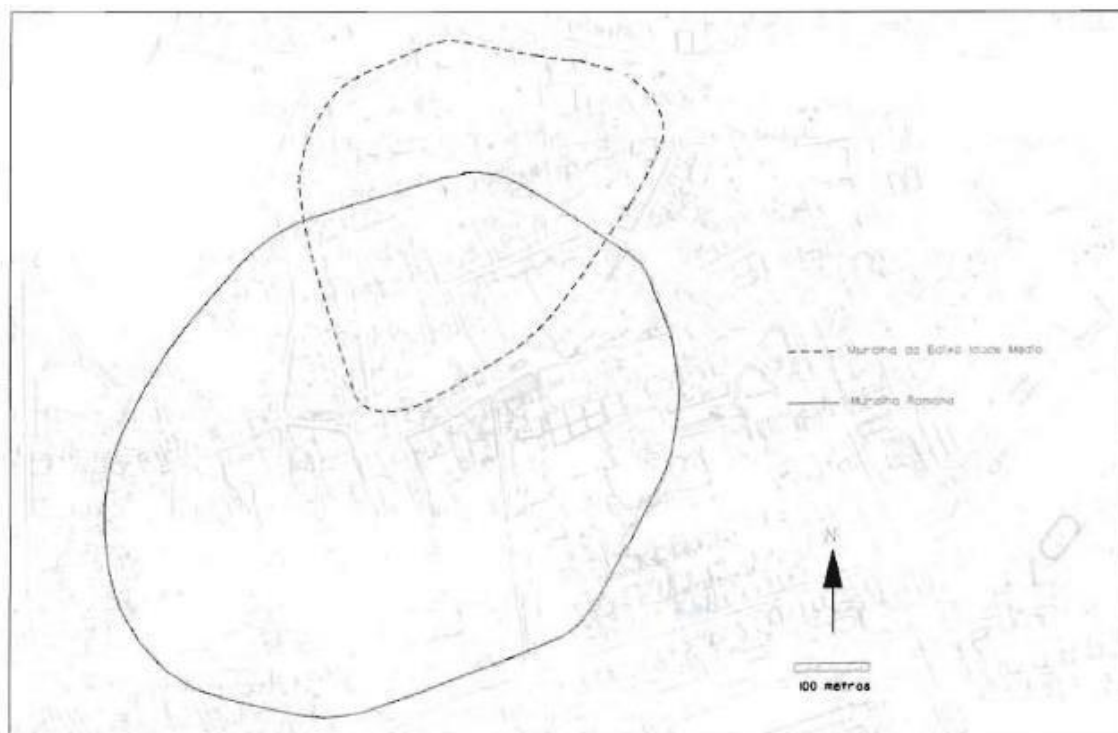


Figura 18 – Relação entre as fortificações romana (a sul) e medieval (a norte) (Lemos *et al.*, 2002: 610).

Sabe-se que entre os séculos XIII e XV se ergueu um novo perímetro defensivo, cujo traçado não coincide com o da antiga muralha de origem romana. Deste modo, percebe-se uma nítida deslocação da cidade para nordeste, consequência de uma nova organização política e espacial, bem representada no mapa de Braunio, de 1594, que regista a Sé Catedral como o novo centro da cidade. O novo perímetro defensivo medieval, reestruturado nos séculos XIV e XV evoluiu a partir de uma primitiva cerca alto medievá que deverá ter sido erguida posteriormente ao século VIII, na sequência das invasões muçulmanas, a qual aproveitou parte da muralha romana no seu tramo norte (Ribeiro, 2008: 188).

Assim, a partir do Renascimento, a antiga muralha romana de Braga seria já uma ruína de um tempo glorioso, cujos testemunhos impressionavam os letrados e os antiquários. Nesse âmbito, sucedem-se as alusões eruditas à muralha em textos de D. Rodrigo da Cunha (1635) e

de Jerónimo Contador de Argote (1721).²⁴ A muralha romana volta a ser objeto de interesse dos eruditos bracarenses nos séculos XIX e XX, cabendo destacar as referências e a planta elaborada por José Teixeira, ou as alusões que a ela são feitas por Alberto Feio Arlindo Ribeiro da Cunha, Rigaud de Sousa (Oliveira, 1978; Nunes e Oliveira, 1985), Alain Tranoy e Jorge de Alarcão, embora todas sejam por falta de fundamento arqueológico (Lemos *et al.*, 2002: 612). Na verdade, até meados da década de 80 do século XX e anteriormente ao início das primeiras escavações arqueológicas na Quinta do Fujacal (1982-83), pouco se sabia a respeito da muralha romana de *Bracara Augusta*, sendo encarada, em muito dos casos, como matéria especulativa, acreditando-se não haver vestígios de sua existência (Lemos *et al.*, 2002: 610-611).

Porém, a partir da análise de fotografias produzidas entre 1940 e 1950, das referências bibliográficas dos textos medievais e dos eruditos bracarenses, bem como dos resultados das escavações efetuadas em diversos pontos da cidade, desde 1976, foi possível, sobretudo a partir de finais dos anos 90 do século XX, obter um conjunto de evidências arqueológicas que comprovam sem ambiguidade a existência de uma poderosa fortificação romana, da qual se conservam alguns tramos e torreões (Lemos *et al.*, 1998; 2002; 2007). Dessa forma, reunindo as mais variadas evidências e fontes conhecidas, foi possível, desde então, elaborar novas hipóteses interpretativas da morfologia que terá caracterizado o sistema defensivo baixo-imperial bracarense, definindo o seu traçado, perímetro, extensão, largura, localização dos torreões semicirculares e, assim, supor a localização de suas portas.

Os resultados mais significativos para o estudo da muralha romana de *Bracara Augusta* foram obtidos nas escavações realizadas na Zona Arqueológica do Fujacal, sobre a qual nos debruçaremos em profundidade na parte Parte II deste trabalho, onde se exumou um extenso pano da fortificação, cuja vala de fundação forneceu materiais datáveis entre finais do século III e inícios do IV. A estrutura detetada apresenta uma largura que oscila entre os 5 e os 6 metros, exibindo um aparelho irregular, resultante de reparações, algumas das quais datadas do período medieval e moderno. O paramento interno corresponde à face externa de um muro, com uma largura de cerca de 0,90 metros. Por sua vez, o paramento externo, tipo *opus quadratum*, que não foi reconhecido totalmente no Fujacal, mas noutros locais da cidade, limita o poderoso

²⁴ Argote refere expressamente que a muralha principiava junto à Igreja de Maximinos, seguindo pelo Sul em direção ao Hospital, inflectindo para Norte em direção à Sé e fechando em Maximinos. Afirma ainda que teria duas portas uma a oriente e outra a ocidente (Lemos *et al.*, 2007:1).

enchimento da muralha, estruturado e estratificado em camadas de grandes pedras transversais, dispostas sobre leitos compostos por pedra miúda, seixos, tijolo partido, argila e areão granítico (Martins, 2004: 163). Neste setor da cidade as escavações revelaram ainda dois torreões semicirculares, projetados para o exterior, com um intervalo de 18 metros entre si e um diâmetro aproximado de 6,35 metros, cujos alicerces encaixam no solo natural. Um dos torreões revelou um paramento externo em *opus quadratum*. Verificou-se, também, a existência de um *intervallum*, sem construções, cuja largura se estima por volta dos 16 metros.

Outras intervenções arqueológicas realizadas em Braga fornecem informações complementares sobre as características e traçado da muralha romana, com destaque para as obtidas na Zona do Hospital de Braga (1995), na Rua dos Bombeiros Voluntários (1997), na área envolvente da Sé Catedral (1997-98), na Rua Paio Mendes (1998) e nos edifícios n.º 112 e 118 da rua D. Diogo de Sousa. Um acompanhamento de obras realizado pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga permitiu detetar um outro tramo da parte norte da muralha, que cruzava a área atualmente correspondente à Rua Frei Caetano Brandão (Lemos *et al.*, 2002; 2007).

A nordeste da Zona do Fujacal, na zona do Hospital de Braga, foram realizadas escavações que puseram a descoberto mais um troço da muralha, ainda que sem vestígios de torreões. Por outro lado, no local foram exumados muros pertencentes à cidade alto-imperial,²⁵ com alinhamentos coincidentes com a orientação da malha ortogonal, fato que permitiu comprovar que a muralha cortou construções neste local, deixando fora do seu perímetro antigos edifícios, certamente desmontados para obtenção de material pétreo para erguer a muralha.

No que consiste ao traçado da muralha no setor setentrional da cidade, três escavações realizadas nas cercanias da Sé Catedral de Braga convergiram, também, para uma melhor compreensão da cerca. Uma destas intervenções foi realizada no subsolo da capela de Nossa Senhora da Glória e colocou a descoberto um troço da muralha (5,80 metros de largura) com características semelhantes ao exumado na Zona do Fujacal. Ainda que não tenha sido registada a presença de torreões semicirculares, esta intervenção acrescentou importantes dados quanto à cronologia da desativação da fortificação neste setor, testemunhando a sua utilização até o século XIII (Fontes *et al.*, 1997-98 *apud* Ribeiro, 2008: 275).

²⁵ No interior do enchimento da estrutura foi encontrada uma lápide funerária fragmentada datável do Alto Império (século II) (Lemos *et al.*, 2007: 5).

Ainda nas imediações da Sé Catedral, especificamente no subsolo dos edifícios pertencentes à Misericórdia, localizados na Rua D. Diogo de Sousa, foram encontrados vestígios bem conservados do paramento externo da muralha, bem como os alicerces de um torreão, equivalente ao identificado na Quinta do Fujacal. Ao mesmo tempo, para além da confirmação do traçado da fortificação, os vestígios detetados permitiram ainda determinar a cota de circulação externa nesta zona durante a época romana, bem como a sua progressiva elevação durante os períodos subsequentes, até a Idade Média, comprovando, assim, a sua reutilização ainda neste período (Ribeiro, 2008: 275).



Figura 19 – Planta (esquerda) e interstícios da muralha (direita) investigados na Zona Arqueológica do Fujacal.
Fonte: Mapoteca da UAUM@

A restituição do perímetro da muralha teve igualmente em conta os restos descobertos a norte da atual rua Paio Mendes. No logradouro do prédio n° 65-67, realizou-se uma sondagem que permitiu detetar a face interna da muralha, com aparelho semelhante ao das primeiras fiadas do Fujacal. Contudo, não foi possível definir a face externa, embora tenha sido possível constatar o arranque de um torreão, similar aos da Quinta do Fujacal. Este tramo defensivo, com uma altura de 3,5 metros e com cerca de 6 metros de largura (20 pés) alinha-se a outro segmento, descoberto no limite norte da Catedral. Assim, a sua descoberta permite definir com precisão o traçado norte da muralha romana, bem como aprofundar os conhecimentos sobre a técnica e a cronologia da estrutura (Lemos *et al.*, 2007: 7-8).

No âmbito do acompanhamento pelo Gabinete de Arqueologia da C.M.B. da instalação da rede de gás na cidade, foram detetados, na rua Frei Caetano Brandão, na rua do Cabido e na rua dos Bombeiros Voluntários, vestígios da muralha. Estes registos, embora complexos e com menor valor informativo, são mais um contributo para a correta fixação do traçado da muralha de *Bracara Augusta*.

Embora as informações a respeito da muralha baixo-imperial bracarense se estejam tornando mais abundantes e acessíveis, por via da Arqueologia Urbana, existem ainda muitas lacunas relativas ao seu traçado exato. No que diz respeito ao perímetro da fortificação, alguns setores como o noroeste, este e sudoeste, permanecem por comprovar arqueologicamente, sendo necessário recorrer a outras fontes para obtenção de novos dados, como a cartografia e a fotografia aérea.

Nesse sentido, quer os fotogramas mais antigos, quer a planta atual da cidade, permitem identificar com alguma clareza o possível trajeto da muralha, que se conserva fossilizado nas curvas de nível e nos limites das propriedades rurais. Desta forma, é possível perceber que a muralha tinha uma forma mais ou menos elíptica, contrastando com a forma retangular que a cidade possuiria no Alto Império (Martins e Carvalho, 2016). Tendo por base o intervalo de 18 metros entre torreões semicirculares na Zona do Fujacal e projetando esse valor para todo o perímetro é possível restituir um total de 97 torreões, incluindo os das portas, encerrando uma superfície aproximada de 40 hectares (Ribeiro, 2008: 278).

O local onde se situariam as portas da fortificação, bem como o número das mesmas, são mais difíceis de determinar, existindo apenas vestígios arqueológicos daquela que seria a porta norte, detetada numa intervenção realizada na Rua Frei Caetano Brandão, a qual daria acesso à via XIX. A localização proposta para as outras portas da cidade foi presumida a partir da articulação dos dados existentes acerca dos grandes eixos de circulação do espaço intramuros (*cardus* e o *decumanus maximus*), das vias que ligavam a cidade ao exterior e das necrópoles associadas (Ribeiro, 2008: 276). Assim, é possível admitir a existência de cinco portas, sendo quatro delas localizadas na intersecção da muralha com os dois grandes eixos viários da cidade, respectivamente nos sentidos N/S e E/O. A porta sul estaria, tal como aquela se situa a norte, já referida, no prolongamento do *cardus maximus*, onde se iniciaria o trajeto da via XVI, para *Olisipo*.



Figura 20 – Implantação da muralha romana Baixo Imperial na fotografia aérea (Ribeiro, 2008: 278).

No perímetro oeste, portanto, teríamos uma terceira porta, no prolongamento da atual rua de S. Sebastião, que corresponde ao traçado do antigo *decumanus maximus*, a qual dava acesso ao traçado da via XVI, para *Olisipo*, podendo, no início do percurso dar igualmente acesso à via XX, *per loca marítima*, que se dirigia a *Lucus Augusti*, pelo litoral.

Por fim, na parte nascente da muralha coexistiriam duas portas. Uma, que consistiria na saída nascente do *decumanus maximus*, localizada no eixo da rua dos Falcões, que dava acesso à via XVII para *Aquae Flaviae*, bem como à via que ligava a cidade a *Augusta Emerita* que, segundo sepulturas encontradas, deveria chegar à cidade pela atual rua dos Granjinhos. A nordeste, um pouco mais a norte da porta de acesso à via XVII, no alinhamento da atual rua do Anjo, localizaria-se a quinta porta, que daria acesso à via XVIII, para *Asturica Augusta*, por Orense (Ribeiro, 2008: 281).

O que se sabe hoje da muralha romana de Braga é muito devedor dos resultados da

Arqueologia Urbana, desenvolvida desde 1976, no âmbito do Projeto de *Bracara Augusta*, que permitiu reconhecer vários vestígios associados à muralha. Através deles foi possível reconhecer partes do traçado, precisar a sua cronologia e confirmar as suas características construtivas, que se revelam semelhantes às suas congéneres de Lugo e Astorga. No entanto, continuam por resolver vários problemas relacionados com as sucessivas reparações da estrutura, com o seu abandono definitivo e com a localização das suas portas (Martins, 2009: 201). Na verdade, são ainda numerosas as questões que permanecem em aberto, uma vez que os dados disponíveis derivam em grande parte de escavações de salvamento, carecendo de investimentos que resultem em trabalhos específicos com vista ao estudo deste importante elemento urbano. Por solucionar ou confirmar estão ainda diversos problemas de cronologia relacionados com as fases de utilização e abandono da estrutura. Embora só com novas escavações seja possível vir a obter informações que completem os atuais dados, estamos certos que um estudo minucioso dos elementos já recolhidos, mas ainda não tratados de forma sistemática, permitirá esclarecer algumas das atuais dúvidas. Em parte, é esse o objetivo da nossa investigação.

5 Objetivos

Os objetivos desta dissertação centram-se na compreensão do processo de construção, uso e abandono da muralha romana de Braga, bem como dos impactos que a mesma teve no urbanismo da cidade do século IV e da Antiguidade Tardia. O ponto de partida da nossa investigação baseia-se na análise e interpretação aprofundadas dos dados fornecidos pelas escavações realizadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no âmbito do projeto de *Bracara Augusta*, na Zona Arqueológica do Fujacal, uma vez que os dados propiciados pelas escavações aí realizadas nunca foram objeto de um estudo aprofundado. Por outro lado, pretendemos valorizar outros registos obtidos noutras escavações realizadas na cidade, de forma a definir com precisão as características construtivas da muralha e o modo como a mesma se adaptou à topografia do terreno. Esperamos, por isso, poder levantar novas questões quanto ao sistema construtivo, avaliando as suas especificidades, constatadas na Quinta do Fujacal e noutros tramos já exumados, buscando compreender novos aspectos sobre a sua utilização e abandono, bem como as alterações urbanísticas que a sua construção implicou.

Dessa maneira, a conclusão dos nossos objetivos passa diretamente por uma clara

compreensão das sequências estratigráficas presentes na Zona Arqueológica do Fajal. Dada a sua complexidade estratigráfica, característica dos contextos urbanos, sobretudo neste, com mais de dois mil anos de ocupação, uma correta compreensão e sequenciação das informações contidas nos registos arqueológicos é crucial para o andamento da pesquisa, uma vez que fundamenta toda e qualquer interpretação posterior.

Por outro lado, torna-se também necessário valorizar a análise dos materiais provenientes dos estratos arqueológicos, uma vez que são eles que podem ajudar a datar as unidades estratigráficas, fornecendo dados qualitativos e quantitativos da ocupação relacionada com a fortificação.

Assim, com uma análise correta destas fontes, espera-se acrescentar novas informações quanto à cronologia das estruturas detetadas, sobretudo os contextos de atividade e abandono da fortificação. Acredita-se que com isso possamos contribuir para a compreensão, estudo e valorização do sistema defensivo da cidade a partir do século IV. Para o feito, pretendemos comparar os dados de outras zonas arqueológicas onde a muralha foi identificada, a fim de compreendermos melhor as características da estrutura como um todo e o modo como a mesma se adaptou à topografia do terreno, resultando em novos contornos urbanísticos. Dessa forma, para além da produção de novos dados para a compreensão da muralha romana de *Bracara Augusta*, espera-se também poder inseri-la no contexto do programa de fortificação das cidades do Noroeste peninsular, comparando a sua estrutura às constatadas nas congêneres de Lugo e Astorga, de modo a situá-las num modelo regional romano de planeamento e construção defensiva.

6 Metodologia de análise

A concretização dos objetivos enunciados passou pela adoção de uma metodologia que necessariamente tem de incluir a recolha e análise de bibliografia, a compilação da informação resultante das escavações efetuadas, a análise e interpretação da informação e o tratamento informático da mesma.

Assim, a primeira fase do nosso trabalho relacionou-se com a recolha e leitura de bibliografia de referência e de trabalhos relacionados com o urbanismo e arquitetura, quer de *Bracara Augusta*, quer de outras cidades romanas na região. Dessa forma, começamos a nossa

investigação pela leitura de obras teóricas e artigos científicos relativos ao tema e circunscritos ao recorte temporal e espacial deste trabalho, nomeadamente, o Noroeste peninsular romano. Procurámos também nessas e em outras obras referências ao nosso objeto de estudo: a muralha romana. Em seguida, analisámos cartas militares, geológicas e hidrográficas da região, a fim de obter um enquadramento geral da cidade e da região circundante de *Bracara Augusta*.

A segunda fase dos trabalhos foi dedicada à análise e compilação da informação resultante das escavações na Zona Arqueológica do Fujacal. Parte desta informação já havia sido estudada e trabalhada anteriormente, o mesmo acontecendo com a obtida noutros setores da cidade, sendo objeto de trabalhos de divulgação (Lemos *et al.*, 1998; Lemos *et al.*, 2002; Lemos, Leite e Fontes, 2002; Lemos, Leite e Cunha, 2007). Contudo, a grande maioria da documentação estava ainda por analisar de forma aprofundada. Assim, procedemos, num primeiro momento, à interpretação e sistematização de toda a informação estratigráfica em unidades estratigráficas (UE), uma vez que os registos usados nas escavações correspondiam ao antigo sistema de camadas e complexos, bem como à conversão de cotas relativas em cotas absolutas, quando necessário. Esta conversão contribuiu para a análise e sequenciação da informação. Para o efeito usamos as listas e fichas de UE desenvolvidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), cuja informação foi inserida na Base de Dados 2ArchIS, o que permitiu um acesso mais célebre aos dados e possibilitou o cruzamento dos mesmos.

Num segundo momento, no decorrer da análise da informação, elaboramos para cada sondagem, diagramas de Harris, os quais permitiram elaborar a Matriz final da sequência de ocupação registada. Para o efeito, utilizamos o programa Arched, desenvolvido unicamente para este fim. Seguidamente efetuamos a digitalização dos desenhos de campo (planos e perfis) e a vetorização em 2D dos mesmos, utilizando o programa AutoCAD. Durante a análise dos desenhos de campo procedemos à restituição de cortes N/S e E/O, ligando os perfis das sondagens, de modo a obter uma leitura estratigráfica mais extensa. Do mesmo modo, procuramos fazer uma restituição da planta geral da área escavada, conjugando os planos finais das diferentes sondagens (figura 18).

2ArchIS - Unidade de Arqueologia

Monumento Intervenção Sondagem UE Matriz UE Materiais Sepulturas Esqueletos Epígrafes Documentação Gestão MetaDados

UE: *
 tipo: *
 Descrição: *
 Sondagem: *
 Interpretação: *

Cronologia:
 Planta:
 Plano:
 Data escavação:
 Relação com a UE:

Corte:
 Alçado:
 Perfil:
 Relação Tipo:

UE SEDIMENTAR

Classes Dimensionais:

Blocos:
 Calhaus:
 Areia muito grosseira:
 Areia grosseira:
 Areia média:
 Areia fina:
 Limo:
 Argila:
 Matriz:
 Compacidade:
 Pendôr:
 Cór:

UE SEDIMENTAR

Inclusões:

Areia:
 Argamassa:
 Argila:
 Blocos:
 Calhaus:
 Carvões:
 Cerâmicas:
 Conchas:
 Limo:
 Ossos:
 Orgânico:
 Telha:
 Tijolo:
 Raízes:
 Outros:

UE CONSTRUÍDA :

Técnica construtiva
 Tipo:
 Aparelho:
 Material:
 Tratamento:
 Inclusões:
 Argamassa:
 Argamassa cor:

UE CONSTRUÍDA :

Outro tipo
 Outro aparelho
 Outro material
 Outro tratamento
 Outras inclusões
 Outra argamassa

UE SEDIMENTAR

Litologia:

Granito:
 xisto:
 quartzo:
 Quartzito:
 Calcário:
 Mat. construção:
 Conglomerado:
 Basalto:
 Complexo Basáltico LX:
 Outra:

Morfologia:

Ângulos:
 sub-angulosa:
 Arredondada:
 Sub-arredondada:
 Aparelhada:
 Outra:

Secção:

UE CONSTRUÍDA :

Comprimento
 Largura
 Altura/espessura
 Raio

* Campos obrigatórios ; NOTA: para inserir aspas no campo descrição colocar " (acento agudo)

Gravar e Voltar Gravar Cancelar

Figura 21 – Base de dados 2ArchIS, da UAUM.

Posteriormente, desenvolvemos o estudo do espólio proveniente das escavações, sendo o mais representativo, o espólio cerâmico. Para isso, foram selecionadas as UEs mais significativas, que podiam fornecer dados cronológicos das estruturas. Após a análise dos materiais, inserimos todas as informações, novamente, na Base de Dados 2ArchIs.

Com o recurso aos desenhos de campo já vetorizados, à caracterização dos materiais e às técnicas construtivas, realizamos uma descrição arquitetónica e funcional dos espaços construídos, bem como dos seus impactos urbanísticos e topográficos na cidade baixo-imperial e tardo antiga. As fases de ocupação que foram definidas contribuíram para o estabelecimento de uma relação entre a estratigrafia, as estruturas e o espólio, resultando numa proposta de períodos de atividade e abandono da fortificação.

Por fim, a última fase do trabalho consistiu na redação e defesa pública da presente dissertação, tentando transmitir a investigação realizada, assim como as principais conclusões a que chegamos.

Parte II

O contributo da Zona Arqueológica do Fujacal: os dados arqueológicos

1 Enquadramento das intervenções arqueológicas

As intervenções arqueológicas na Quinta do Fujacal constituem o resultado de um conjunto de campanhas de escavação efetuadas na área a sudoeste do Hospital de Braga, com o objetivo de determinar o interesse arqueológico de antigos terrenos que se dispunham em terraços no local. Desta forma, numa primeira fase, foram efetuadas prospecções de resistividade (1977) e sondagens arqueológicas (1978) com a finalidade de confirmar os dados resultantes do então relatório da equipa de Geofísica, limitando-se aos denominados terraços A, B e C.

Posteriormente, numa segunda fase, em 1981-82, foram levadas a cabo escavações na área envolvente da antiga Quinta (terraço D), com o objetivo de confirmar e definir o traçado de uma estrutura tida tradicionalmente como a muralha romana de *Bracara Augusta*. Assim, foram efetuadas duas sondagens no local, uma a norte e outra a sul. A primeira, incidiu sobre a zona destruída pela abertura de uma conduta de água, confirmando-se assim uma descrição do princípio do século. A segunda, localizada a sul, permitiu a deteção do paramento interno da muralha. Contudo, devido à circunstância dos proprietários do terreno se terem oposto ao recomeço das campanhas, no ano seguinte, não foi possível atingir a fundação da estrutura.

O estudo desta área manteve-se, assim, em suspenso, até 1992, momento em que a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho fora solicitada, através do IPPAR,¹ a intervir no local. De fato, o novo proprietário dos terrenos, a firma Local Sociedade de Construções Ltda., representada pelo Sr. Jorge Carvalho, dispunha-se a financiar os trabalhos arqueológicos necessários para uma adequada identificação da muralha e terrenos adjacentes. Esta solução para o problema, que se arrastava há mais de dez anos, foi definida após diversos contatos entre a supracitada empresa e os Drs. Fernando Real e Lino Augusto Tavares, respetivamente Diretor do Departamento de Arqueologia e Chefe de Divisão de Arqueologia da Direção Regional do Norte do IPPAA.²

Assim, transferida a verba do IPPAR para a Universidade do Minho, em princípios de 1993, as escavações iniciaram-se de imediato, em abril do mesmo ano, dando início a um longo período de intervenções arqueológicas no local, que decorreram até o ano de 2001.³ As diversas

¹ Instituto Português do Patrimônio Arqueológico.

² Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico e Arqueológico.

³ Grande parte destas intervenções foram efetuadas sob a supervisão de José Manuel de Freitas Leite.

escavações realizadas na Quinta do Fujacal permitiram pôr a descoberto um extenso pano da muralha romana e esclarecer algumas questões relativamente à sua cronologia, características e traçado, que se viria a revelar coincidente com o anteriormente sugerido por José Teixeira, em 1910.

A metodologia aplicada nestas intervenções foi a mesma, habitualmente, empregada nos trabalhos arqueológicos de *Bracara Augusta*. No tabuleiro superior da área em estudo foi instalada uma quadrícula de orientação N/S e E/O. Ao eixo N/S foi atribuída uma sequência alfabética, enquanto no eixo E/O a sequência foi numérica, assemelhando-se a um tabuleiro de xadrez. Para o ponto 0, mais a sudoeste da quadrícula, foi escolhido a base de um pilar integrado no alpendre de um antigo solar, atualmente utilizado como lar da Santa Casa da Misericórdia.

Ao todo foram abertas 55 sondagens, cobrindo uma área total escavada de, aproximadamente, 880 m². Como norma, foram delimitados quadrados de 4x4 metros para as sondagens, sendo, na zona adjacente à muralha, necessário adaptar as sondagens às dimensões das ruínas, de modo a obter-se uma leitura adequada da estrutura.

O registo arqueológico foi elaborado através de desenhos, fotografias, vídeos e slides. Após os trabalhos, os cadernos de campo foram arquivados na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, enquanto o restante do acervo documental foi depositado no Museu D. Diogo de Sousa, juntamente com todo o espólio exumado.

2 As sondagens: descrição e estratigrafia

A fim de se obter uma melhor compreensão dos trabalhos realizados na Zona Arqueológica do Fujacal, procederemos a um resumo dos resultados dos diversos setores intervencionados no sítio e à sua interpretação estratigráfica. Para isso, de modo a facilitar a compreensão apresentaremos as sondagens de sul para norte, de acordo com a planta arqueológica da Quinta (Apêndice 6).

2.1 D17/18/19

As sondagens nos setores D17/18/19 realizaram-se em 2001, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos reunidos ao longo das muitas campanhas anteriores sobre a estrutura da muralha e averiguar a existência de um possível torreão semicircular no local. Na

mesma sondagem foram escavados os três quadrados da quadrícula, sendo que o quadrado D19, por questões que se prenderam com a estabilidade dos terrenos de uma vivenda localizada a sul, apenas foi escavado na sua metade norte.

Para além do muro (UE1582) de contenção de terra e/ou de divisão de propriedade do século XIX, que limitava uma cangosta a oeste, de acesso aos terrenos de cultivo da antiga quinta, identificado já em anteriores campanhas, a realização desta intervenção permitiu estender até o limite sul do terreno a área a descoberto do troço da muralha nesta zona, ampliando os conhecimentos relativos à morfologia da estrutura defensiva.

Nos setores D17/18 (Apêndice 2), apenas se escavou até ao miolo da muralha (UE1540=UE2241) e da face interna (UE1502) para poente, uma vez que o espaço para nascente já havia sido escavado em 1993, o que permitiu confirmar mais uma vez a forma maciça do seu enchimento.

No setor D19 (Apêndice 3), pelas razões acima referidas, escavado apenas na metade norte, tal como previsto, foram encontrados fortes indícios de um outro torreão semicircular. Efetivamente, não obstante a permanência do nível freático, que não permitiu a escavação plena desta área, foi possível identificar um corte no substrato rochoso, que parece desenhar um semicírculo, com a mesma amplitude dos outros dois exumados em anteriores campanhas. São ainda perceptíveis os alinhamentos que compõem o miolo da estrutura, constituídos por grandes blocos dispostos transversalmente (UE1540) em relação aos seus dois paramentos.

No que concerne à sua estratigrafia, a sondagem realizada nos sectores D17, D18 e D19, situados na parte sul da quadrícula da Zona Arqueológica, registam 5 diferentes períodos de ocupação. A primeira fase corresponde a um momento anterior à construção da muralha (UE1502=UE1540=UE2241=UE1538). Nesta fase é possível identificar a vala de fundação da muralha representada pela interface negativa correspondente à UE1580, que corta tanto a camada identificada com a UE1576 quanto o substrato rochoso para a fundação da estrutura. Após este momento, identificou-se uma nova fase, caracterizada pelo período de construção da muralha romana, datável entre finais do século III e inícios do IV. Nesta fase encontramos vestígios da própria muralha (UE1538), do enchimento da sua vala de fundação (UE1575) e da sua estrutura interna, representada pela UE1540 (aparelho construtivo interno/miolo), pela UE2241 (interstícios) e pela UE1579 (argamassa). Encerrado o período de construção da muralha, iniciou-se a fase de utilização da mesma, representados pelos enchimentos individualizados como

UE1574, UE1573 e UE1572. Passado o momento de utilização da fortificação, possivelmente durante a Alta Idade Média (séculos VII/VIII), evidencia-se uma nova fase de ocupação do sítio, assinalada pela vala de saque (UE1581) da sua estrutura e seus enchimentos (UE1577 e UE1578). Um último momento ocupacional, já no período contemporâneo, está marcado pela construção de um muro (UE1582), representado pela sua vala de fundação (UE1583) e estrutura construída, sobre a qual assentava a UE1500, representando a unidade estratigráfica mais recente da Zona.

2.2 EF18

A sondagem designada EF18, escavada em 1993, fica adjacente à muralha, tendo sido aberta com a finalidade de confirmar os resultados da sondagem realizada mais a norte, adiante mencionada. A escavação da sondagem não foi concluída, quedando-se a escavação pela cota absoluta Z=167,03 metros.

2.3 E18/19/20 e F18/19/20/21

No conjunto dos setores E18/19/20 e F18/19/20/21 (1993) foi posto a descoberto o miolo da muralha, que se verificou ser formado por pedra predominantemente miúda e fragmentos de *tegulae* (UE2241). Na zona a nascente deste conjunto de setores nota-se um muro (UE1542), parcialmente derrubado (EF20), com características muito tardias, tendo sido encostado ao miolo da muralha, o que significa que o paramento externo da mesma terá sofrido derrubes anteriores. Desta forma, devido às constantes reparações na imponente estrutura da muralha, a sua estratigrafia mostrou-se bastante complexa, revelando diversos períodos de utilização do local e intervenção na estrutura.

É possível averiguar, num primeiro momento, uma fase sedimentar inicial, representada por camadas de detritos, bastante antigos, sobre o substrato rochoso da Zona (UE1511 e UE1528), cujos recortes foram preenchidos pelas UEs 1529 e 1563=1552.

Num segundo momento, regista-se as valas de fundação da fortificação, representadas pelas interfaces negativas identificadas com a UE1523 (paramento interno) e com a UE1551 (paramento externo), que cortam tanto as unidades estratigráficas citadas acima, como o substrato rochoso. Associadas a estas valas está a própria estrutura da fortificação, caracterizada pelas suas

faces interna e externa e pelo enchimento da estrutura (UE1502=UE1540=UE2241=UE1538), bem como pelos sedimentos que preenchiam as suas valas de fundação, respetivamente, UE1524 e UE1525=UE1530, e UE1568=UE1560. Associado a estas estruturas está, também, apoiado ao paramento interno da muralha (F18), o que possivelmente teria sido um muro de suporte de escada (UE1541). Estruturas como esta, de cotas aproximadas, foram identificadas em outras duas sondagens (K21 e H19), endossadas ao paramento interno e próximas aos cubos semicirculares da fortificação identificados nesta Zona.

Após este período de fundação da muralha, entre finais do século III e inícios do IV, identifica-se um período de sedimentação, associado, possivelmente, ao funcionamento da fortificação e do seu *intervallum*, caracterizado pelos enchimentos de nivelamento UE1524 (EF18/19/20) e UE1567=UE1561 (E19/20), tendo sobre eles os enchimentos UE1525 e UE1553=UE1564, respetivamente.

Assim, no seguimento desta fase caracterizada pela ausência de atividades antrópicas, regista-se uma fase de pontuais reparações da estrutura da fortificação romana, associadas ao seu abandono, provavelmente após o século VIII.

Num primeiro momento, identifica-se, junto aos quadrados E19/20, a construção de uma nova estrutura, representada por um muro (UE1542) de suporte de terras externo, com uma vala de fundação (UE1554) e respetivo enchimento (UE1555), sobre o qual assenta uma pequena camada de sedimentação (UE1550) que nivela o solo.

Depois, num segundo momento, registam-se reparações nos paramentos interno (UE1521) e externo da muralha (UE1571), associadas às UE1522 e UE1569 e respetivos enchimentos (UE1532 e UE1570).

Após estas reparações, é possível averiguar, após um longo período de sedimentação natural (UE1531, nos setores EF18/19/20), uma nova fase de ocupação da Zona, já em tempos modernos, assinalada por saques da estrutura da antiga muralha romana. Foi possível identificar, primeiro, dois grandes saques da estrutura (UE1558 e UE1536) e seus respectivos enchimentos (UE1557 e UE1537) e, depois, numa atividade posterior, um segundo saque (UE1533), que corta a UE1537 e está preenchido pela UE1500, camada sedimentar bastante recente, identificada em toda a Zona Arqueológica da Quinta. Logo após os primeiros saques, regista-se a fundação de novas estruturas, já contemporâneas, possivelmente de inícios do século XX, momento em que a quinta se encontrava em uso. Dessa nova fase construtiva

destacamos a construção de um novo muro (UE1543) de contenção de terras (UE1559), que cortou a UE1500 e assentou sobre a estrutura do muro.

Posteriormente à construção do muro UE1543, regista-se uma grande vala de revolvimento resultante de antigas escavações no local, assinaladas pela interface negativa correspondente à UE1548 e seu enchimento UE1545. Não obstante, logo em seguida, nota-se a abertura para a fundação (UE1547) de uma canalização, que corta o enchimento referenciado com a UE1545, preenchida pela UE1546 e, posteriormente, pela UE1544.

2.4 F14

A sondagem F14, cuja escavação se iniciou em 1993, apenas foi totalmente escavada no ano de 1994. Nela foram detetados restos de uma estrutura quadrangular em tijoleira, sem tampa. O fundo estava intacto (UE2009), mas as *tegulae* laterais apresentavam-se muito fragmentadas (UE2008). No interior não se exumou qualquer espólio. O conjunto foi removido por técnicos do Museu D. Diogo de Sousa, após prévia consolidação das *tegulae*. A escavação atingiu o substrato rochoso, tendo sido detetado, também, assente na rocha, a estrutura de um muro antigo (UE2001).

No que concerne à sua estratigrafia, pode dizer-se que a área sondada não foi permanentemente ocupada, não registando mais estruturas além das acima citadas.

Assim, na primeira fase de ocupação registada, junto ao substrato rochoso, foi possível identificar a fundação do muro UE2001, caracterizada pela fundação referenciada com a UE2011. Logo após a sua construção, registou-se uma segunda fase, caracterizada pela zona de derrube (UE2007) do muro (UE2001), seguida pelo saque (UE2005) destas ruínas e seu posterior enchimento (UE2006).

Posteriormente, após um peculiar momento de sedimentação natural (UE2004), identificou-se, na cota absoluta $Z=168,63$ metros, o que parece ser uma sepultura (UE2009=UE2008). Contudo, esta estrutura foi cortada por um novo saque das estruturas arruinadas do muro identificado com a UE2001, com uma vala de fundação (UE2002), seguida pelo seu posterior enchimento (UE2003).

Acima desta realidade assentou-se uma nova camada sedimentar natural (UE2000), de nivelamento, depois sobreposta por outra camada, desta vez superficial (UE1500).

2.5 F16

Na sondagem F16, escavada em 1993, não se descobriram quaisquer estruturas, tendo apenas sido exumados seis blocos bem aparelhados (UE2015), aparentemente deslocados da sua posição original. Os blocos assentavam em terra.

No substrato rochoso foram identificáveis duas camadas sedimentares, com finalidades diferentes. A primeira (UE2021), logo acima da rocha, configurava-se numa pequena camada de enchimento natural, bastante escura e com poucas inclusões no seu interior. Sobrepondo-se a esta, observou-se uma nova camada (UE2020), claramente identificada como um enchimento de preparação do solo, possivelmente para assentar as estruturas encontradas logo acima. Acima desta camada assentaram-se seis silhares (UE2022a=UE2022b=UE2022c e UE2015a=UE2015b=UE2015c), bem talhados e aparelhados, de difícil interpretação.

Num segundo momento, identificou-se uma pequena vala de saque destas estruturas, representada pela fundação (UE2017) e respetivo enchimento (UE2018).

Cessadas essas atividades, o sítio regista um longo período de sedimentação natural (UE2016), sem intervenções antrópicas ou de qualquer outro tipo.

Passado este período natural sem revolvimentos no solo, anotaram-se dois novos saques, já bastante recentes, contemporâneos, das estruturas associadas aos silhares, já referidos. Estes saques (UE2013 e UE2275) estão preenchidos pela UE1500, camada superficial de toda a região da Quinta.

2.6 G18/19/20/21

Nesta sondagem, intervencionada em 1998, que incidiu sobre uma zona menos perturbada da muralha, o elemento mais interessante a assinalar é, para além da cerca, o possível arranque de uma escada (UE1503) de acesso ao topo da muralha, semelhante às assinaladas em Lugo.

Nesta sondagem foi possível detetar, de forma bastante clara, todos os elementos estruturais da fortificação, tendo sido possível obter ótimas informações relativas ao seu aparelho construtivo. Na estrutura exumada observa-se bem a configuração dos paramentos interno (UE1502) e externo (UE1538), assim como a composição estrutural do miolo, caracterizada pela

disposição de diversas muretes transversais (UE1540) e diversos outros componentes, como materiais reaproveitados misturados com argamassa bastante consistente (UE2241).

Encostado ao paramento interno da muralha, a norte da sondagem (G19), vê-se o arranque de um muro (UE1503), com a mesma orientação da muralha, melhor registado nas sondagens superiores (H19/20). Acredita-se, que este muro tenha sido suporte para uma escada de acesso ao caminho de ronda da muralha, na parte superior da fortificação.

A nascente, paralelo à estrutura da fortificação, registou-se o prolongamento (sudoeste) de um muro (UE1543) de contenção de terras, bastante recente, já assinalado em sondagens (EF19/20) anteriormente descritas.

2.7 H12

No quadrado H12, escavado em 1993, apenas se detetaram três estruturas, mas de tal modo arruinadas que se torna impossível estabelecer a sua funcionalidade. Aliás, duas parecem ser bastante tardias, correspondendo a dois alinhamentos com uma única fiada (UE2032 e UE2038), que assentam sobre níveis de derrube. Uma base de pilar (UE2026), exumada no canto noroeste da sondagem será talvez mais antiga, pois mergulha em depósitos arenosos e argilosos que se sobrepõem à supracitada camada castanha e à própria areia granítica (saibro ou alterite).

Junto ao substrato rochoso da vala sobrepuseram-se duas camadas sedimentares bastante arenosas, identificadas pela UE2037, mais recente, e UE2036, posterior.

Após este período de sedimentação natural, registou-se, cortando a UE2036, uma pequena vala de fundação (UE2276), com estruturas de uma sapata (UE2230) e um alicerce (UE2029) no seu interior, servindo de base para o já citado pilar.

Num terceiro momento, logo acima destas estruturas, identificou-se uma zona de derrube (UE2034) seguida por um nível de abandono (UE2035) das estruturas, que presumimos corresponderem a uma ocupação posterior ao abandono da muralha.

Posteriormente, regista-se em sua estratigrafia um saque (UE2033) das estruturas então abandonadas, seguido pelo seu enchimento (UE2034).

Acima deste saque, identificou-se, por toda a sondagem, uma nova e extensa camada de derrube (UE2023), associada a outras estruturas não identificadas por completo. Por sua vez, associadas a esta extensa zona de derrube, estão duas grandes valas de saque (UE2024 e

UE2027) e seus respetivos enchimentos (UE2025 e UE2028). Esta realidade, bastante recente, configura-se na última fase de ocupação registada nesta sondagem, sendo posteriormente sobreposta pela camada superficial da Quinta (UE1500).

2.8 H14

Nesta sondagem, intervencionada em 1993, foram exumadas quatro estruturas, sem ligação aparente entre si. A um nível superior desenha-se um muro semicircular, cuja funcionalidade se desconhece, mas que admitimos ter sido um poço (UE2045), de época relativamente recente. No centro da vala, dois muros, ortogonais entre si (UE2041 e UE2042), assentam num estrato de derrube. Com este conjunto poderão estar relacionados os restos de um solo (UE2054), de tipo *opus signinum*, de cronologia tardia. Nesta vala conservava-se uma base em tijoleira, que assentava sobre um estrato sem estruturas arqueológicas.

Num primeiro momento, junto à rocha, foi possível identificar a vala de fundação (UE2058) de três muros, assim como a preparação de um solo (UE2278) e a sapata (UE2277) de um deles (UE2042). Assentes nesta vala foram identificados os muros correspondentes às UE2241 (E/O) e UE2242 (N/S), aparentemente associados entre si, e o muro referenciado com a UE2057 (S/N), cuja vala de fundação foi identificada com a UE2052.

O saque (UE2050) das estruturas do muro referenciado com a UE2042 bem como o seu enchimento (UE2051) assinalam o início a um período de intensa atividade construtiva na Zona. Desta atividade anota-se, assentada sobre o enchimento correspondente à UE2051, uma estrutura em caixa, com paredes (UE2056a=UE2056b) e sem tampa, preenchida, posteriormente, pela camada identificada pela UE2055. Ao mesmo tempo, sobre o mesmo enchimento, identificou-se o que possivelmente teria sido um poço (UE2045), já desativado, preenchido pela UE2046, posteriormente saqueado (UE2047). Por outro lado, ao mesmo tempo e sem ligação direta, registou-se uma zona de derrube (UE2049) associada às estruturas referenciadas com as UEs 2041, 2042 e 2057. Acima desta zona sobrepôs-se uma pequena camada de preparação (UE2053) para o assentamento de um solo, em *opus signinum* (UE2054). Por cima de todas essas estruturas acumulou-se uma extensa camada de enchimento natural da vala de saque do poço (UE2047) e de todas as outras estruturas.

Posteriormente, após este longo período de enchimento natural, num período já bastante

recente, identificaram-se dois novos saques na Zona (UE2043 e UE2039), com seus respectivos enchimentos posteriores, UE2044 e UE2040.

Por fim, por cima desta última intervenção, acumulou-se uma nova camada sedimentar, a UE1500, que define o nível superficial mais recente de toda a Zona.

2.9 H19/20 e I19/20

Os setores H19/20 e I19/20 (Apêndices 3 e 5), escavados em 1993, foram delimitados a partir de uma sondagem pré-existente, aberta nos anos 80 do século XX, interrompida sem se ter alcançado o substrato rochoso. Nesse ano, exumou-se o alicerce da muralha, sendo perceptível uma pedra aparelhada com três faces. Verificou-se, também, que o substrato rochoso foi cortado para a implantação do referido alicerce. A cerâmica do enchimento é do Alto Império, o que comprova a cronologia tardia da muralha. No corte poente notam-se os alicerces de um muro que parece ter sido cortado pela muralha. Nada indica, porém, que este muro se integre num conjunto funcionalmente mais vasto. Adossados à muralha, distinguem-se dois estratos sedimentares, que admitimos terem correspondido à formalização do *intervallum*, já que se acompanha a orientação da muralha. Sobre este nível, assentam sucessivos estratos de aterro, relacionados com o progressivo abandono da funcionalidade defensiva da muralha.

Apesar da intensa atividade atestada, com construções e reparações de estruturas, não foram identificados intensos períodos de ocupação do local, pelo que apenas a assinalar a construção da muralha, os saques e reparações em sua estrutura.

A sondagem atingiu o substrato rochoso, que permitiu identificar, acima do mesmo, dois estratos sedimentares sobrepostos, sendo um deles, possivelmente, um solo antigo não pavimentado. O primeiro (UE1511), acima da rocha, mostrou-se bastante deteriorado, enquanto o segundo (UE1512), posterior, se apresentava bastante compacto e nivelado. Nesta cota foi possível identificar a fundação (UE1506) da muralha romana, cortando tanto as camadas sedimentares, quanto o substrato rochoso, para assentar o alicerce da fortificação (cota Z=165,63 metros). No seu interior identificou-se parte da face interna da estrutura defensiva (UE1502), assim como os posteriores enchimentos da vala de fundação, sobrepostos entre si (UE1507 e UE1508, respectivamente).

Após este período de fundação da fortificação, registou-se um período de sedimentação

natural (UE1513), seguido pela fundação de uma nova estrutura, adjacente ao paramento interno da muralha. Esta estrutura representa um muro que se acredita ter sido construído e utilizado como suporte de escadas de acesso ao caminho de ronda da muralha. Desse muro identificou-se a sua vala de fundação (UE1509), a sua estrutura (UE1503) e o enchimento de sua fundação (UE1510), seguidos por um breve enchimento de nivelamento do solo (UE1518).

Um segundo momento de ocupação está assinalado pelos saques da muralha e do muro de suporte adjacente. Nesta fase foram identificados dois saques. O primeiro (UE1514), corta a estrutura do muro UE1503, tendo sido preenchido pela camada identificada com a UE1515. O segundo (UE1517), por sua vez, rasga a estrutura da fortificação, sendo posteriormente enchido pela camada correspondente à UE1519.

Posteriormente a estes saques, seguiram-se dois longos períodos de sedimentação natural, registados pelas camadas UE1520 e UE1505.

Num momento mais tardio regista-se um novo período de reparação da fortificação. Este processo está assinalado por uma vala (UE1501), que rasga todo o subsolo até encostar na estrutura da muralha a, aproximadamente, 1 metro acima da sua fundação (cota Z=166,93), preenchida por um enchimento (UE1504), sobre o qual repousa o estrato superficial da Zona Arqueológica, UE1500.

2.10 I20/21/22/23

Nestes setores, escavados em 1998, testemunhou-se um dos elementos mais interessantes de toda a Zona, representado por um torreão semicircular, semelhante ao encontrado nos setores MN25/26. No entanto, este torreão, situado a uma distância de 18 metros do outro, conserva duas fiadas acima dos alicerces, ainda que da primeira apenas se tenham conservado alguns elementos, com silhares graníticos de bom aparelho, dispostos de forma radial.

Por outro lado, é de notar, no extremo nascente da vala, a estrutura pétreo de uma mina de água, bastante recente, provavelmente de inícios do século XX.

2.11 J11

Neste setor, escavado em 1998, foi detetada uma estrutura mal definida, aparentemente um possível alicerce de alguma construção agrícola da Idade Média. A um nível inferior, localizou-

se um poço redondo de época romana, cuja parte superior foi cortada, provavelmente na Idade Média. A este poço está associado um sistema de condutas de água.

2.12 J14

Nesta sondagem, intervencionada em 1993, foram identificadas quatro estruturas: duas condutas de água, sobrepostas e com a mesma orientação (NE/SO); os restos de duas estruturas de tijoleira (predominante) e pedra, que foram interpretadas como sepulturas e que parecem ser posteriores às duas condutas.

Este conjunto de estruturas assenta sobre uma camada castanha, que parece corresponder a um solo natural (UE2079).

2.13 J21/22/23

Nestas sondagens, efetuadas sobre a muralha romana, foi possível confirmar a estrutura construtiva da fortificação, bem como o seu alinhamento. Para além da estrutura da muralha, observou-se também uma canalização (UE2272), de orientação NO/SE assente sobre a fortificação. Esta canalização, assim como a identificada junto aos setores K20/21/22/23, com a mesma orientação, sugere uma cronologia moderna, uma vez que corta as estruturas da muralha para a sua fundação à cota Z= 167,19 metros.

2.14 K20/21/22/23

Neste setor há três aspetos importantes a destacar: a complexidade estratigráfica resultante de revolvimentos modernos, nomeadamente da abertura de uma mina de água que partia da Nora; a descoberta do paramento externo da muralha e respetiva vala de fundação; a deteção de um buraco de poste no lado exterior da muralha (figura 32) e a confirmação das características da face interna da muralha, já registadas noutras sondagens.

Da documentação desta sondagem, também consta o desenho de muros divisórios e uma canalização, os quais se entendeu por bem registar cuidadosamente e desenhar, apesar de serem de Idade Moderna, época em que toda esta área foi reordenada como campos de cultivo anexos a um conjunto de quintas (palácio dos Falcões; palácio do Raio; Misericórdia).

2.15 L9

Nesta sondagem, escavada em 1998, não se detetou qualquer estrutura digna de registo, salvo um fragmento de muro, eventualmente tardio. Os estratos identificados são o resultado de sucessivos revolvimentos e o substrato rochoso encontra-se a pouca profundidade relativamente à superfície (menos de 1,5 metros), como se pode verificar pelos desenhos dos cortes.

2.16 L13

Nesta sondagem foram encontrados os restos de uma estrutura agrícola, em que se destacam duas grandes mós e um pavimento lajeado, talvez circundados por um muro. Os elementos exumados neste setor correspondem a uma ocupação baixo-medieval ou moderna. São mais alguns vestígios que documentam o aproveitamento agrícola desta área da cidade de Braga, que se manteve intacta até os anos 70/80 do século XX.

2.17 L24

Ainda que não tenha sido objeto de qualquer intervenção arqueológica, julgamos relevante o apontamento deste setor, devido, primeiro, ao facto de aí terem sido retirados e parcialmente registados vários fragmentos de estacas em madeira afiados numa das suas extremidades, que fariam parte de um sistema de andaimes para auxílio à construção da muralha, mas também, devido às circunstâncias em que ocorreram esses achados, bastante peculiares. A sua identificação resultou das condições climáticas adversas, mas também de uma enorme negligência, manifesta na falta de profissionalismo do operador da máquina retroescavadora que procedia a manobras necessárias à implantação dos alicerces do vértice noroeste do bloco habitacional em construção nos terrenos situados a nascente da muralha. Resistente aos avisos e recomendações da equipa, assistiu-se, lamentavelmente, a uma derrocada de terras junto à face externa da muralha, acabando por fragilizar o terreno e facilitar a ação do nível freático que conduziu à ruína de parte da estrutura o que transformou a zona num autêntico pantanal.

Ainda que não tenha sido possível proceder a registos muito minuciosos, foi possível recolher um conjunto de fragmentos de postes que se misturavam com lama à superfície. Os

elementos recuperados possuem valores que oscilam entre 0,80 e 1,35 metros de comprimento, com uma seção mais ou menos quadrangular, cujos valores variavam entre 0,75 e 0,15 metros. Foi igualmente possível, no momento de recolha destes fragmentos, identificar os negativos de três deles, distando entre si aproximadamente 0,50 metros, verificando-se que o do centro se encontrava em posição vertical, enquanto os outros se dispunham obliquamente, indiciando um travamento com aquele. No perfil resultante do deslizamento, averiguou-se ainda algumas lascas lenhosas, perfeitamente entaladas no substrato rochoso.

Dos cinco fragmentos exumados, quatro deles estavam cuidadosamente afiados numa das extremidades, enquanto na outra pareciam ter sido cortados logo que deixaram de ter utilidade. O fragmento sem ponta terá sido partido, muito provavelmente, pela máquina e a parte afiada ter-se-á perdido na confusão de terra e lama. Destes elementos, apenas foi possível registar com rigor os três do centro, enquanto os outros dois foram posicionados tendo em conta a distância entre aqueles.

2.18 N11

Neste setor registou-se um amplo revolvimento resultante da implantação de uma conduta de água moderna, construída para drenagem de águas de irrigação das hortas, que ocupavam este espaço. Esta mina de água está, seguramente, relacionada com a Nora que dava o nome ao terreno: Campo da Nora.

2.19 MN25/26

O elemento construtivo mais importante a destacar desta sondagem (Apêndice 5) está representado pela descoberta dos alicerces, assentes na rocha, escavada para o efeito, de um torreão semicircular, formado por grandes blocos dispostos de forma radial. O torreão entronca no miolo da muralha, tendo o seu paramento exterior ruído. Um muro posterior constitui uma estrutura de limite de propriedade, provavelmente erguido na Idade Média, apoiado no miolo da muralha romana.

2.20 08

Neste setor não foi possível alcançar a rocha, tendo-se registado a crista de um muro, de orientação NO/SE, bem como o prolongamento de uma conduta de água, também registada, e já referenciada, junto ao setor N11.

2.21 Q15/16/18/20/21/22/24/25/26/27

A primeira fase de ocupação registada na documentação dos setores Q15, Q16, Q18 (Apêndice 4), Q20 (Apêndice 4), Q21, Q22, Q24, Q25, Q26, Q27, na parte norte da sondagem, é antiga, anterior e/ou contemporânea da muralha romana. Desta fase regista-se uma canalização, identificada pela sua vala de fundação (UE2145), que corta o sedimento acima do substrato rochoso (UE2192) para a sua construção (Q20). O aparelho apresenta dois muros (UE2141 e UE2142), com alinhamento S/E, associados a um enchimento (UE2146) da sua vala de fundação e, posteriormente, ao enchimento interno da canalização (UE2143).

A fase de ocupação seguinte está caracterizada pelas valas de saque da canalização (UE2204 e UE2198), posteriormente preenchidas pela camada referenciada com a UE2193.

Em seguida, após a fase de saques das estruturas da canalização, constatam-se dois novos momentos de ocupação, representados pelas fases de construção e destruição de dois níveis de pavimentação, um posterior ao outro (Q21/Q22). Num primeiro momento é possível identificar, assente na camada identificada com a UE2193, restos de um piso (UE2187), amplamente saqueado (UE2189 e UE2194). Num segundo momento, identifica-se um outro piso (UE2183) e um pavimento lajeado (UE2184), possivelmente associados a uma outra estrutura (UE2180) que foi muito saqueada (UE2181).

Ao mesmo tempo, mais a nascente, identifica-se também a fundação de um muro (UE2220), com vala de fundação (UE2232) sob a sapata correspondente à UE2230, sendo posteriormente saqueado (UE2219).

Posteriormente, verifica-se um longo período de sedimentação natural no local, (UE2111 e UE2195), registando-se um grande saque (UE1592) junto à estrutura representada pela UE2111. Deste modo, devido ao longo período de inatividade antrópica na Zona, sobretudo nas sondagens próximas à fortificação romana, pode-se inferir que o mesmo corresponda ao período

de atividade da muralha e do seu *intervallum*.

Posteriormente, com o fim da sedimentação natural, identifica-se uma nova fase, desta vez com uma ocupação bastante ativa. Nesta fase podemos destacar a construção de dois muros, UE1586=M4 e UE1585=M2 (Q15/Q16). Estes muros possuem orientação NO/SE e NE/SO, juntando-se nas extremidades SE e SO. É possível encontrar junto às estruturas as suas valas de fundação (UE2113 e UE2086) com os respetivos enchimentos (UE2110 e UE1598), bem como os interstícios dos muros (UE2095 e UE2093). Associado ao muro identificado com a UE1586 está um possível piso (UE2099), que foi saqueado (UE2114). Na mesma fase construtiva é possível identificar outras quatro estruturas (UE2103=M10, UE2108=M9, UE2139 e UE2140).

Passada esta nova ocupação, assinalam-se saques (UE2117, UE2115 e UE2082) dos muros correspondentes às UE1586 e UE1585, bem como dos pisos e pavimentos associados. Num momento posterior assinala-se, na sondagem Q16, a implantação de um pilar/bloco (UE1584), com vala de fundação (UE1589), sapata (UE1590) e enchimento da fundação (UE1591). Neste período também se identifica a construção de três muros (UE2102=M6, UE2112=M8 e UE2119=M7, observados na sondagem Q18. Estes muros seguem a orientação S/O, N/E e S/E, respectivamente, formalizando, possivelmente, o espaço interno de uma habitação. Também no setor Q20 se registam novos muros (UE2136 e UE2134), que se juntam nas extremidades SE/E, articulados com um pavimento em *opus signinum* (UE2135), com valas de fundação (UE2149 e UE2148), sapatas (UE2171 e UE2172) e enchimentos da fundação (UE2153 e UE2152).

A fase seguinte caracteriza-se por uma nova fase de saque de estruturas pré-existentes e construção de novas outras.

Dessa forma, podemos pontuar nesta nova fase a construção de uma canalização na parte poente da sondagem Q16. A canalização está bem representada por duas paredes (UE1595 e UE1596), tampa (UE1597) e interstícios (UE2092). Foi ainda possível identificar a construção de um novo muro (UE1587=M1), representado apenas em plano. Foram ainda identificados saques (UE2121 e UE2126) nas estruturas dos muros registados na sondagem Q18 (UE2103=M10 e UE2102=M6) e a preparação (UE2124) de um pavimento em *opus signinum* (UE2123).

Na região mais central das sondagens estudadas (Q20), assinala-se a construção de um *hipocausto*, associado ao muro (UE2138), com orientação NE/S e a *colunelos* (UE2160), tendo-se observado a preparação do terreno (UE2161) para seu assentamento. A destruição do

hipocausto está representada por uma extensa vala de saque das estruturas (UE2156), estando o abandono representado por várias camadas de sedimentos (UE2162, UE2164 e UE2137).

Por fim, como última fase de ocupação, identificamos a construção de novas estruturas junto aos setores Q22 e Q24. No setor Q22 regista-se a fundação de três novos muros (UE2173, UE2174 e UE2176) e de um pavimento associado (UE2177), assim como uma canalização (UE2175), ainda mais recente. No sector Q24 localiza-se um muro contemporâneo (UE2229), posteriormente saqueado (UE2128).

As sondagens situadas a nascente do alinhamento analisado estão invariavelmente ligadas à estrutura da muralha romana. Nas sondagens Q25, Q26 e Q27 (Apêndice 5), podemos encontrar, além de uma extensa área com camadas sedimentares, a fundação e as estruturas da fortificação, com seus paramentos interno e externo, e sua estrutura interna, bastante singular.

Nesse sentido, nas sondagens identificamos a vala de fundação (UE2236) do muro correspondente ao paramento interno da muralha (UE1502) e do paramento externo (UE1538) e o miolo da estrutura (UE1540=UE2241).

Posteriormente, em fases de ocupação mais recentes, é possível identificar saques na estrutura da muralha, representados pelas unidades UE2203 e UE2238.

3 Os materiais

Devido ao alto número de sondagens arqueológicas efetuadas na Zona Arqueológica do Fujacal, o montante de materiais exumados revelou-se, conseqüentemente, abundante e diverso. Entre o espólio proveniente da Quinta, armazenado no museu D. Diogo de Sousa, podem-se encontrar objetos metálicos, vidros, líticos, bem como um número considerável de moedas e, sobretudo, cerâmicas. Assim sendo, o estudo total destes materiais requer não só uma análise minuciosa e exaustiva, mas também um conjunto significativo de pesquisadores, tempo e investimentos. Desta forma, a análise completa destes materiais será, ainda, objeto de futuras pesquisas e publicações por parte dos pesquisadores da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Uma vez que o nosso estudo não pretende realizar uma análise qualitativa e/ou quantitativa dos materiais, vamos limitar-nos a assinalar alguns pequenos grupos de artefatos já registados e inventariados, procedentes das campanhas de 1997-1998 que permitem confirmar,

para além da estratigrafia, a sequência de ocupação da Zona Arqueológica em questão.

O registo estratigráfico da Zona Arqueológica do Fujacal culminou num total de 356 unidades estratigráficas, sendo destas 176 sedimentares e 100 construídas (77,5%). No geral, as unidades mais antigas abarcam o maior número de materiais, confirmando uma longa ocupação nesta Zona, com maior incidência, desde a fundação da cidade ao período suévico-visigótico.

Para além do espólio cerâmico, em grande abundância no local, destacamos o alto número de ânforas, sobretudo as de tipo Haltern 70. Não obstante, estes fragmentos estão relacionados com as estruturas anteriores à construção da fortificação romana, algumas das quais arrasadas para a fundação da mesma.

No sector Q22, a norte da Zona Arqueológica, foram identificáveis 1092 fragmentos de ânforas, enquanto no sector Q24, a poucos metros de distância, foram identificáveis 202. Em ambos os casos os fragmentos seguem as mesmas origens de produção (Bética, Bética Guadalquivir e Lusitânia), datáveis entre os séculos I a.C. e II d.C. A incidência deste tipo de material é bastante considerável, uma vez que, ao longo dos mais de 40 anos de trabalhos arqueológicos, não se identificaram, no conjunto de outras escavações na cidade, mais do que 1200 fragmentos de ânforas de mesmo tipo. Assim, devido a alta quantidade destes artefatos, relacionados a estruturas do Alto Império e à sua proximidade com a estrutura da muralha, chama-se a atenção para a possibilidade de na área ter existido um *horrea* (Lemos *at al.*, 1998: 6), relacionado com uma das entradas da cidade romana (Este), posteriormente arrasado pela construção da muralha baixo-imperial.

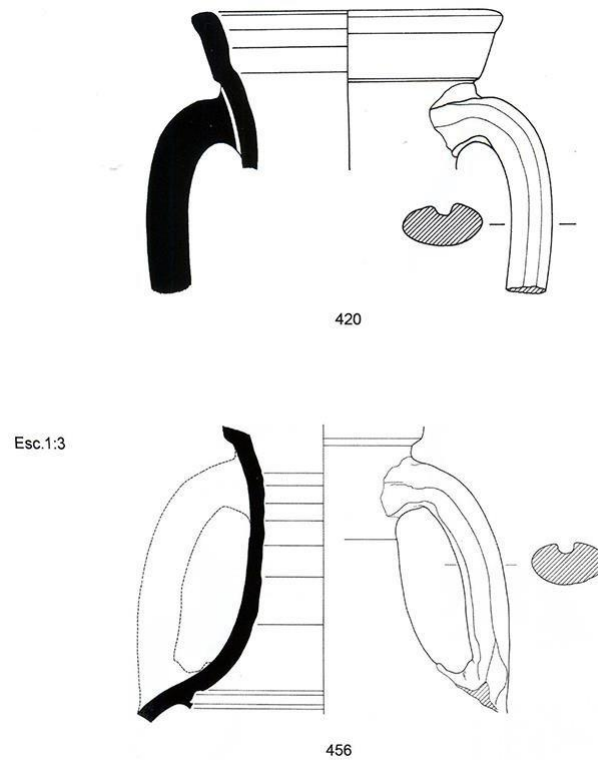


Figura 22 – Fragmentos de ânforas Haltern 70 exumados na ZA do Fujacal. Produção Bética/Guadalquivir. Cronologia 15 a.C – Antoninos (Morais, 2005: 128-130).

Estas evidências, juntamente com o amplo espólio cerâmico de produções alto-imperiais, em contextos estratigráficos antigos, ajudam-nos a confirmar uma primeira fase de ocupação desta Zona, ocupada provavelmente desde a fundação da cidade, por volta do último quartel do século I a.C.

Nos sectores Q20/21/22/23/24/25/26/27, o maior alinhamento de sondagens abertas na Quinta e com maior número de estruturas antigas exumadas, foi possível identificar diversos fragmentos cerâmicos de produções alto-imperiais, como sigillatas hispânicas, cinzentas finas polidas, bracarenses e de paredes finas.

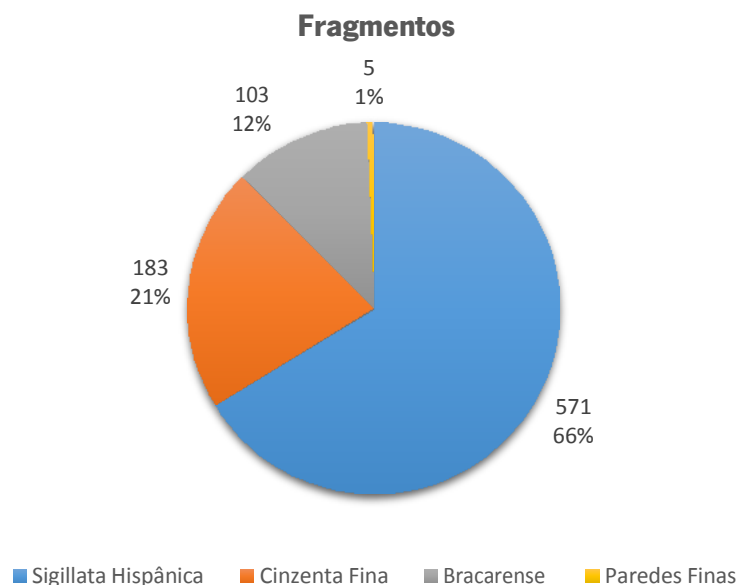


Figura 23 – Número de fragmentos e percentagem de cerâmicas alto-imperiais nas sondagens Q20/21/22/23/24/25/26/27.

No que se refere às sigillatas hispânicas, pode-se dizer que estas representam o conjunto de materiais melhor definido, podendo ser identificadas em diversas outras sondagens na Zona Arqueológica. Ainda que os materiais inventariados nas campanhas de 1997 e 1998 não representem a totalidade do espólio, a evidência destes materiais em sondagens distintas e disseminadas pela Zona Arqueológica, confirma a ocupação de toda esta zona entre finais do século I e inícios do II.

Esta fase de ocupação, associada ao período de fundação e expansão urbana de *Bracara Augusta*, termina com a construção da muralha romana baixo-imperial. A fortificação, que cortou tanto estruturas anteriores, como o próprio substrato rochoso para sua fundação, regista nas suas valas de fundação materiais que asseguram o início de sua construção em finais do século III, sendo finalizada em meados do século IV.

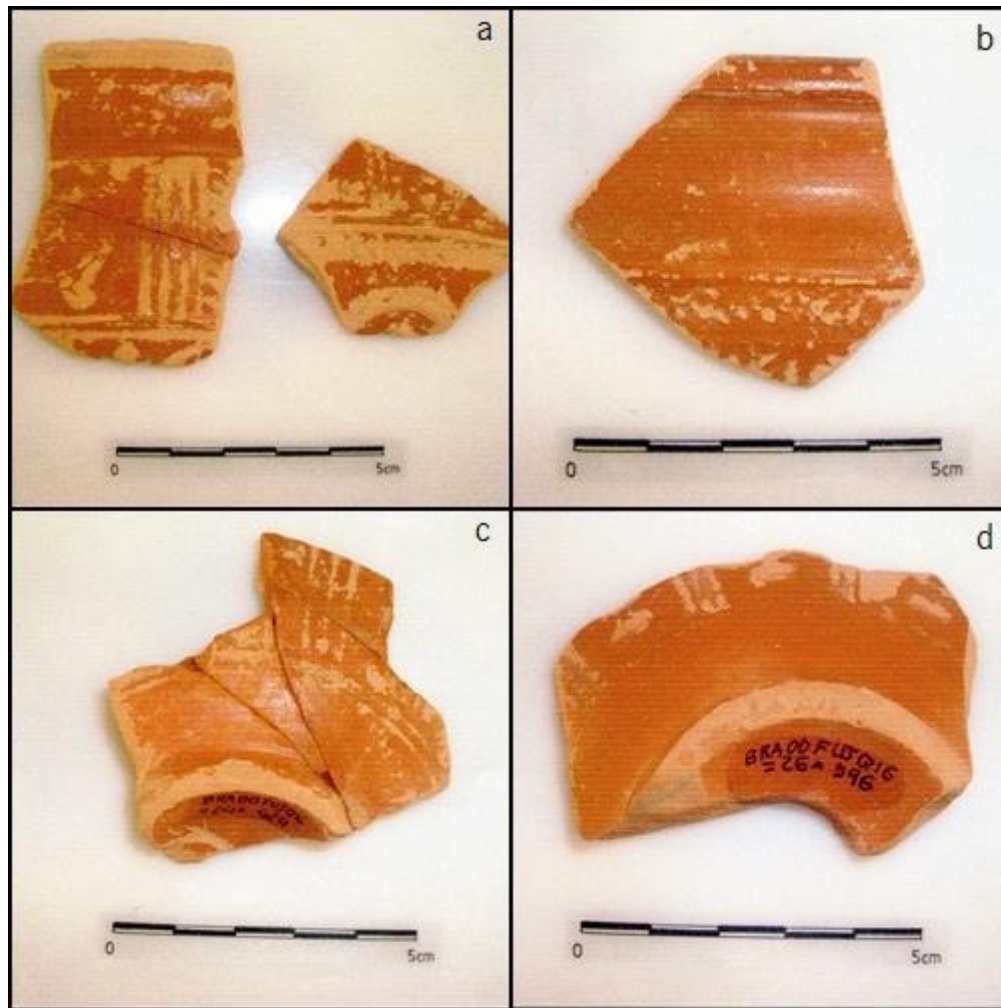


Figura 24 – Fragmentos de sigillata hispânica exumados na ZA do Fujacal: a) Bordo e parede. Forma Dragendorff 29/37. Cronologia I d.C.; b) Bordo e parede. Forma Dragendorff 29/50. Cronologia 50-100; c) Fundo e parede. Forma Dragendorff 29/37. Cronologia 50-100; d) Fundo decorado. Forma Dragendorff 29/50. Cronologia 50-100.

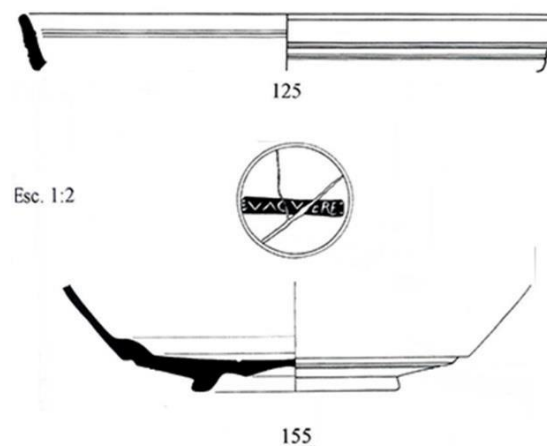


Figura 25 – Fragmentos de sigillata hispânica exumados na ZA do Fujacal: 125) Bordo. Forma Dragendorff 15/17. Cronologia 41-68; 155) Base. Forma Dragendorff 15/17. Cronologia 75-125 (Morais, 2005: 236-238).

Na Zona Arqueológica do Fujacal, os materiais provenientes da vala de fundação encontrada nas sondagens H19/20 e I19/20, que não ultrapassam a primeira metade do século III, confirmam, juntamente com outros tramos da fortificação exumados na cidade, esta cronologia para a edificação da estrutura. Os materiais utilizados para esta datação já foram largamente estudados e divulgados em diversas outras publicações (Fontes *et al.*, 1997-98; Lemos *et al.*, 1998; 2002; 2007; Martins, 2004; Morais, 2005; Ribeiro, 2008).

Passado o período de construção da fortificação, registamos uma nova fase de ocupação, caracterizada pelo período de atividade da muralha. Este período pode ser registado através de seu *intervallum*, ou seja, de um espaço contíguo sem construções entre a muralha e os edifícios intramuros, destinado para a ronda e defesa interna da fortificação.

Na Zona Arqueológica do Fujacal, foi possível identificar em sua estratigrafia alguns intervalos sedimentares sem atividade antrópica encostados e alinhados com a face interna da muralha, os quais acreditamos representar o seu *intervallum*. Nas sondagens D17/18/19, H119/20 e Q25/26/27, respectivamente, as sondagens mais a sul, a centro e a norte da fortificação, foram identificáveis sete unidades estratigráficas com estas características (UEs 1574, 1573 e 1572; 1513 e 1518; 2111 e 2195). Contudo, devido à falta de atividades antrópicas, nenhum material foi identificado nestas unidades, inviabilizando, até o momento, a sua datação exata.

Por outro lado, em estratos sedimentares superiores, regista-se uma intensa atividade no solo, como construções, derrubes, reparações, saques e outros revolvimentos, apontando-nos uma nova fase de ocupação do sítio, posterior ao período de atividade da fortificação e seu possível abandono.

Desta fase, identificamos materiais de diversas cronologias. No que concerne ao espólio cerâmico, registam-se materiais de produções e tipologias alto-imperiais, como as já citadas produções e tipologias utilizadas por toda a antiguidade até aos períodos tardios, como também produções e tipologias baixo-medievais e modernas, que nos ajudam a confirmar o caráter recente destes níveis arqueológicos.

Nas sondagens a norte da área intervencionada, cujos materiais foram inventariados, registam-se, nas unidades estratigráficas posteriores ao *intervallum* da muralha, um modesto número de fragmentos, em que é possível identificar produções de tipos distintos de faiança (XVI

– XX). Isto assegura, em parte, juntamente com os diversos revolvimentos no solo e as diversas reparações nos paramentos interno e externo da muralha, que estes sedimentos estão associados ao período em que esta zona da cidade já se encontraria ruralizada, utilizando a estrutura da muralha, já abandonada, como muro para contenção de terras.

Por fim, como última fase de ocupação da Zona, posterior ao desmantelamento da Quinta do Fujacal e contemporânea ao avanço urbanístico da cidade, por volta dos anos 60 e 70 do século XX, as escavações na Zona Arqueológica do Fujacal atestam um profundo revolvimento de terras, ocasionado, ora por avanços construtivos da cidade atual, ora por intervenções arqueológicas. Deste modo, apesar da abundância material registada, pouco podem contribuir para maiores informações, uma vez que tratam de objetos inteiramente descontextualizados.

Parte III

**A muralha romana de *Bracara Augusta*:
interpretação**

1 Características e processo construtivo

O balanço dos dados obtidos nas diferentes intervenções arqueológicas em Braga, onde os vestígios da muralha baixo-imperial puderam ser confirmados, permite elaborar um esboço inicial das características construtivas da fortificação romana bracarense. Como já salientado na parte I (4) deste trabalho, o confronto de informações de diferentes pontos da muralha ajuda-nos a confirmar aspetos gerais da sua estrutura, como, por exemplo, sua uniformidade construtiva e o seu traçado. Nesse sentido, destacamos a informação arqueológica disponível obtida noutras intervenções que contribui para a caracterização da estrutura e que nos será de serventia neste momento.

Para além de outras intervenções arqueológicas de Braga, pretende-se também confrontar, quando possível, as informações referentes às muralhas romanas de Lugo e Astorga, com a finalidade de comparar as suas características e registar as semelhanças e diferenças atestadas em seus aparelhos construtivos. Espera-se com isso apresentar, de forma bastante preliminar, possíveis similitudes que possam contribuir para o estudo de um possível programa regional de fortificação de cidades no NO hispânico entre os séculos III e IV.

Por fim, mas não menos importante, procuraremos evidenciar, de forma exaustiva, os diferentes elementos construtivos da muralha romana de *Bracara Augusta* exumados na Zona Arqueológica do Fajal, assim como, num segundo momento, pontuar os impactos urbanísticos e topográficos da sua construção nas cidades antiga e tardo antiga.

1.1 Fundação, traçado e cronologia

Como assinalado na parte I (1) deste trabalho, não existem, ainda, correlações concretas de causa-efeito para o fenómeno das fortificações de cidades entre os séculos III e IV no ocidente do Império Romano. Como vimos, a anarquia militar ocasionada pelas invasões germânicas e a escassa proteção das guarnições fronteiriças, aliadas à crise interna da Hispânia, caracterizada pela decomposição progressiva da ordem provincial e social, podem ter contribuído para este fenómeno. Este facto, potencializado pelas novas normas poliorcéticas militares estabelecidas na época de Diocleciano, leva as capitais conventuais do NO hispânico a fortificar-se.

As novas muralhas baixo-imperiais sacrificaram, por vezes, edifícios públicos e privados para sua fundação. No que diz respeito à muralha romana de *Bracara Augusta*, assim como as

suas congéneres, a estrutura está implantada solidamente no substrato rochoso que foi perfeitamente cortado para o efeito. No geral, os cortes aprofundam-se aproximadamente a 0,60 metros na rocha (0,75 metros em Lugo) para receber as primeiras fiadas das estruturas, tanto no paramento interno, como no externo e podem ser confirmados em diversos outros tramos da fortificação exumados pela cidade. Na Zona Arqueológica do Fujacal, estes cortes (Apêndices 2, 3, 4 e 5) podem ser confirmados nas sondagens: D17/18/19; E18/19/20; F18/19/20/21; H19/20; I19/20; K20/21/22/23; MN25/26/27 e Q25/26/27.

Apesar do recorrente registo fundacional da fortificação baixo-imperial bracarense, alguns outros aspectos de sua estrutura ainda estão por confirmar. No que se refere ao seu traçado e rigorosa definição, pode afirmar-se que, até o momento, ele ainda está por confirmar no seu percurso, uma vez que a sua definição exigiria uma escavação de grande envergadura em todo o perímetro da cidade antiga, ou então intervenções em numerosos pontos chave. Assim sendo, somente os dados das futuras escavações poderão ajudar a precisar e a corrigir, o traçado elíptico sugerido por José Teixeira (Lemos, Leite e Fontes, 2002: 27) e sucessivamente revisto por vários investigadores (Lemos *et al.*, 2007; Ribeiro, 2008).

Desta forma, admitimos que a muralha se desenvolveria em panos retilíneos, formando um desenho poligonal, em vez de elíptico. Alguns vértices desse polígono estariam localizados entre a Quinta do Fujacal e o Hospital de Braga, na atual igreja de Santa Cruz, na Zona da Sé Catedral; no extremo da rua Cruz da Pedra, no extremo sudoeste da Cerca do Instituto Monsenhor Airoso e na Casa dos Avelares. De acordo com este traçado, é possível delimitar um perímetro para a muralha baixo-imperial entre 2200 a 2400 metros, envolvendo uma área habitacional entre 40 a 50 hectares.

A fundação da muralha romana de *Bracara Augusta* pode ser confirmada, até o momento, a partir de uma série de dados disponíveis que nos possibilitam estabelecer uma cronologia segura. Destes dados, apontamos o facto da construção da muralha ter cortado muros do século I d.C., quer na Quinta do Fujacal, quer em outros locais pela cidade, bem como o facto dos materiais cerâmicos provenientes da vala de fundação escavada nas sondagens HI19/20 (Apêndice 3), da Quinta do Fujacal, que não ultrapassam os meios do século III, sugerirem uma cronologia centrada entre finais do século III e inícios do IV para obras de levantamento da estrutura defensiva. Aliados a estes dados, cabe referir outros, provenientes de outras Zonas Arqueológicas, como aconteceu com duas moedas de *Claudius Gothicus* (268-270) encontradas na

escavação do torreão exumado entre a Rua dos Bombeiros Voluntários e a Rodovia, ou com os materiais cerâmicos mais antigos registados nos primeiros solos, correspondentes aos níveis exteriores à muralha, encontrados na Sé Catedral, que apontam para os séculos III/IV. Também as cerâmicas recolhidas na vala de fundação da face interna da muralha, nas sondagens da Rua Paio Mendes, confirmam a sua cronologia (Lemos, Leite e Fontes, 2002: 28). Dessa maneira, em conformidade com os vestígios arqueológicos disponíveis, julgamos ser razoável situar o início da construção desta fortificação nos finais do século III, ou nos inícios do IV.

Uma vez erigida, a muralha permaneceu em defesa da urbe bracarense até finais do Império e mesmo nos períodos mais tardios, designadamente tardo-antigo, uma vez que a cidade passou a abrigar a capital do reino suevo, muito por conta da sua anterior capitalidade do vasto e estratégico território da *Callaecia*. Para além da Zona Arqueológica do Fujacal, foi possível confirmar determinadas datações de estruturas e materiais identificados por toda a cidade, que documentam a cidade dos séculos V ao VII.¹ Dentre elas, podemos apontar o registo arqueológico de um corredor de circulação exterior à muralha com cerâmicas dos séculos V/VI, exumado na zona adjacente à Sé Catedral, confirmando a permanência do traçado e o uso da muralha neste período (Ribeiro, 2008: 275).

Embora os cronistas muçulmanos tenham registado a grandiosidade das muralhas de Braga, bem como sua ordenação, ressaltando a conquista da cidade e seu parcial despovoamento, há escassos indicadores materiais da presença islâmica na cidade. Todavia, deste período podem-se registar diversas reparações/reconstruções na estrutura da muralha, provavelmente devido às recorrentes incursões islâmicas.

Porém, de acordo com documentos compilados no *Liber Fidei* (Costa, 1978 *apud* Lemos, Leite e Fontes, 2007: 32), o restrito burgo medieval, organizado em torno da Sé Catedral, ainda é definido, a norte e este, pelos muros da fortificação romana (Marques, 1986: 5-34). Não obstante, a identificação de alicerces de casas medievais a sul da Catedral sugere um denso núcleo urbano, defendido por um novo tramo alto-medieval, a sul e a oeste, fossilizando a retração da cidade a partir do século VIII (Lemos, Leite e Fontes, 2002: 32). Desta forma, ainda que a parte norte da fortificação romana, nesta altura, tenha permanecido funcional, integrando um novo perímetro defensivo, outra parte significativa foi abandonada, o que deverá ter acontecido entre os séculos

¹ Na zona das Carvalheiras, no Alto da Cidade, nos terrenos a nordeste do atual Museu D. Diogo de Sousa, na Sé Catedral e na rua do Anjo.

IX/X. Por outro lado, a parte norte virá também a ser desativada com a ampliação da cerca alto-medieval para norte, quando se constrói a chamada muralha fernandina dos séculos XIII/XIV (figuras 18 e 21).

Nesse sentido, ao contrário do que se verificou nas outras cidades conventuais do NO peninsular (*Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*), o perímetro da cidade medieval de Braga não coincide com o da urbe romana. Como se observa, quer na planta, quer na fotografia aérea (figuras 18 e 20), o perímetro urbano foi descentralizado, sobrepondo-se apenas no quadrante nordeste da antiga *Bracara Augusta*. Assim, deste modo, e por um conjunto variável de fatores, a muralha romana não gozou das sucessivas reconstruções que se registaram nos sistemas defensivos das outras cidades do noroeste, conservados até o presente momento. Contudo, apesar do abandono e desmonte a que foi submetida ao longo dos séculos, na Idade Moderna eram ainda visíveis bons pedaços da muralha romana, a julgar pelos testemunhos dos eruditos bracarenses.

Entretanto, já em princípios do século XX, não se observavam vestígios da fortificação romana. Todavia, por razões que se prendem com a lógica de salvamento do Projecto de Estudo de *Bracara Augusta*, iniciado em 1976, foi possível, sobretudo a partir dos anos 1990, com as escavações realizadas na Zona Arqueológica do Fujacal, localizar e obter dados esclarecedores sobre o traçado e características da muralha romana de *Bracara Augusta*.

1.2 A estrutura da muralha

1.2.1 Paramento Interno

O paramento interno (figura 26) da muralha romana de *Bracara Augusta* (UE1502) pode ser confirmado por quase toda a estrutura da fortificação exumada na Zona Arqueológica do Fujacal. A estrutura está fundada na rocha, perfeitamente talhada para recebê-la. A este nível, os blocos são, em quase toda a estrutura, de formato subretangular (20x30 cm). No paramento interno foram utilizados elementos pétreos da própria região, sendo em sua grande maioria de granito. Porém, é recorrente encontrar em muitos pontos da fortificação outros tipos de pedra, bem como materiais de construção, que atestam as suas inúmeras reparações ao longo do tempo.

O paramento interno, à semelhança do que aconteceu com as suas congéneres, lucense e asturicense, foi construído a partir de um muro, de dupla face, com um núcleo compactado, com cerca de 1 metro de espessura (0,80 metros na zona do Hospital). A estrutura não se oferece

linear por toda a Zona, apresentando em alguns momentos uma deficiente isodomia e mesmo um paramento algo caótico. Dessa forma, o pouco rigor do esquadriamento das suas faces implicou a colmatação dos intervalos entre os blocos com pedra miúda e argila.



Figura 26 – Pormenor do paramento interno da muralha (©UAUM)

A estrutura apresenta, por toda a sua longitude, determinados elementos salientes na sua face interna (figura 27), alguns reaproveitados (0,20 metros), que podem responder a uma função de travamento, pois a maioria destes blocos atravessa toda a espessura do paramento.

Apesar da sua irregularidade, não se observa no paramento quaisquer elementos triangulares e pontiagudos nas extremidades para maior dispersão da argamassa, ao contrário do que acontece nas muralhas de Lugo e Astorga. Aparentemente essa técnica pode ser explicada pela matéria-prima utilizada nessas estruturas, basicamente quartzito e ardósia, não se justificando em Braga, dada a robustez possibilitada pelos elementos graníticos utilizados nos paramentos.

O núcleo de cimentação da muralha bracarense, devido às inúmeras reparações, é bastante diverso, ainda que, em camadas mais profundas da estrutura, o paramento registre uma certa uniformidade. Ao contrário do ocorrido em Lugo, os núcleos de enchimento dos paramentos interno e externo e do miolo da muralha não apresentam diferenças profundas em sua cimentação,

podendo assim afirmar-se que utilizaram a mesma matéria-prima e sistema construtivo. No geral, a estrutura está muito bem compactada, ora com saibro, ora com argila e pedras de origens distintas, como quartzo, xisto, granito e ardósia.



Figura 27 – Pormenor dos elementos graníticos salientes do paramento interno da muralha (©UAUM).

1.2.2 Paramento externo

A análise do paramento externo (UE1538), identificado na Zona Arqueológica do Fujacal mostrou-se bastante problemática, uma vez que, de um modo geral, foi a estrutura mais afetada pelos saques de pedra ao longo de séculos, cabendo-nos registar apenas a sua fundação e algumas poucas fiadas acima da mesma (figura 29). Contudo, é possível observar que a sua estrutura apresenta características similares às identificadas noutras zonas da cidade, designadamente na rua D. Diogo de Sousa e na Zona da Sé Catedral.

O aparelho registado nas sondagens arqueológicas realizadas na área dos edifícios n.º 102 e 118 da rua D. Diogo de Sousa (figura 28), a título de comparação, revela uma altura mínima de 1,30 metros e máxima de 2,80 metros, num total de 9 fiadas incluindo a de embasamento. Ao nível do alicerce, os blocos são de formato retangular e de dimensões variáveis, atingindo 1,12 metros de comprimento por 0,90 metros de largura e 0,46 metros de altura, apresentando-se muito bem implantados na rocha. Naquela Zona Arqueológica a estrutura apresenta um aparelho admirável, com blocos cuidadosamente esquadrihados, lavrados e dispostos com grande rigor horizontal, juntas de encosto milimétricas e uma técnica de travamento impressionante para evitar escorregamentos, através do desencontro de fiadas e de um recorte escadeado na extremidade de alguns silhares (Lemos, Leite e Fontes, 2007: 9).



Figura 28 – Paramento externo da muralha registado na rua D. Diogo de Sousa (©UAUM).

O paramento externo da muralha identificado na Zona Arqueológica do Fujacal, assim como na Zona da Sé Catedral, é bastante diferente do interno. A estrutura é formada por silhares graníticos muito bem esquadrihados, montados em fiadas horizontais regulares. No geral, os silhares apresentam forma retangular, com o eixo maior voltado para o miolo da estrutura.

Ao contrário do suposto para a muralha de Lugo, o alinhamento do paramento externo não se prolonga pela estrutura interna dos torreões, servindo como contenção do enchimento.

Pelo contrário, o seu alinhamento encaixa-se perfeitamente à face curva da estrutura externa dos torreões.

Devido ao fato de não se registrar, até o momento, em nenhum ponto da cidade, vestígios da altura original da muralha, devido aos profundos saques que sofreu, não se pode precisar a uniformidade material do paramento externo. Apesar da confirmação da utilização de granito em sua construção, não se pode garantir a sua uniformidade por toda a estrutura, contrapondo-se às suas congéneres de Lugo e Astorga, que, por falta de matéria-prima, destinaram às portas e torreões adjacentes o uso do granito, reconhecido apenas na sua parte inferior, a fim de aumentar a robustez destas zonas, teoricamente mais frágeis. Logo, devido à falta de evidências, não se pode afirmar que o mesmo não tenha ocorrido em Braga, embora seja suposto a utilização generalizada do granito por toda a estrutura da face externa da muralha.



Figura 29 – Pormenor do alicerce do paramento externo da muralha ajustado à estrutura do torreão semicircular (©UAUM).

1.2.3 Enchimento/miolo

Tal como os outros elementos construtivos, o enchimento da fortificação (UE1540=2241) revela características idênticas nos diferentes locais onde foi arqueologicamente documentada. A estrutura é formada por duas unidades estratigráficas associadas que formalizam o robusto enchimento num todo monolítico que se dispunha entre os paramentos interno e externo da muralha e torreões.

A primeira unidade, representada pela UE1540, é formada por fiadas paralelas e sobrepostas de grandes blocos graníticos, aproximadamente com 0,60/0,70 metros, toscamente afeiçãoados e dispostos transversalmente aos paramentos, distantes entre si cerca de 0,40/0,50 metros. Estas fiadas, assemelham-se às muretes transversais de travamento seco, sem argamassa, identificadas nas muralhas de Lugo e Astorga, aproximadamente com 0,60 metros, em Lugo e 0,45/0,50 metros, em Astorga. A segunda unidade, referenciada pela UE2241, constitui-se como um enchimento dos intervalos entre os muretes de travamento, com pedras de pequeno e médio porte e por alguns raros fragmentos de *tegulae*, misturados com argila, areão granítico e uma argamassa saibrosa de consistência variável.

A partir destas evidências, pode-se supor que a muralha romana de Braga tenha sido erguida num processo construtivo, erguendo-se em simultâneo, primeiro, os paramentos interno e externo, bem compactados pelos muretes transversais de travamento (figura 30) juntamente com os materiais salientes dos paramentos, para imediatamente depois ser preenchido com camadas de materiais pétreos e de argamassa. Para além da sua estrutura interna, o enchimento incorpora alguns elementos arquitetónicos, designadamente fustes e fragmentos de cornija. O núcleo de assentamento do miolo, assim como os paramentos da estrutura, foi cuidadosamente preparado, como evidencia o nivelamento da rocha sobreposto por um nível de assentamento em pedra miúda, muito compactado, unido por argamassa (figura 29).

Por sua vez, a parte superior do enchimento da muralha, tal como se observa nesta Zona e na Zona da Sé Catedral, é constituído por uma massa granítica, aparentemente mais anárquica, de calhaus e grandes blocos, dispostos em camadas sucessivas, intercaladas com argamassa saibrosa (figura 29).



Figura 30 – Núcleo de enchimento interno da muralha romana de *Bracara Augusta* (©UAUM).

Desta forma, a comparação dos dados obtidos nos diferentes troços da muralha identificados em diferentes pontos da cidade, aponta para a possibilidade de a muralha ter possuído uma largura variável, contrapondo-se à de Astorga que regista, para as estruturas romanas originais, uma largura uniforme de 5,30 metros. Apesar do profundo desmantelamento da face externa da muralha na Zona Arqueológica do Fujacal, foi possível, com base nas suas poucas fiadas, junto à sua fundação, estabelecer uma largura segura de 5,60 metros para a fortificação nesta Zona. Já na Zona da Sé Catedral, o troço identificado media 5,80 metros, enquanto na Zona Arqueológica da rua Paio Mendes, apresentava uma largura de 6 metros. Assim, considerando os valores aproximados da sua largura, pode-se estimar uma altura segura de cerca de 12 metros para a fortificação (Lemos, Leite e Fontes, 2007: 30).

1.2.4 Torreões semicirculares

Na Zona Arqueológica do Fujacal foram exumados dois torreões semicirculares completos, registados nas sondagens MN25/26 (Apêndice 5), a norte, e HI19/20/21/22/23 (Apêndices 3 e 5), ao centro, assim como o arranque de um outro na sondagem D19 (Apêndice 3), a sul da estrutura da

muralha exumada.

As estruturas estão travadas no paramento externo da muralha, revelando um enchimento que se apresenta muito bem compactado e uniforme com o próprio enchimento da muralha. As características do miolo são rigorosamente idênticas às registadas noutros pontos da cidade, designadamente na Torre da Capela da Senhora da Glória, na Rua D. Diogo de Sousa e na rua dos Bombeiros Voluntários.

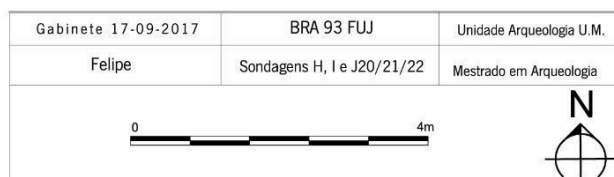
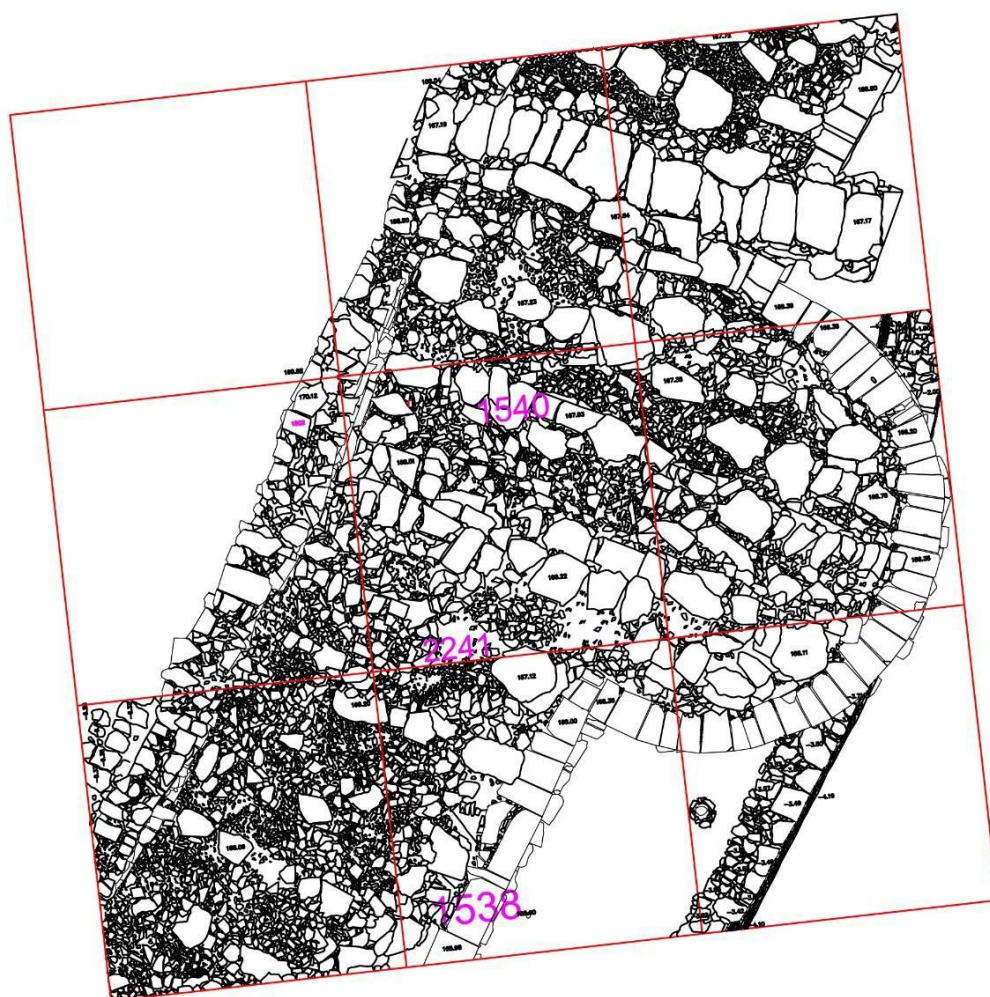
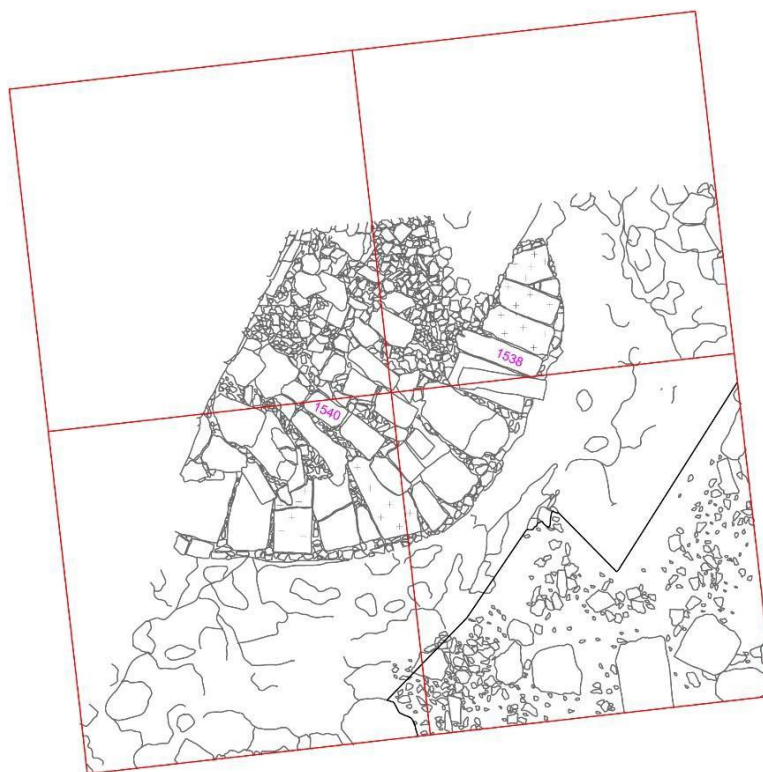


Figura 31 – Estruturas vetorizadas do torreão semicircular exumado nas sondagens H, I e J20/21/22 na ZA do Fajal (©UAUM).



Figura 32 – Pormenor da base do torreão exumado na sondagen H20 na ZA do Fujacal (©UAUM).






Gabinete 17-08-2017	BRA 98 FUJ	Mestrado em Arqueologia Universidade do Minho
Felipe	Sondagens MN 25/26	
 Pedra de travamento		

Figura 33 – Estruturas vetorizadas do torreão semicircular exumado nas sondagens MN25/26 (©UAUM).



Figura 34 – Pormenor da estrutura do torreão semicircular exumado nas sondagens MN25/26, na ZA do Fujacal (©UAUM).

Os torreões, ao nível das fiadas que ainda se conservam, apresentam um semicírculo rigoroso com 6,30 metros de diâmetro, valor inferior aos exemplares identificados na rua D. Diogo de Sousa e na Zona Arqueológica dos Bombeiros Voluntários, onde apresentam 6,68 e 6,50 metros, respectivamente. Assim como atestado no núcleo de enchimento da fortificação, os torreões também assentam sobre uma densa camada de argamassa constituída por saibro, pedra miúda e, às vezes, fragmentos de *tegulae*, que se sobrepõe ao substrato rochoso, que foi rasgado e perfeitamente aplanado para receber a estrutura. Acima da rocha, as estruturas registam uma fiada de embasamento, com blocos graníticos salientes com um comprimento visível variável de 0,10/0,42 por 0,32/0,54 metros de largura e 0,14/0,30 de altura. A fiada seguinte, correspondente ao arranque inicial do torreão, possui elementos com valores superiores que variam entre 0,52/0,92 metros de comprimento, por 0,20/0,45 metros de largura e 0,36/0,46 metros de altura, rigorosamente nivelados e dispostos de forma radial (figuras 32 e 34).

O paramento externo do torreão encaixa-se no paramento externo da muralha e é perfeitamente esquadriado e lavrado de forma pronunciadamente encurvada, de modo a garantir a circularidade da estrutura. A face regista uma série de cortes efetuados nas extremidades de alguns blocos, com medidas que variam entre 0,04/0,21 metros, formando pequenos degraus de 0,02/0,08 metros de altura (figura 32). Isto ocorre, à semelhança do que parece acontecer noutros locais da

cidade, para travamento da estrutura, para quebrar a isonomia do aparelho e garantir um maior travamento entre os silhares.

O facto de os torreões exumados na Zona Arqueológica do Fujacal encontrarem-se conservados ao nível do alicerce, possibilitou o registo das distâncias entre estes elementos, a partir de suas valas de fundação, podendo-se constatar o seu rigor construtivo (figuras 31 e 33). Desse modo, foi possível confirmar uma distância aproximada de 18 metros entre os torreões semicirculares, assim como o seu diâmetro, por volta de 6,30 metros.

Estas medidas contrastam com as evidências averiguadas nas muralhas de Lugo e de Astorga. Nessas cidades, os intervalos entre torreões semicirculares não ultrapassam os 17 metros, ainda que tenham sido constantemente reparadas ao longo dos séculos. Em Lugo, os 64 torreões com plantas ainda originais, ou pouco modificadas, registam medidas bastante variáveis, como 5 e 17 metros de intervalo entre torreões e medidas entre 5 e 14 metros para diâmetros médios. Por outro lado, a muralha de Astorga regista intervalos que variam entre os 11,45 e 16,80 metros, com médias da ordem de 14,12 metros e 6,68 metros de diâmetro.

Para além da Zona Arqueológica do Fujacal, foi possível registar outros torreões da muralha noutros locais da cidade, podendo assim confirmar-se o traçado da fortificação noutras Zonas, como na rua dos Bombeiros Voluntários e na Rodovia, na Torre da Imaculada Conceição e na Zona Arqueológica da rua D. Diogo de Sousa. Estas estruturas confirmam o mesmo sistema construtivo dos torreões semicirculares do Fujacal, registando o torreão registado na rua dos Bombeiros Voluntários cerca de 6,30 metros de diâmetro.

1.2.5 Escadas de acesso

Nas sondagens efetuadas na Zona Arqueológica do Fujacal, identificaram-se estruturas com o mesmo alinhamento do paramento interno da muralha e próximas às estruturas dos torreões semicirculares, cuja a menção se faz necessária. Estas estruturas, de cotas bastante reduzidas, foram registadas nas sondagens EF18 e K21, imediatamente a norte e a poente das sondagens onde as estruturas dos torreões foram exumadas, apresentando-se como elementos bastante arrasados, cabendo destacar apenas as suas valas de fundação e poucas fiadas de pedras acima das valas.

A estrutura registada nas sondagens EF18 (figura 37) apresenta um alinhamento irregular,

curvilíneo, ora encostado à estrutura do paramento interno, ora distanciada do mesmo, com blocos graníticos subretangulares de médio e grande porte. Esta estrutura, bem como o paramento interno, está assente na rocha, embora registre um corte (UE1523) posterior para a sua fundação, assinalando a sua construção posterior à do paramento interno da muralha.

A estrutura registada na sondagem K21 (figura 36), por sua vez, apresenta um alinhamento bastante linear e seguro, paralelo à estrutura do paramento interno, com silhares bem faceados, quadrangulares e retangulares, de médio e grande porte. Esta estrutura, assim como a anterior foi implantada na rocha, apesar de registar uma construção posterior ao paramento interno. Por outro lado, este muro, assim como toda a estrutura da muralha, foi cortado, posteriormente, por uma robusta canalização, de construção moderna, e orientação NO/SE.

Estes muros dispõem-se a norte e a pouca distância, pelo lado interno, dos torreões semicirculares da fortificação, registando, também, cotas de fundação bastante aproximadas às da fundação daquelas estruturas.

Muros	Cota Mínima	Cota Máxima	Torreão	Cota Mínima	Cota Máxima
EF18	166,02 metros	166,52 metros	D19	166,30 metros	166,39 metros
K21	166,12 metros	-	H,leJ20/21/22	166,36 metros	166,44 metros

Figura 35 – Tabela com a relação entre as cotas das valas de fundação dos muros de escada e os torreões.

Assim, devido à relação próxima destas estruturas e suas fundações à estrutura interna da muralha, é possível julgar que, a seu tempo, estas tenham servido como suporte de escadas que levariam ao interior dos torreões, tal como foi registado na muralha de Lugo com as escadas de acesso ao adarve. Embora na cidade de Lugo não tenham sido registadas, até o momento, estruturas como as de Braga, provavelmente pelas suas constantes reparações, potencializadas pela sua relação umbilical com a cidade, desde a sua construção, é possível supor que, no caso de Braga, o acesso ao interior dos torreões (a cotas mais superiores), se dava desde o nível do solo natural, por escadas exteriores, até determinada cota e, depois, por escadas incluídas no interior das estruturas, tal como foi constatado em Lugo, ou, somente pelo exterior até o adarve da estrutura.

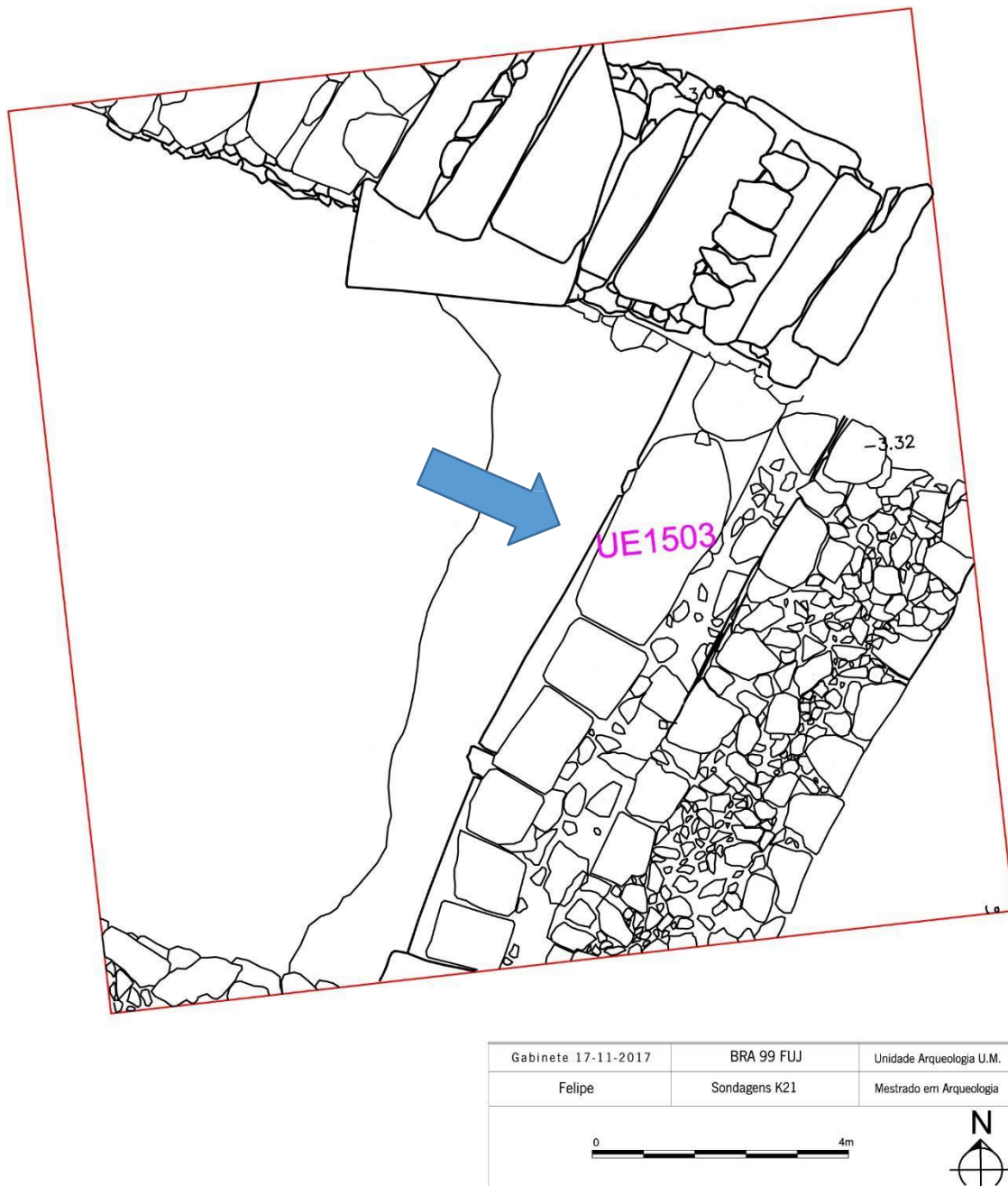


Figura 36 - Estruturas vetorizadas do muro de suporte UE1503, paralelo ao paramento interno da muralha e cortado pela canalização, exumado na sondagem K21 da ZA do Fujacal (©UAUM).

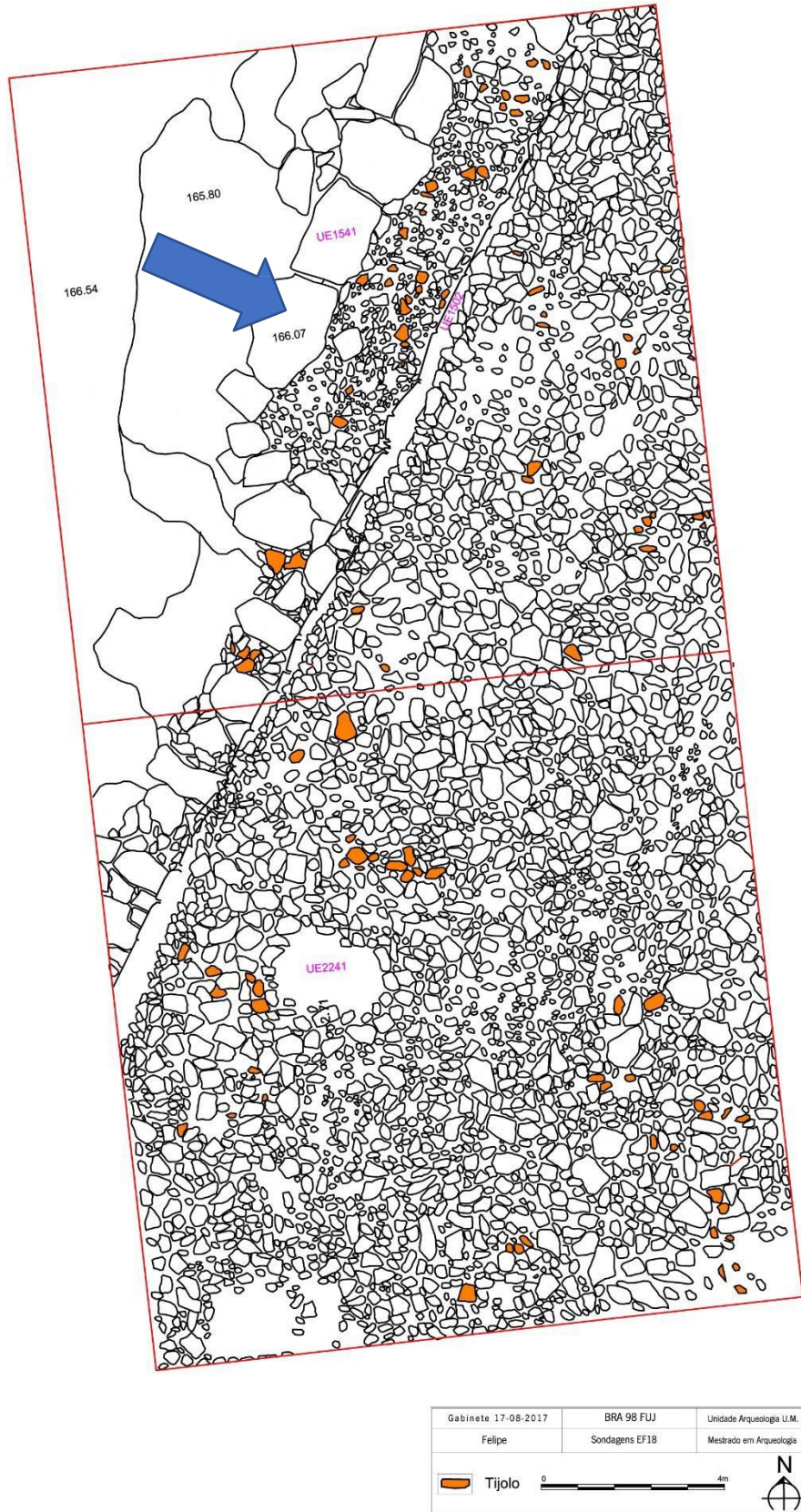


Figura 37 - Estruturas vetorizadas do muro de suporte UE1541, paralelo ao paramento interno da muralha, exumado nas sondagens EF18, na zona do Fujacal (©UAUM).

1.3 O processo construtivo

De acordo com as características da muralha romana de *Bracara Augusta*, analisadas, não apenas na Zona Arqueológica do Fujacal, mas também em outros pontos da cidade de Braga, é possível restituir, ainda que de forma preliminar, o seu processo construtivo.

A muralha, construída entre a segunda metade do século III e a primeira metade do IV, desenha, como vimos, uma forma poligonal, que cobre um perímetro aproximado entre 2200 a 2400 metros, abrangendo uma área de cerca de 40/50 hectares. A sua largura varia entre os 5 e os 6 metros, sendo possível, a partir disso, bem como das medidas assinaladas nos paramentos da fortificação, como também em comparação com outras muralhas de mesmo tipo, conhecidas no NO hispânico (Lugo e Astorga), supor uma altura original não inferior aos 12 metros.

Muito embora as fontes para o estudo das formas e sistemas construtivos sejam reduzidas, as evidências aqui analisadas para o estudo da construção da muralha de Braga, representam o resultado da observação e análise dos restos arqueológicos preservados da fortificação, encontrados em vários locais da área urbana de Braga. Assim, a partir do estudo e valorização desse património podemos assinalar alguns passos fundamentais para a construção da estrutura.

O primeiro passo, certamente, recaiu sobre a tomada de decisão da sua construção, cujo interesse e finalidade permanecem, ainda, em debate. Porém, é plausível reconhecer, antes de tudo, a decisão imperial, transmitida aos governadores da cidade. Num segundo momento, teriam sido escolhidos os melhores locais para a implementação da estrutura, seguida da preparação do terreno, que deve ter previsto a desafetação e mesmo a demolição de alguns edifícios, como parece acontecer no lado nascente, onde a muralha cortou parte de alguns quarteirões que estariam construídos e que seriam herdeiros do traçado fundacional da cidade. Depois, ter-se-ia iniciado a abertura de valas de fundação, em vários lugares, com equipas distintas e, certamente, em simultâneo.

A base das valas de fundação era formada por uma primeira camada de pedras e fragmentos de *tegulae*, que regularizou o solo e sobre a qual veio a repousar o núcleo de enchimento da estrutura.

O passo seguinte deve ter estado associado à construção das cortinas murais e dos torreões. Como vimos, o paramento interno é constituído a partir de um muro de dupla face

irregular, com um núcleo de enchimento, enquanto o paramento externo é erguido a partir de uma única fiada com silhares bem talhados e de grandes dimensões (0,15m³/405kg), tal como acontece com os torreões, embora se registem nas suas faces pedras um pouco menores. A técnica utilizada para o paramento externo da muralha e torreões é particularmente elaborada, oferecendo os blocos um talhe perfeito e um adequado encaixe na estrutura do enchimento da muralha, daí resultando um adequado travamento dos paramentos. Este sistema de travamento regista-se também no lado interno da muralha, garantido por pedras salientes do muro de duas faces que formaliza a face da estrutura virada ao interior da cidade.

A construção dos paramentos que compõem as faces da muralha foi, certamente, executada em simultâneo com o avanço em altura da estrutura, ou seja, com a execução do seu enchimento. Este é formado por blocos subretangulares e subarredondados irregulares, de grandes dimensões (0,40m³/1000kg), dispostos perpendicularmente aos paramentos e, posteriormente, envoltos por camadas de argamassa juntamente com pedras e fragmentos de *tegulae*. A reutilização de elementos arquitetónicos e mesmo de material epigráfico, majoritariamente composto por estelas funerárias, é também uma constante, estando igualmente registada em Lugo e Astorga.

O material principal usado na construção da muralha é o granito local. De acordo com os dados arqueológicos, foi possível calcular a quantidade de materiais necessários e o seu tempo de transporte, chegando a um total de 1.515 toneladas de pedra para as fundações, 3.677.47 toneladas para o paramento interno, 58.985 toneladas para o paramento externo e 1.377.197 para o núcleo de enchimento da estrutura (Ribeiro, 2014: 76).

É, de facto, importante ressaltar que os valores apresentados correspondem a uma estimativa, tal como acontece com os cálculos elaborados por Jorge Ribeiro para estimar os tempos potenciais necessários à sua construção (Ribeiro, 2014). Para a realização desses cálculos foram levados em consideração as equipas e o número de carros de bois, necessários para o transporte dos materiais a utilizar, sendo estimado que um carro com dois bois pode carregar, a uma curta distância, a carga máxima de 1 tonelada. No caso de um engate de quatro bois, a carga aumentaria, podendo assim carregar algo aproximado como 1,8 toneladas.

As estimativas apresentadas por Jorge Ribeiro levaram em consideração a localização das principais pedreiras da cidade, situadas a, aproximadamente, 13km de distância, a oeste, muito embora seja de considerar que muito do material usado na construção da muralha pode ter sido

obtido com o desmonte de grandes edifícios públicos, como pode ter acontecido com o anfiteatro romano, ou mesmo com o teatro, que constituíam, eles também, verdadeiras pedreiras. Sabemos também que a construção da muralha utilizou estelas e outros monumentos epigráficos recolhidos das necrópoles romanas da cidade, cujo sentido e utilidade ter-se-ia já perdido no momento da construção da fortificação.

Cada equipa de trabalhadores poderia, no máximo, cobrar uma taxa diária. No caso de pedras destinadas ao nivelamento das valas de fundação, estimou-se a massa total hipotética de 1.515 toneladas, cujo transporte pode ter sido hipoteticamente assegurado por 10 equipas de quatro bois, durante 8 dias e meio, considerando apenas uma viagem por dia (Ribeiro, 2014: 76/77).

Tendo determinado a quantidade de materiais necessária, bem como os requisitos aplicáveis aos animais, importa definir os tempos das principais etapas de construção e requisitos de mão-de-obra. Para tal, pode usar-se as metodologias desenvolvidas e aplicadas por outros pesquisadores que trabalham neste campo de estudo.²

Assumindo-se que um homem escava 2 m³ de terra por dia chega-se a um valor aproximado de 2 dias para a construção de 5 m³ de muro por uma equipa de 5 homens para a execução do paramento interno. A construção da face externa e dos torreões só teria sido possível com a ajuda de dispositivos de levantamento e ferramentas especiais. Assim, os cálculos têm que levar em consideração a elevação necessária e a massa de materiais aplicados. Sabendo-se que cada tonelada de pedra carece de aproximadamente 35 horas de trabalho para ser erguida por uma equipa de 7 homens, chega-se, a um tempo médio de construção de, aproximadamente, 11 horas, para cada m³, tendo em conta o trabalho 2 pedreiros e de 1 assistente.

Tendo em conta estes valores podem estimar-se os custos de construção da muralha. Contudo, a falta de fontes exige um pouco de exercício especulativo, tendo em conta que não sabemos exatamente qual a origem da pedra. Tal como já referimos, é possível que durante a construção do recinto várias estruturas públicas e privadas tenham sido desmontadas. De facto, sabe-se que os grandes monumentos de prestígio do Império, como o teatro e o anfiteatro, terão funcionado como reservas de pedra, sendo, contudo, impossível avaliar o volume do seu desmonte. Desta forma, a muralha de Braga foi transformada, no terceiro século, num dos principais destinos

² DeLaine, 1997; Mar e Pensabene, 2010; Prisset, 2008; Ribeiro, 2014.

da reutilização de materiais. Para a estimativa dos custos de construção da muralha têm que ser igualmente calculados os custos com a mão de obra, baseados no valor dos salários e horas de trabalho estimados, como foi evidenciado por alguns autores (Saliou, 2012: 22). Neste caso, utilizam-se os valores dos salários e os preços indicados pelo Edito de Diocleciano. De acordo com as estimativas de Jorge Ribeiro o custo hipotético da muralha poderia situar-se nos 110.000.000 de denários (Ribeiro, 2014: 76), o que representa cerca de 1/12 avos do custo estimado para a construção das termas de Caracala, em Roma.

Trata-se, inegavelmente, de um investimento financeiro muito significativo, que demonstra a capacidade e a disponibilidade econômica da cidade de *Bracara Augusta* no período de construção da muralha.

2 Impactos urbanísticos e topográficos

Na evolução dos núcleos urbanos podemos encontrar uma variedade de fatores que condicionam a persistência ou alteração da sua morfologia. Em muitos casos, o planeamento urbano fundacional foi sendo alterado por práticas e acontecimentos que determinaram mudanças nas paisagens urbanas. Assim aconteceu no mundo romano com a construção das muralhas tardias.

Tal como o desenvolvimento urbano, também o fenómeno da construção de recintos amuralhados teve lugar em diversos momentos históricos, num elevado número de cidades, tendo as muralhas funcionado, por vezes, como cinturas que alteraram, quer a morfologia interna das cidades, quer a paisagem periférica.

Quase todas as cidades romanas foram, em algum momento da sua ocupação, dotadas de muralhas, muito embora algumas tenham sido construídas em fases adiantadas do seu desenvolvimento urbano, acarretando deformações na organização da malha ortogonal inicial, especificamente através do encerramento de ruas e do desaparecimento de quarteirões.

Como vimos na parte I do nosso trabalho, a expansão imperial romana foi, em larga escala, responsável pela generalização e, em muitos casos, sobretudo após Augusto, pela introdução de novas cidades, especialmente nas regiões mais periféricas, reestruturando os antigos territórios independentes e organizando-os em províncias. Desta forma, a organização da rede urbana provincial era hierarquizada, segundo as funções assumidas pelas cidades como

capitais de província, de conventos e de *civitates*.

Assim sendo, a origem das cidades romanas provinciais foi desigual. Embora algumas tenham sido fundadas *ex nihilo*, outras resultaram de acampamentos militares, como aconteceu claramente com Astorga, ou correspondem, ainda, de fundações *ex novo*, como Braga, próximas à povoados indígenas importantes, ou de cidades já existentes, tomadas romanas por promoção, conhecendo, estas últimas, alterações significativas no seu estatuto político e planta urbana (Garcia y Bellido, 1966 *apud* Ribeiro, 2008: 100).

Constituindo polos de romanização de primeira grandeza, as cidades adotavam os modelos construtivos de Roma, como teatros, termas, anfiteatros e circos, que se iam edificando por todo o lado, seguindo os preceitos básicos de construção elaborados por Vitruvius, para quem os edifícios deveriam obedecer a certos princípios de resistência, funcionalidade e beleza.

Dessa maneira, a construção e monumentalização das cidades tiveram lugar em diferentes momentos da sua história, sendo certo que a implantação de estruturas que necessitam de grandes espaços, como a generalizada construção de edifícios públicos, provocaram inevitáveis alterações no plano ortogonal e na malha urbana fundacional, levando, por vezes, ao desaparecimento de *insulae* e de ruas.

Esta conjuntura, bem evidenciada em *Bracara Augusta*, com a construção do teatro, que implicou a inutilização de algumas ruas (Martins *et al*, 2013), ou a construção das grandes termas da Rua Afonso Henriques (Martins, 2015), faz-se igualmente sentir nos finais do século III/inícios do IV com a construção da muralha, coincidente com a reforma administrativa e militar do Império empreendida por Diocleciano (285-324), no âmbito da qual *Bracara* ganha o estatuto de capital da nova província da Galécia. A cidade conhece nesse período uma recuperação urbanística significativa que se traduz em remodelações dos edifícios públicos e privados que se adaptam às novas exigências funcionais, sociais, políticas e ideológicas.

No mundo romano, a construção de muralhas refletia a importância atribuída à defesa da cidade e, por conseguinte, a relevância da mesma, em termos políticos, económicos, administrativos e culturais. No entanto, no caso das muralhas romanas tardias, o que estava em causa era a defesa das cidades, uma estratégia claramente pensada por Diocleciano, dentro de um plano mais vasto que contemplava a proteção das províncias ocidentais do Império.

O estudo das muralhas deve ter em conta a problemática da sua longa duração, devendo a sua análise incidir em vários aspetos, relacionados com a sua construção, reparação,

reconstrução, destruição/abandono e a sobrevivência dos seus vestígios. Da mesma forma, a análise das muralhas urbanas deve, igualmente, ter em conta as suas funções e os sucessivos recintos defensivos construídos em diferentes momentos, relacionando-os com as mudanças na arte militar, na poliorcética, bem como com os aspectos tecnológicos, económicos, sociais e políticos relacionados com a sua construção (Le Goff, 1991 *apud* Ribeiro, 2008: 127).

Nesse sentido, a definição espacial das muralhas é fundamental para a compreensão da evolução da morfologia urbana, uma vez que estes equipamentos constituem sempre marcadores físicos importantes, com impacto nos eixos viários e na organização dos edifícios posteriores à sua construção.

Em Braga, nada sugere que a cidade romana tivesse conhecido estruturas defensivas anteriores aos finais do século III/inícios do IV. Dessa forma, o recinto amuralhado baixo-imperial foi construído por razões defensivas tendo-se adaptado à topografia, protegendo uma área intramuros maior que aquela que foi planificada nos finais do século I a.C., que incluía as zonas periféricas nas quais ao longo de séculos se tinham erguido bairros artesanais e outros edifícios com os quais a cidade mantinha uma importante relação económica e ritual, como acontece com a integração da área comercial situada a nordeste, onde existiria um possível *macellum* e talvez um santuário dedicado a Isis (Fontes *et al.*, 1997-98).

A muralha baixo-imperial bracarense adaptou-se à topografia do terreno e ao declive da colina em que se implanta, que tem no seu ponto mais elevado o *forum* da cidade. A irregularidade topográfica da cidade pode ser percebida a partir dos registos arqueológicos obtidos nas diferentes Zonas Arqueológicas em que a estrutura da muralha foi exumada, com cotas diferenciadas

As cotas absolutas obtidas nas valas de fundação escavadas na Zona Arqueológica do Fujacal, nos diferentes pontos da estrutura onde puderam ser escavadas, apresentam uma variação constante entre os níveis topográficos, tanto entre os paramentos, como em todo o alinhamento da muralha. Nas sondagens D17/18/19; H119/20; MN25/26 e Q25/26/27 (Apêndices 3, 4 e 5), foi possível detetar as valas de fundação dos dois paramentos, registando-se variações mínimas da ordem de 0,20 a 0,30 metros, estando o paramento interno numa cota inferior. Ao mesmo tempo, foi possível averiguar, comparando as cotas dos alinhamentos dos paramentos ao longo de 60 metros, uma acentuada elevação na topografia, de aproximadamente 3 metros entre a zona mais a sul e a zona mais a norte (figura 38).

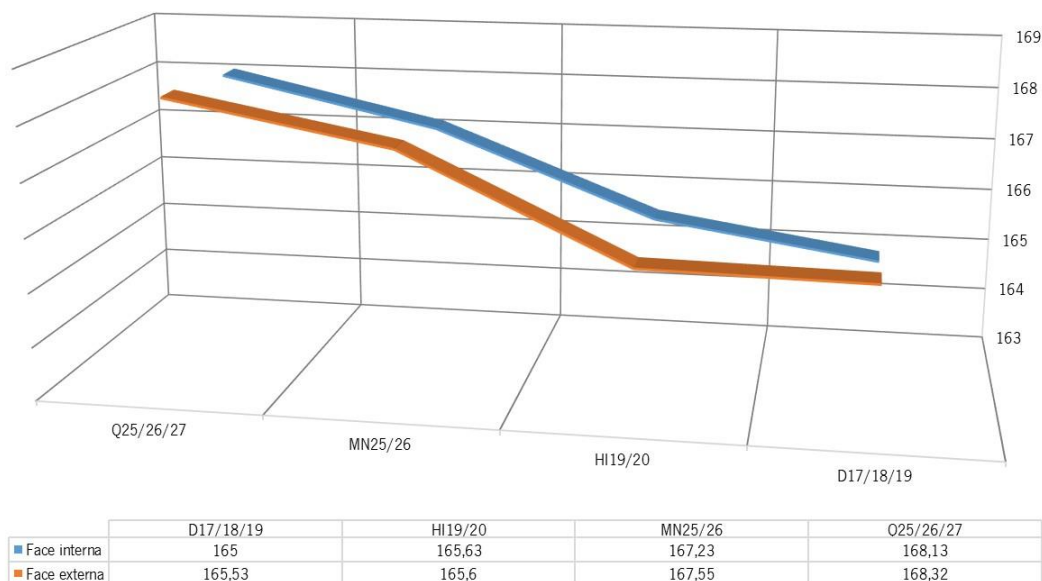


Figura 38 - Relação entre as cotas absolutas, em metros, das valas de fundação dos paramentos interno e externo da muralha (©UAUM).

Por outro lado, tal como registado no troço da muralha na Quinta do Fujacal, é possível encontrar cotas distintas entre as valas de fundação identificadas noutras Zonas da cidade, chegando a atingir os 178,92 metros, na rua D. Diogo de Sousa, ou seja, 10 metros acima da cota mais elevada da ZA do Fujacal. Este facto comprova, por si só, a irregularidade topográfica à qual a estrutura da muralha teve que se adaptar.

Como é sabido, a construção de uma estrutura defensiva depende muito dos meios disponibilizados, sendo certo que nunca corresponde a uma operação rápida, podendo, em alguns casos, como averiguado nos burgos medievais, constituir um elemento em paulatino melhoramento e reconstrução. Por outro lado, independentemente da forma e do perímetro das muralhas, a sua função militar condicionava os espaços intra e extramuros adjacentes que, em termos teóricos, deveriam permanecer livres de construções. De facto, as muralhas possuíam, na sua envolvente imediata, uma área não edificada, designadamente um *intervallum* e um campo de ronda, que deveriam estar isentos de construções, constituindo-se junto aos paramentos uma zona de circulação que assegurava o acesso à mesma. Com o aparecimento de novas cercas

defensivas e/ou a paulatina desativação das muralhas, todo esse espaço foi sendo progressivamente ocupado. De igual modo, também o traçado e a morfologia das periferias estavam dependentes do desenho das muralhas, quer seja pela relação que se estabelecia entre as portas e os caminhos extramuros, que condicionavam o crescimento suburbano, quer seja pelo papel que as rondas tinham na formalização do traçado das zonas de contacto entre a periferia e a muralha.

O *intervallum* interior é sem dúvida, o mais difícil de preservar, até porque a estrutura física das muralhas serviu frequentemente de suporte ao edificado, constituindo a ronda um elemento que recorrentemente se fossiliza na paisagem, sobretudo porque, uma vez desaparecido, é substituído por uma rua que acompanha o perímetro da muralha, circunstância que permite delimitá-la na planimetria das cidades atuais (Benito Martín, 2000 *apud* Ribeiro, 2008: 129).

Em contrapartida, a cidade histórica de origem romana conheceu, por vezes, vários perímetros defensivos, que puderam aumentar o espaço inicial consignado intramuros, mas, também, reduzi-lo, como ocorreu com muitas cidades entre os finais do século III e o IV, provocando inevitáveis destruições e alterações morfológicas, quase sempre, ao nível do sistema viário.

Desse modo, é possível afirmar que o fenómeno da fortificação de cidades romanas, iniciado nos finais do século III, determinou alterações da paisagem urbana, ainda que alguns dos seus efeitos, como aconteceu com a perda de importância de algumas ruas, não conetadas com portas, só seja perceptível no tempo longo. É esse o caso de Braga, onde a construção sobre as suas ruas se faz sentir apenas a partir do século V, quando os edifícios começam a avançar sobre os eixos viários (Martins *et al.*, 2016). Pelo contrário, ao longo do século IV o sistema viário mantém as suas características herdadas do Alto Império, apesar de algumas ruas terem perdido importância.

Assim, é já na cidade tardo-antiga que se reconhecem alguns processos que têm sido sinalizados noutras cidades da Hispânia, muito embora a *Bracara* sueva se tenha mantido extensamente ocupada e muito dinâmica do ponto de vista económico. Na verdade, a redução do seu perímetro urbano é um facto posterior ao século VIII, ao contrário do que aconteceu noutras cidades, reconhecendo-se, todavia, o desaparecimento de alguns espaços e edifícios públicos emblemáticos da cidade, como aconteceu com o teatro e o anfiteatro, e talvez no século V com o *forum*, que perde protagonismo com a construção do complexo episcopal que teria lugar nas

imediações da atual Sé Catedral. Esta nova polaridade religiosa e política, vai periferizar as anteriores zonas nobres da cidade, que conheceram processos de ocupação de tipo orgânico, como foi reconhecido na zona do teatro (Martins *et al.*, 2015).

As destruições provocadas pelos povos germânicos afetaram a vida urbana de muitas cidades. No entanto, muitas cidades como aconteceu com *Bracara* sobreviveram como centros políticos, adaptando-se, necessariamente, às novas realidades sociais e, conhecendo, por isso, processos de transformação com repercussões na morfologia urbana e na actividade construtiva. Braga torna-se capital do reino suevo e conheceu uma dinâmica construtiva e económica importante, documentada pela construção da primeira basílica cristã no sítio da atual Sé Catedral, bem como de outras que se erguem na periferia da cidade, ao longo das vias que consituam a uni-la a outros aglomerados urbanos (Fontes *et al.*, 2011).

Ao longo da Antiguidade Tardia os quarteirões conhecem alterações construtivas que resultam da desarticulação das anteriores *domus*, fragmentadas em várias unidades habitacionais, processo reconhecido em várias intervenções arqueológicas realizadas em diferentes pontos da cidade de Braga (Martins *et al.*, 2016), verificando-se, por vezes, que as áreas dos antigos quarteirões são divididas por novos percursos internos, passando a ser ocupados por residências ou lojas de pequenas dimensões, que, a prazo, deram origem à formação de pequenas parcelas. Este processo encontra-se reconhecido em vários quarteirões da cidade, designadamente nas Carvalheiras, mas também na Zona Arqueológica do Albergue Distrital e na das Cavalariças (Martins *et al.*, 2016).

Do mesmo modo, a ocupação dos pórticos adjacentes às construções privadas parece ser uma das características que mais se destaca nas alterações morfológicas do plano urbano bracarense no século IV. Esta tendência regista-se em várias Zonas Arqueológicas, designadamente na Escola Velha da Sé, ou no Largo de São Paulo. Mas o encerramento de algumas ruas constitui o processo mais tardio, datável entre os séculos V-VII, processo reconhecido na Zona Arqueológica das Carvalheiras (figura 39). Assim, a perda de importância de algumas ruas, devido à construção da muralha, não induziu de imediato o seu encerramento definitivo, tendo a sua grande maioria mantido, apesar de tudo, uma função de circulação de âmbito mais restrito, tendo algumas conhecido um claro estreitamento com o avanço das fachadas sobre as ruas (Ribeiro, 2008: 286).

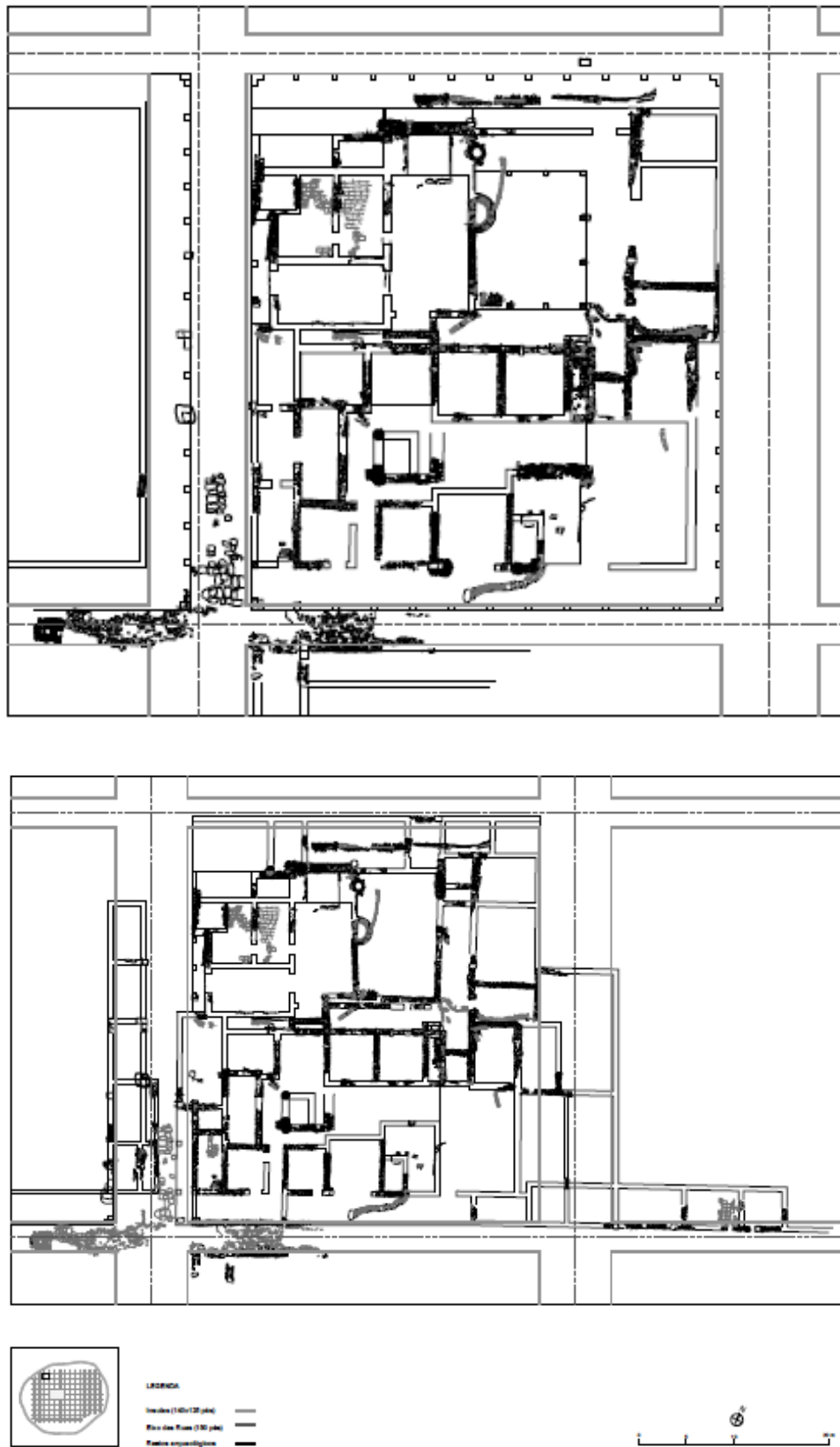


Figura 39 – Restituição da métrica da *insula* das Carvalheiras nos séculos III-IV (acima) e IV-VII (abaixo) (Ribeiro, 2008: 282).

Por fim, o plano urbano de *Bracara* começa a registar neste período outras alterações morfológicas, que se relacionam com a ocupação densa e sistemática dos quarteirões e espaços anexos, mas, também, com o crescente desalinhamento das construções, relativamente à orientação original da malha urbana fundacional. Estas características irão acentuar-se nos períodos subsequentes, designadamente durante o domínio suevo – visigótico.

Na Zona do Fujacal a muralha determinou uma alteração dos alinhamentos tradicionais da cidade, tendo todas as construções posteriores, tardo antigas ou medievais passado a organizar-se de acordo com o traçado da cerca nesse setor da cidade.

Nos setores mais a norte da Zona Arqueológica, mais precisamente nas sondagens Q20/21 (figura 40), é possível observar uma clara sobreposição entre muros, de alinhamentos e cotas distintas, que confirmam um novo alinhamento dos edifícios nesta Zona. Nas sondagens observam-se duas estruturas perpendiculares (UEs 2134 e 2136), apoiadas em um pilar talhado em *opus quadratum*, de orientação SE/NO – SO/NE, e com um pavimento em *opus signinum* tardio associado, que arrasa e sobrepõe estruturas mais antigas de alinhamentos diferenciados. A estrutura, que tem, embora não seja possível confirmar com clareza, uma vez que o quadrado Q17 ainda não foi escavado, os seus prolongamentos registados na sondagem Q18, confirmando assim o seu alinhamento.



Figura 40 – Sobreposições entre muros nas sondagens Q20/21 vetorizadas (©UAUM).

Por outro lado, é possível observar na sondagem Q16 (figura 41) o arrasamento de um muro (UE1584), de alinhamento e cota aproximadas ao registado na sondagem Q20, cortado por dois muros perpendiculares de cronologia posterior, provavelmente de origem alto-medieval. Este muro, bem talhado, com pedras de médio e grande porte e com um silhar na sua extremidade mais à NE, mantém a mesma orientação SO/NE que as estruturas exumadas na sondagem Q20 e a muralha, evidenciando que, em determinado momento, ora arrasando estruturas anteriores, ora arrasado por outras posteriores, o alinhamento de estruturas tardo-medievais, acompanham o alinhamento da fortificação baixo-imperial.



Figura 41 - Sobreposições entre muros nas sondagens Q15/16 vetORIZADAS (©UAUM).

Em outras palavras, estas sobreposições indicam as distintas realidades urbanísticas averiguadas nesta zona da cidade, registando a sobreposição de estruturas anteriores, alto e baixo-imperiais, por outras posteriores, de cronologia tardo antiga; como também a sobreposição destas últimas por estruturas posteriores, mas de alinhamentos aproximados, o que atesta para sua cronologia alto-medieval, anterior ao século VIII, período em que o perímetro da cidade começa a se reduzir.

Considerações finais

A morfologia das cidades históricas, ou seja, que registam períodos demasiadamente longos de ocupação, é, antes de mais nada, o resultado de diferentes formas de crescimento urbano e o reflexo de uma complexa evolução cultural, económica e social, que lhes conferiu identidades próprias, originando, também, áreas com características formais e funcionais diferenciadas.

No que concerne ao mundo romano, o estudo destas cidades, na prática, envolve, necessariamente, dois tipos de análises fundamentais. A primeira delas consiste no estudo da morfologia urbana, designadamente no que se refere à fundação da cidade e ao seu plano urbano, bem como ao seu correto enquadramento espacial e temporal. A outra, por sua vez, consiste no estudo das tipologias construtivas que se encontram associadas às múltiplas formas da cidade, sobrepostas com o tempo. Em outras palavras, o correto estudo da morfologia urbana passa, para além da divisão espacial da cidade, pela identificação, definição e caracterização dos edifícios representativos dos diferentes tecidos urbanos.

Assim, para este objetivo, se faz necessária, também, a utilização de um considerável número de fontes, de origens diversas e, quando possível, interdisciplinares. Contudo, apesar desta profunda necessidade, esse tipo de investigação mostra-se, por vezes, limitado, uma vez que as fontes para o mundo antigo são em grande parte escassas ou simplesmente inexistentes. Dessa forma, a Arqueologia, sobretudo a Arqueologia Urbana, apresenta-se como uma profunda aliada para o estudo das cidades antigas, uma vez que, através de metodologias próprias, complementada com novos dados, olhares e interpretações, as lacunas deixadas por fontes historiográficas, literárias, epigráficas ou cartográficas.

Nesse sentido, o estudo da cidade romana de *Bracara Augusta* exige, antes de mais nada, um correto enquadramento espacial e temporal que contextualiza e fundamenta qualquer análise posterior sobre a morfologia da cidade. Assim sendo, procurámos desenvolver, num primeiro momento, uma reflexão aprofundada sobre o período que antecede a fundação da cidade, evidenciando o contexto peninsular no século I a.C, a fim de contextualizar o advento imperial e a reforma provincial promulgada por Augusto após as guerras cantábricas, momento que levou, conseqüentemente, à fundação das três novas capitais conventuais no NO hispânico, nomeadamente as cidades de *Asturica Augusta*, *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*.

Do mesmo modo, pretendeu-se apresentar o período de fundação da cidade, alicerçada no coração da área ocupada pelos *Bracari*, povo pré-romano situado nos castros da região

envolvente; como também o seu desenvolvimento urbanístico, acentuando a malha topográfica fundacional e as suas ruas, praças e quarteirões, assim como os seus espaços e edifícios públicos e privados.

Como vimos, a malha topográfica fundacional de *Bracara Augusta* pôde ser confirmada através da identificação de cruzamentos de ruas, na zona arqueológica das Carvalheiras, bem como na zona arqueológica do ex Albergue Distrital, confirmando um traçado ortogonal, com quarteirões residenciais quadrados e áreas construídas de cerca de 1 *actus* (35,52m x 35,52m). Tomando em conta os vestígios arqueológicos do período fundacional, mas também, em grande medida, de vestígios de épocas posteriores, que registaram uma remodelação urbanística na rede viária da cidade, foi possível definir o valor métrico entre os eixos das ruas e, conseqüentemente, o espaço destinado às construções e às ruas.

A *Bracara Augusta* dos séculos I e II apresentava uma planta retangular muito bem definida, centrada, a partir do *forum*, pelos eixos viários principais, designadamente o *cardo* e o *decumano* máximos, ambos com 24 pés de largura, enquanto as restantes ruas, duplamente porticadas, registavam uma medida média de 12 pés. Dessa forma, pode-se dizer que a trama viária da cidade obedeceu a um rudimentar princípio de hierarquização, que permitia distinguir os dois eixos principais relativamente a uma malha regular de eixos secundários, planeados com a metade da largura das vias principais.

Ao mesmo tempo, os lotes de construção privados, no interior dos quarteirões, registavam uma medida de 120 pés, variando apenas nos quarteirões limítrofes, quer do *cardo*, quer do *decumano* máximo, onde as áreas de construção eram um pouco menores, devido à maior largura daqueles eixos viários. Contudo, devido à incoerência, até o momento, de registos que comprovem uma cerca fundacional, pouco se sabe sobre os limites da cidade alto-imperial, limitando-se o seu registo, portanto, às zonas onde ocorrem edifícios ou ruas com a mesma orientação da malha fundacional.

Por outro lado, do ponto de vista urbanístico, este período, entre os séculos I e II, é caracterizado pela generalizada construção e reconstrução de edifícios privados, sobretudo as *domus*, que registam diversas remodelações nos seus espaços, como ocorrido, na zona das Carvalheiras, onde parte da *domus* foi sacrificada para a construção de um balneário privado no século II. Não obstante, os edifícios públicos, por sua vez, também registam neste período algumas remodelações que, assim como as *domus* privadas, impõem alterações na estrutura urbana da

cidade. Destes edifícios, destacamos a construção das grandes termas da Rua Afonso Henriques e a construção do teatro, que implicou a inutilização de algumas ruas e construções erguidas nos quarteirões.

Estas remodelações, registadas em grande parte dos edifícios públicos e privados da cidade do século II, são consequência, primeiro, da capitalidade da cidade, que condicionou um acelerado curso de intervenções arquitetónicas por todo o século I, e que se vão desenvolvendo, confirmando o progressivo crescimento demográfico e do poder de compra da população, bem evidenciado por um elevado ritmo de importações.

No entanto, no período seguinte, caracterizado entre finais do século II e meados do século III, a cidade parece ter conhecido alguma estagnação da atividade construtiva, muito embora se registre uma importante remodelação nas termas públicas do Alto da Cidade. Isto ocorre, como vimos, devido à grave recessão económica vivida pelo Império, após longos anos de *pax romana*, com forte influência nas províncias, gerando, na Hispânia, uma crise interna, caracterizada por uma progressiva decomposição da ordem provincial e social. Este fato, somado ao período de anarquia militar, ocasionada pelas constantes invasões germânicas e a escassa proteção das guarnições nas fronteiras, contribuem para uma nova reforma provincial, idealizada e promulgada por Diocleciano.

Neste contexto de reorganização político-administrativa e militar do Império, *Bracara Augusta* beneficiou de ser elevada a capital da nova província da Galécia (Tranoy, 1981), voltando a registar um importante programa de renovação urbana, entre finais do século III e inícios do IV. Neste período, a cidade conhece uma recuperação urbanística significativa que se traduziu em remodelações dos edifícios públicos e privados que se adaptaram às novas exigências funcionais, sociais, políticas e ideológicas. Dessa maneira, observa-se, registada na malha topográfica e no urbanismo da cidade, um relativo estreitamento dos eixos viários, relacionado ao avanço da construção sobre os antigos pórticos, acoplados entre os eixos viários e as habitações. Entretanto, mantém-se a ortogonalidade característica da malha urbana fundacional, apenas comprometida, a partir da Antiguidade Tardia, por novas construções sobre os eixos viários, tendência que conduzirá, a prazo, ao desaparecimento da matriz urbana herdada do Alto Império. Esta conjuntura, por sua vez, está também relacionada com a construção da muralha baixo-imperial, coincidente com a reforma administrativa e militar do Império.

Como vimos, no mundo romano, a construção de muralhas refletia, no Alto Império, para

além de outras coisas, o prestígio adquirido pela cidade, ou seja, a relevância da mesma, em termos políticos, económicos, administrativos e culturais. No entanto, no caso das muralhas baixo-imperiais, o que estava em causa era a defesa das cidades, uma estratégia claramente pensada por Diocleciano, dentro de um plano mais vasto que contemplava a proteção das províncias ocidentais do Império.

Neste sentido, evidenciam-se as novas reformas poliorcéticas militares, que revolucionam a atividade construtiva das fortificações, modificando a sua estrutura, passando agora a ser mais altas e mais grossas, com uma constante generalização de torreões por toda a extensão da fortificação, sobretudo nas portas, que perdem o seu ornamento monumental, em detrimento de um avançado sistema de defesa. Exemplos desta nova concepção construtiva podem ser encontrados por todo o ocidente imperial, sobretudo na Hispânia, bastante difundido nas regiões norte e noroeste da península.

No noroeste, podem ser identificados três exemplares de fortificações datadas deste período, nomeadamente nas três capitais conventuais fundadas por Augusto na região, *Asturica Augusta*, *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*. As fortificações encontradas nestas cidades, como vimos, possuem as mesmas características construtivas, cujas semelhanças nos levam a situá-las dentro de um contexto regional de fortificação de cidades no NO hispânico. Estas estruturas apresentam um aparelho construído através de dois paramentos, um interno e outro externo, alicerçados no substrato rochoso, com um robusto enchimento pétreo entre eles. A sua característica mais profunda, por assim dizer, assenta na presença dos torreões semicirculares e maciços. Estas estruturas, claramente de herança romana, flanqueavam as portas de acesso às cidades e acompanhavam as cortinas murais das fortificações.

No que se refere especificamente à fortificação bracarense, ao contrário de suas congéneres, que ainda apresentam, em partes, os restos originais de suas fortificações em pé, não foi possível conservar pedaços da sua estrutura, cabendo à arqueologia a recuperação de seus vestígios. O troço de muralha mais bem conservado na cidade foi escavado na Zona Arqueológica do Fujacal, registando características bastante semelhantes às investigadas nas fortificações espanholas em questão, levando-nos a crer, ainda que preliminarmente, em um contexto regional de amuralhamento nestas cidades, provavelmente de iniciativa imperial.

Por outro lado, a construção da muralha romana baixo-imperial, em *Bracara Augusta*, condicionou diversos impactos urbanísticos e topográficos, que levaram, num primeiro momento,

ao estreitamento de eixos viários secundários, mas também, posteriormente, ao desaparecimento de ruas e espaços destinados às habitações, modificando, assim, o plano urbano fundacional.

A muralha baixo-imperial bracarense adaptou-se à topografia do terreno e ao declive da colina em que se implantou, que tem no seu ponto mais elevado o *forum* da cidade. A irregularidade topográfica da cidade pode ser percebida pelas diferentes cotas atestadas nas fundações dos paramentos da fortificação, comprovando uma diferença aproximada de 0,30 metros de altura entre um e outro, mas também por toda a extensão da estrutura na zona do Fujacal, que comprova uma elevação de 3 metros no seu alinhamento, ao longo de 60 metros. Por outro lado, a inconsistência topográfica da vertente onde a muralha se encontra, pode ser atestada pela comparação entre as diferentes cotas de fundação da estrutura, exumadas em vários pontos da cidade, confirmando, por exemplo, uma inclinação de 10 metros entre o ponto mais elevado da da fortificação na zona do Fujacal e na rua D. Diogo de Sousa.

Desta forma, a muralha foi construída protegendo uma área intramuros maior do que aquela que foi planificada nos finais do século I a.C., que incluía as zonas periféricas nas quais ao longo de séculos se tinham erguido bairros artesanais e outros edifícios com os quais a cidade mantinha uma importante relação económica e ritual, mas que, todavia, limitou o perímetro da urbe, cortando alguns edifícios periféricos para a sua fundação, assim como exilando outros, deixando-os fora do recinto amuralhado da cidade.

Não obstante, com a delimitação do espaço intramuros da cidade, a muralha determinou alterações significativas na paisagem urbana, ainda que alguns dos seus efeitos, como aconteceu com a perda de importância de algumas ruas secundárias, só seja perceptível posteriormente, a partir do século V, quando os edifícios começam a avançar sobre os eixos viários. Pelo contrário, ao longo do século IV o sistema viário mantém as suas características herdadas do Alto Império, apesar de algumas ruas terem perdido importância.

Dessa maneira, é somente na cidade tardo-antiga que se reconhecem algumas alterações urbanísticas relevantes, sinalizadas também noutras cidades da Hispânia, uma vez que a *Bracara* sueva se terá mantido extensamente ocupada e muito dinâmica do ponto de vista económico, facto comprovado pela construção da primeira basílica cristã no sítio da atual Sé Catedral, bem como de outras que se erguem na periferia da cidade, ao longo das vias que a uniam a outros aglomerados urbanos.

Como vimos, a redução do perímetro urbano bracarense, de forma contundente, é um facto posterior ao século VIII, onde é possível averiguar o desaparecimento de alguns espaços e edifícios públicos emblemáticos da cidade, como aconteceu com o teatro e o anfiteatro, e talvez no século V, com o *forum*, que perde protagonismo com a construção do complexo episcopal que teria lugar nas imediações da atual Sé Catedral.

Nesse sentido, ao longo da Antiguidade Tardia, os quarteirões destinados às habitações também conheceram alterações construtivas, que resultam da desarticulação das anteriores *domus*, fragmentadas em várias unidades habitacionais. Dessa forma, verifica-se, por vezes, que as áreas dos antigos quarteirões são divididas por novos percursos internos, passando a ser ocupadas por residências ou lojas de pequenas dimensões, que, a prazo, deram origem à formação de pequenas parcelas habitacionais. Este processo encontra-se reconhecido em vários quarteirões da cidade, designadamente nas Carvalheiras, mas também na zona arqueológica do Albergue Distrital e na das Cavalariças.

Por fim, comprova-se, na Zona Arqueológica do Fujacal, alterações nos alinhamentos tradicionais da cidade, determinadas pela construção da muralha, que condiciona as remodelações posteriores, tardo antigas ou medievais, que se organizam de acordo com o traçado da fortificação. Nesta zona, podemos observar o arrasamento de muros antigos, perpendiculares entre si, provavelmente de uma habitação tardia, bem como o arrasamento de outro muro, de mesma estrutura e cota que os anteriores, substituído por outro mais recente, de origem moderna, ambos com o mesmo alinhamento SO/NE da fortificação, e a poucos metros de distância. Em suma, estas sobreposições indicam as distintas realidades urbanísticas averiguadas nesta zona da cidade, registando a sobreposição de estruturas anteriores, alto e baixo-imperiais, por outras posteriores, de cronologia tardo antiga, bem como a sobreposição destas últimas por estruturas posteriores, mas de alinhamentos aproximados, o que atesta a sua cronologia tardia ou alto-medieval, sendo, provavelmente, anteriores ao século VIII, período em que o perímetro da cidade começa a se reduzir significativamente.

Bibliografia

-
- Alarcão, J. (1983). *Portugal Romano*. 3ª ed., Lisboa: Editorial Verbo.
- Albertini, E. (1923). *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*. vol. 8, Paris: De Boccard.
- Alcorta Irastorza, E. (2008). La Muralla de Lugo. Um exemplo de engenharia militar romana bajo imperial. *IV Congreso de las Obras Públicas em la Ciudad Romana, Traianvs*, Lugo, pp. 50.
- Alföldy, G. (1961). *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, XV, Wiesbaden, pp. 336.
- Arce Martínez (1976). La crisis del siglo III en Hispania y las invasiones bárbaras. *Hispania Antiqua*, vol. VIII, Valladolid, pp. 257-269.
- Argote, J.C. (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- Argote, J.C. (1732-34). Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga. *Primaz das Hespanhas*, vol. I, II, III e IV, Lisboa.
- Beltrán Martínez (1976). La Antigüedad (desde los orígenes hasta el siglo IV). *Historia de Zaragoza*, Zaragoza: Excmo. Ayuntamiento de Zaragoza, pp. 3-89.
- Bendala Galán, M. (1990). *La antigüedad: de la prehistoria a los visigodos*. Sílex ediciones S.L., Madrid, pp. 276.
- Botica, N., Martins, M. (2008). Sistemas de Informação em Arqueologia – A experiência de *Bracara Augusta*. *1º Congresso Internacional de Arqueologia de Vilalba*, Vilalba, pp. 11-14.
- Bravo Castañeda, G. (2007). *Hispania. La epopeya de los romanos en la Península*, Madrid, pp. 408.
- Carandini, A. (1997). *Historias em la tierra. Manual de excavación arqueológica*. Trad. Grijalbo Mondadori, Barcelona: Ed. Crítica.
- Costa, A. (1978). *Liber Fidei*, vol. II, Braga.
- Cristóbal Rodríguez, R., Carreño Cascón, C. (2002). A porta Nova da muralla de Lugo, ten fundamentos romanos. *Edições do Castro*, 3, Larouco, pp. 265.
- Cruz, G. P. C. (2015). O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os oppida pré-romanos. In R. Martínez Peñin e G. Caveró Domínguez (Eds). *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, El Forastero S.L, Leão, pp. 403-424.
- Fabião, C. (1992). A romanização do actual território português. Matoso, J. (dir.) *Historia de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 203-299.
- Feio, A. (1956a). Origens da cidade. Destruição de *Bracara Augusta*, *Diário do Minho*, 7, Outubro, Braga.

- Feio, A. (1956b). Origens da cidade. A Braga romana. *Diário do Minho*, 30, Setembro, Braga.
- Fernández Ochoa, C. (1997). *La Muralla Romana de Gijón (Asturias)*. Madrid: Ed. Electra.
- Fernández Ochoa, C., Morillho Cerdán, A. (1991). Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (Primera parte). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, nº. 18, Madrid, pp. 227-259.
- Fernández Ochoa, C., Morillho Cerdán, A. (1992). Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (Segunda parte). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, nº. 19, Madrid, pp. 319 - 360.
- Fernández Ochoa, C., Morillho Cerdán, A. (2002). Entre el prestigio y la defensa: la problemática estratégico-defensiva de las muralhas tardorromanas em Hispania, Morillo Cerdán, A. (coord.) *Arqueología Militar Romana em Hispania. Anejos de Gladius 5*, Ediciones Polifemo, Madrid, pp. 577-589.
- Fontes, L., Lemos, F., Cruz, M. (1997-1998). Mais Velho que a Sé de Braga: Intervenção Arqueológica na Catedral Bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, Série 2, Braga, pp. 137-164.
- Fontes, L., Martins, M., Andrade, F. (2010a). Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). *Relatório Final, Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho – TAUUM*, Braga, pp. 25-305.
- Fontes, L., Martins, M., Sendas, J., Catalão, S. (2010b). Salvamento de Bracara Augusta. Ampliação do Túnel da avenida da Liberdade (BRA 08-09 AVL). *Relatório Final, Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho – TAUUM*, 7, Braga, pp. 5-1177.
- Giestal, C. (1998). *Sistema de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: O caso de Bracara Augusta*. Dissertação de mestrado. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- González Fernández, E., Carreño Cascón, C. (1998). La capital del extremo noroeste hispánico; *Lucus Augusti* y su tejido urbano a la luz de las últimas intervenciones arqueológicas. In

-
- Actas del Congreso Internacional sobre Los orígenes de la ciudad en el NW hispánico*. Rodríguez Colmenero (Coord.), Excma. Diputación Provincial de Lugo, pp. 1171-1208.
- González Fernández, E., Carreño Gascón, C. (2007). Las puertas romanas de la muralla de Lugo. In *Actas del Congreso Internacional "Muralla de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio"*, 255 – 281, Antonio Rodríguez Colmenero / Isabel Rodá (Coord). Diputación Provincial de Lugo, Lugo.
- Gros, P. (1992). Aspects défensifs et aspects représentatifs des fortifications. In *Van de Maele, Fossey*, pp. 221-225.
- Gutiérrez González, J. A., Arias Páramo, L. (2009). Novedades sobre el recinto amurallado de Astorga (*León*), *Gutiérrez, IV*, Astorga, pp. 757-772.
- Harris, E. (1991). *Principios de estratigrafía arqueológica*. Trad. Isabem García Trócoli, Barcelona: Ed. Crítica.
- Hodder, I. (1992). *Theory and Practice in Archaeology*. London: Ed. Routledge.
- Hodder, I., Hutson, S. (2003). *Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. 3^oed, New York: Ed. Cambridge University Press.
- Johnson, S. (1983) *Late Roman Fortifications*. [publicação original: 1947], Totowa, New Jersey: Barnes & Noble Books.
- Lander, (1984). Roman Stone Modification: Variation and change from the first century A.D. to the fourth, *B.A.R.*, 1st ed., pp. 363.
- Le Roux, P. (1975a). Aux Origines de Braga (*Bracara Augusta*). *Bracara Augusta*, N.º. 29 (67-68), Braga, pp. 155-159.
- Le Roux P. (1982). L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste a l'invasion de 409. De Boccard (*Publications du Centre Pierre*), 8, *Collection de la Maison des pays ibériques*, 9, Paris.
- Lemos, F. S., Leite, J., Fontes, L. (2007). A Muralha de *Bracara Augusta* e a Cerca Medieval de Braga. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, pp. 1-38.
- Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L., Leite, J., Cunha, A. (1998). A redescoberta da Muralha Romana e Suévica-Visigótica de Braga. *Forum*, n.º 24, Concelho Cultural da Universidade do Minho, Braga, pp. 11-44.
- Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L., Leite, J., Cunha, A. (2002). A Muralha Romana de *Bracara Augusta*. In Morillo Cerdán, A. (coord.) *Arqueologia militar romana em Hispania. GLADIUS*, Anejos 5, pp. 609-624.

- López de Rego Uriarte, J. I. (2004). La muralla romana de Lugo: sistema construtivo. *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, Lugo, pp. 71-108.
- Magalhães, F. (2010). *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado (policopiada). Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13619>.
- Magalhães, F. (2013). Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*. *Interconexoes* 1, Braga, pp. 13-30.
- Maia, M. (1974-77). O Salvamento de *Bracara Augusta*. *O Arqueólogo Português*, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direção-Geral do Património Cultural, Série III, vols. VII a IX, Lisboa, pp. 416-423.
- Mañanes Pérez, T. (1983). *Asturica Augusta*, La Ciudad y su Entorno. *Portvgalia*, Astorga, pp. 215-229.
- Mananes Pérez, T., Garcia Merino, C. (1985). Excavaciones em las murallas de Astorga (1971-1972). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 2, Astorga, pp.181-219.
- Mar, R., Pensabene, P. (2010). Finanziamento dell edilizia publica e calcolo dei costi dei material lapidei: il caso des foro superior de Tarraco. S. Camporeale, H. Dessales y A. Pizzo (coords.) *Arqueología de la Construcción II. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y la provincias orientales*, Anejos de AESPA, LVII, Mérida, pp. 509-538.
- Marques, J. (1986). O Castelo de Braga (1350-1450), *Minia II*, 8, Braga, pp. 5-34.
- Martins, M. (1991-92). *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, 8-9, Braga, pp. 177-197.
- Martins, M. (1992-93). História e Memória de *Bracara Augusta*: Um difícil diálogo passado-presente. *Forum*, n° 12/13, Universidade do Minho, Braga, pp. 3-15. ISSN: 0871-0422.
- Martins, M. (1995). A ocupação romana da região de Braga: Balanço e perspectivas de investigação. *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-114.
- Martins, M. (2000). *Bracara Augusta* Revisitada. *Bracara Augusta*, vol. XLIX Câmara Municipal de Braga, n° 103 (106), Braga, pp. 266-280.
- Martins, M. (2004). Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana. In *Simulacrae Romae. Roma y las capitales provinciales del occidente europeu*, Estudos Arqueológicos, pp.149-173.
- Martins, M. (2005). As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em *Bracara Augusta*, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/113410>.

- Martins, M. (2009). *Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In Dopico, M., Villanueva, M. & Rodríguez, M. (eds.) *Do Castro à Cidade. A Romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, pp. 181-211.
- Martins, M. (2014). Projecto de *Bracara Augusta*. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Revista da Faculdade de Letras: CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO*, vol. XIII, Porto, pp. 159-169.
- Martins, M., Bernardes, P. (2003). Computação Gráfica e Arqueologia Urbana: O caso de *Bracara Augusta*. *EPCG. 12º Encontro Português de Computação Gráfica*, ISEP – Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto.
- Martins, M., Delgado, M. (1989-90). História e Arqueologia de uma Cidade em devir: *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, Braga, pp. 11-38.
- Martins, M., Fontes, L. (2007-08). Uma estratégia para o património bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu. *Forum*, nº42-43, Universidade do Minho, Braga, pp. 255-286. ISSN: 0871-0422.
- Martins, M., Fontes, L. (2010). *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. R. González Villaescusa et J. Ruiz de Arbulo (coords.) *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita provinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique*, *Bulletin de la Société Archéologique Champenoise*, Mémoire, nº 19, Reims, pp.111-124.
- Martins, M., Ribeiro, M. C. (2009/2010) A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*, nº. 44-45, Concelho Cultural da Universidade do Minho, Braga, pp. 149-177. ISSN: 0871-0422.
- Martins, M., Ribeiro, M. C. (2012). Em Torno da Rua Verde: A Evolução Urbana de Braga na longa duração. In Ribeiro, M. & Melo, M. (coord.) *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, Braga, pp. 11-44.
- Martins, M., Carvalho, H. (2016). As transformações do território: *Bracara Augusta* e o seu cadastro. *Revista de Historiografia*, 25, Braga, pp. 219-243.
- Martins, M., Carvalho, H. (2017). A fundação de *Bracara Augusta* no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural, *Gerión*, 35, pp. 723-743.
- Martins, M., Fontes, L., Cunha, A. (2013). Arqueologia Urbana em Braga: Balanço de 37 anos de Intervenções Arqueológicas. *Arqueologia em Portugal - 150 Anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Coord. Ed. José Arnaud, Andrea Martins, César Neves, Prod. DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda, Lisboa, pp. 81-88.

- Martins, M., Lemos, F. S. (1992). A Arqueologia Urbana em Portugal. *Cooperativa Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n° 7, Edições Cosmos, 1° Ed, Lisboa, pp. 93-103. ISSN: 0871-7486.
- Martins, M., Lemos, F. S. (1997-98). Duas décadas de vida de um projeto: o Salvamento de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, Braga, pp. 9-21.
- Martins, M., Lemos, F. S. (1998). Projecto de Salvamento e Estudo de *Bracara Augusta* – 1998. *Forum*, n° 23, Universidade do Minho, Braga, pp. 117-143. ISSN: 0871-0422.
- Martins, M., Lemos, F. S., Delgado, M. (1989). Dossier-Salvamento de *Bracara Augusta* (1976-1989). *Forum*, n°6, Universidade do Minho, Braga, pp. 3-89. ISSN: 0871-0422.
- Martins, M., Lemos, F. S., Delgado, M. (s.d.). Actividade Arqueológica – 1976-1980. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, *Campo Arqueológico de Braga*, Offset – Copiminho, Braga, pp. 3-79.
- Martins, M., Lemos, F. S., Delgado, M. (1995). À descoberta de *Bracara Augusta*: Um projeto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal. *Forum*, Universidade do Minho, n° 17, Braga, pp. 53-60. ISSN: 0871-0422.
- Martins, M., Lemos, F. S., Pérez Losada, F. (2005). O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses. In, C. Fernández Ochoa – P. García Díaz (eds.) *Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana*, BAR, International Series 137, Oxford, p p . 279-296.
- Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, L., Magalhães, F., Sendas, L. (2010). *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CIT-Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CIT)*. Relatório final, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/11488>.
- Martins, M., Mar, R., Ribeiro, L., Magalhães, F. (2013). A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*. In A. Melo, M. C. Ribeiro (coord.) *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga, pp. 41-76. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/27274>.
- Martins, M., Meireles, J., Fontes, L., Ribeiro, M. C., Magalhães, F., Braga, C. (2011). A água e o património cultural da região de Braga. *FORUM*, 46, Braga, pp 5-38.
- Martins, M., Meireles, J., Ribeiro, M. C., Magalhães, F., Braga, C. (2012). Água. Um Património de Braga. *Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e CITCEM*, Braga, pp. 160.
- Martins, M., Penín, R., Magalhães, F. (2016). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. *Arqueologia Medieval*, VIII, Lérida, pp. 35-52.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães F., Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta*: Sociedade, Economia e Lazer. In Ribeiro, M. & Melo, M. (coord.) *Evolução da*

-
- Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*, Braga, pp. 29-68.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., Ribeiro, C. (2017). O espaço construído de *Bracara Augusta* no Alto Império. In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas*, (cord.) Dopico Cainzos, M. e Villanueva Acunã, M. *Philtate 2*, Lugo, pp. 251-274.
- Martins, M., Ribeiro, M., Ribeiro, J. Mar, R. (2017), Topografia e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*. In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas*, (cord.) Dopico Cainzos, M. e Villanueva Acunã, M. *Philtate 2*, Lugo, pp. 204-225.
- Maurin, M. (1992). Remparts et cites les trois provinces du Sud-Ouest de la Gaule au Bas-Empire (dernier quart du IIIe siècle-debut du Ve siècle, Villes et agglomérations urbaines antiques du Sud-Ouest de la Gaule: histoire et archéologie: deuxième colloque Aquitania, (Bordeaux, 13-15 septembre 1990). *Centre National de la Recherche Scientifique; Bordeaux: Federation Aquitania*, Paris, pp. 365-389.
- Mora-Figueroa, L. (2006). *Glosario de arquitectura defensiva Medieval*. (3a edición), Madrid, Ministerio de Defensa.
- Morais, R. (1997-98). Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia. *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 47-136.
- Morais, R. (2005). Autarcia e Comércio em *Bracara Augusta*. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. *Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas*, 2. Braga, UAUM / Narq.
- Nunes, H. B., Oliveira, E. (1988). Documentos de *Bracara Augusta*. Arlindo Ribeiro da Cunha: Relíquias de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueofogia II*, 5, Braga, pp. 93-154.
- Oliveira, E. (1978). O Salvamento de *Bracara Augusta*. Os apontamentos arqueológicos de Braga de Jose Teixeira. *Minia II*, 1 (1), Braga, pp. 20-44.
- Paz Peralta, J. (1997). La antigüedad tardia. *Caesaraugusta*, 72-II, Zaragoza, pp. 171-114.
- Paz Peralta, J. (2015). Los cubos de las murallas de Zaragoza y del palácio de la Aljafería (1065-1075). *Paradigmas de la arquitectura militar em al-Andalus. CAESARAUGUSTA*, vol 84, Institución "Fernando el Católico", Zaragoza.
- Petrikovits, H. (1971). Fortifications in the North-western Roman Empire from the Third to the Fifth Centuries A.D. *The Journal of Roman Studies*, LXI, pp. 178-218.
- Pinto, F. (2003). *Muralhas Romanas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Prisset, J. L. (2008). Les besoins en matériaux, les contraintes d'approvisionnement et la durée d'un chantier de construction. Réflexions à partir du Portique Nord de Saint-Romain-En-Gal (France). S. Camporeale, H. Dessales et A. Pizzo (eds.) *Arqueología de la Construcción I, los procesos constructivos en el mundo romano: Itália y las provincias occidentales*, Anejos de AESPA, L., Mérida, pp. 125-140.
- Renfrew, C., Bahn, P. (2008). *Arqueología. Conceptos Clave*. Trad. David Govantes, Madrid: Ed. Akal S.A.
- Ribeiro, J. (2010). *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*. Tese de doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdlhandle.net/1822/12232>.
- Ribeiro, J. (2014). L'enceinte romaine tardive de Bracara Augusta. Approche du processus de construction et des couts des travaux. *XVIII CIAC Centro y periferia en el Mundo Clásico, s. 15 La transformación de la ciudad y el campo en la antigüedad tardía*, Mérida, pp. 73-77.
- Ribeiro, M. C., (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem*, Tese de doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Richmond. (1930). *The city wall of imperial Rome: an account of its architectural development from aurelian to Narses*. By I. A. Richmond, Oxford: University Press.
- Richmond. (1931). Five Town-Walls in Hispania Citerior. *The Journal of Roman Studies*, Vol.21, Oxford, pp. 86–100.
- Rodríguez Colmenero, A. (2007). La muralla romana de Lugo, Gran bastión defensivo en los confines del Imperio. In *Actas del Congreso Internacional "Muralla de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio"*, 217 – 253, Antonio Rodríguez Colmenero / Isabel Rodá (Coord). Diputación Provincial de Lugo, Lugo.
- Roldán Hervás, J. M. (1988). La Romanización. In J. M. Blázquez Martínez et al. (Orgs), *Shanks*.
- Roldán Hervás, J. M., Wulff Alonso, F. (2001). *Citerior y Ulterior: Las provincias romanas de Hispania en la era republicana*. Madrid: Ediciones Istmo.
- Saliou, C. (2012). Le déroulement du chantier à Rome et dans le monde romain durant la période républicaine et le haut empire: une approche juridique. S. Camporeale, H. Dessales et A. Pizzo (eds.) *Arqueología de la Construcción III, la economía de las obras*, Anejos de AESPA, LXIV, Mérida, pp. 15-29.
- Silva, E. (2015). Entrevista com Maria Manuela dos Reis Martins: reflexões sobre a Arqueologia

-
- Urbana, a paisagem e o território. *Romanitas-Revista de Estudos Grecolatinos*, n° 6, Vitória, pp. 9-19. ISSN: 2318-9304.
- Tolfo, T. (2017). *A urbanização romana no Noroeste da Hispânia. Fontes e especificidades*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris: Diffusion du Bocard.
- Villanueva Acuña, M. (2016). La fundación de *Lucus Augusti*: nuevas perspectivas. *Revista de Historiografía*, 25, Lugo, pp 273-286.
- Voisin, (2004). Le Moyen-Orient des fortifications: espace d'échanges entre Byzantins, Arabo-musulmans et Occidentaux au Moyen Age. N. Faucherre, J. Mesqui, N. Prouteau (eds.) *La fortification au temps des croisades*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 313-331.
- Zabaleta Estevez, M. (2000). Hallazgos numismáticos de los comienzos de *Bracara Augusta*. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular VI*, Porto, pp. 395-399.

